Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Vidas imaginadas pelas trincheiras do proibicionismo: uma leitura pós- e de-colonial sobre a política de drogas e agências da subalternidade

Vitor Rocha de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno

São Paulo
2019

Vidas imaginadas pelas trincheiras do proibicionismo: uma leitura pós- e de-colonial sobre a política de drogas e agências da subalternidade

Vitor Rocha de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Versão Revisada
São Paulo
2019

AGRADECIMENTOS

Desculpem-me os formalistas e impacientes, mas os agradecimentos é minha parte favorita, a qual me permito o exercer do tempo desregulado, descabido. O meu próprio tempo: meu bem maior. Permito-me também, de início, uma breve metaconsideração ao dizer que essas livres páginas, não tão controladas e formatadas por uma sigla, quase como um segredo, são um exaurir profundo. Tão importante quanto as páginas posteriores, preenchidas por conceitos e teorias, pois estão preenchidas por amor e gratidão – que sempre vêm primeiro. Tais páginas desejam (talvez ineficazmente, mas nessa esperança) ser menos uma narrativa de primeira pessoa e mais de terceira pessoa: exaltar o nós desse self. O nós que fez este trabalho comigo e o nós que existe em mim, mais do que o 'eu', por alteridade e por alma, e está aqui, presente em cada uma dessas palavras. Maya Angelou disse "I come as one, but I stand as ten thousand". E então, finalmente iniciando o que esta sessão me coloca a fazer, gostaria de agradecer o meu nós, que faria esta capa estar preenchida com outros 10 mil nomes e, pois, coberta de dourado.

A semente desta pesquisa foi plantada em terras de ipês amarelo-mais-lindo-do-mundo e de dildos que serviam de decoração de escritório. Obrigado a todas as pessoas que conheci e todas as experiências que tive no DDAHV/MS, por terem inspirado esta pesquisa.

Agradeço aos trabalhadores e companheiros/as que conheci na FSP e que me fazem crer que nossa saúde, ainda pública, esteja sempre sendo criada pelo e para o coletivo. Que a saúde coletiva dispute a saúde higienista assim como a placa pela Democracia ofusca a que homenageia um ditador, na entrada desta instituição: que seja devidamente maior, que evidencie nossa memória coletiva, que seja um lembrete de nossa responsabilidade popular e que exalte que o fascismo não passará.

Obrigado à CAPES, por mais do que colocamos formalmente como financiamento de pesquisa. Obrigado por sustentar ideias que desafiam o atual ambiente de pós/auto-verdade e desonestidade intelectual e obrigado por apoiar projetos que ousam vislumbrar meios de superar desigualdades históricas. Sua permanência em tempos onde a ciência crítica corre sérios riscos é símbolo do compromisso acadêmico com a construção de um mundo mais justo.

Ao Daniel e ao Jardel, o pequeno tempo que conheci vocês é inversamente proporcional à gratidão pelo acolhimento que senti desde quando os contatei. Obrigado por terem topado fazer parte desta trajetória – e de forma tão zelosa e dedicada.

Aos educadores com quem convivi e, em especial, Estevão, Laura e meu querido orientador Rubens: cada vez mais estou convicto que atenção é o melhor presente que pode ser ofertado e recebido. Pelas palavras de Simone Weil, "attention is the rarest and purest form of generosity". Obrigado pelo brilho nos olhos mesmo quando me faltavam palavras pra me expressar direito. Elas ocasionalmente sumiam quando me descobria mesmerizado por seus ensinamentos. Tirar o chão de educandos e observá-los ter as reflexões mais mentecaptas, deve mesmo ser uma tarefa dolorosamente prazerosa, à qual eu sou imensamente grato.

Aos migos, àzamiga, aos irmãos e às irmãs: as minhas pessoas nessa vida (não pronome possessivo, mas pronome pertencimento). Se abrisse um parênteses para ser, neste momento, teleológico com relação à existência, ousaria dizer que (re)conhecê-los, tocar e ser tocado por cada um/a de vocês, teria sido a finalidade mais gloriosa possível. Ainda assim, influenciado por epistemologias e cosmologias outras, digo apenas que o indevassável amor que nos habita transgride qualquer circunscrição. Obrigado por me fazerem andar pela fé. Obrigado pelas muletas que foram seus ombros e pelo combustível que são seus sorrisos. Obrigado pelo presente de ser amado incondicionalmente.

Porque saber falar e saber escrever pode ser importante; mas essencial mesmo é saber ouvir e saber escutar, aparentemente menosprezados nas vivências egodêmicas. Este trabalho também agradece e defende a arte da escuta atenta, presente, dedicada, abnegada e genuína.

Obrigado a todas as pessoas que encontrei. A origem e a progressão desta pesquisa se deram por suas vozes e gestos. Em especial, às pessoas que usam drogas, às pessoas nas ruas e às pessoas que vivem, resistindo aos apesares semânticos que não as definem e aos apesares físicos que não as restringem. Acredito e sou grato à transformação que cada um destes encontros nos proporcionou.

Agradeço ao eterno entre-lugares e a todas as pessoas, anjos e demônios que nele habitam. A todos nós nas encruzilhadas do interdisciplinar. A todos nós que não estamos nem dentro nem fora, que somos o estrangeiro e o familiar. A todos nós que usamos drogas e reduzimos danos,

a todos nós que não somos recôncavos e nem podemos ser reconvexos, a todos nós que nos sentimos deslocados e fazemos do deslocamento nossa morada. A todos nós que nos permitimos estar e ser, inescusavelmente, eternos desajustados.

Por fim, ou por começo, agradeço minha mãe e meu pai, quem por intenção e confiança, proporcionaram meus descobrimentos mais estrondosos, meus nascimentos e renascimentos mais intensos e me fazem desempenhar, dia a dia, o imenso, tacanho e poderoso papel de filho – de todas as coisas que são geradas por amor, que me trouxe até aqui.

Chego ao cabo dos meus catarsimentos, tomando emprestado uma dedicatória de Mario Benedetti: "a los que buscan aunque no encuentren, a los que avanzan, aunque se pierdan, a los que viven, aunque se mueran". agradeço aos corajosos buscadores [de vidas melhores, de sonhos possíveis, de visões outras, de infinitas possibilidades]. Que a chegada sempre adiada continue a nos mover. Que continuemos seguindo pelo incessante descaminho do perpétuo incapturável.

"Some poems force you to write them,
the way sirens force their way
through window panes in the night
and you can't shut out the News
even when you try.
Write a humanizing poem,
my pen and paper goad me.
Show them how wrong their preconceptions are.
Be relatable.
Write something upbeat for a change,
crack a smile.
Tell them you also cry at the end of Toy Story 3
and you're just as capable of bantering about the
weather in the post office queue.
Like everyone you have no idea how to make the
perfect amount of pasta, still.
Feed them stories of stoic humor.
Make a reference to childhood.
Tell an anecdote about being frugal, mention the
X Factor, be domestic, successful, add layers.
Tell them how you know brown boys who cry.
About the sides of Assads, Amirs,
and Hassans they don't know.
The complex inner worlds of Suhaiymahs
and Aishas.
Tell them comedies as well as tragedies.
How full of life we are, how full of love.
But no.
I put my pen down.
I will not let that poem force me to write it,
because it's not the poem I want to write.
It's the poem I'm being reduced to.
Reducing to proving my life is human
because it is relatable.

Valuable because it is recognizable.
But good GCSEs, family and childhood memories
are not the only things that count as a life.
Living is.
So this will not be a "Muslims are like us" poem.
I refuse to be respectable.
Instead, love us when we're lazy.
Love us when we're poor. Love us in our back-to-
back Council States, depressed,
unwashed and weeping.
Love us high as kites. Unemployed, joy-riding,
time-wasting, failing at school.
Love us filthy.
Without the right color passports.
Without the right sounding English.
Love us silent, unapologizing,
shopping in Poundland, skiving off school,
unsure, homeless, sometimes violent.
Love us when we're not athletes,
when we don't bake cakes,
when we don't offer our homes
or free taxi rides after the event,
when we're wretched, suicidal,
naked and contributing nothing.
Love us then.
Because if you need me to prove my humanity,
I'm not the one that's not human
[…].
So sometimes I wonder,
which days of the week might I count as liberal
and which moments have forehead to the ground
am I conservative?
I wonder when you buy bombs, is there a
difference between the deadly ones that kill

and the heroic ones, which scatter democracy?
I wonder is it not guilty until proven innocent?
How can we kill in the name of saving lives?
How can we illegally detain in the name of
maintaining the law?
I can't write it. I put my pen away.
I can't, I won't write it.
Is this radical? Am I radical?
Because there is nowhere else left to exist now."

This is not a humanizing poem
(Suhaiymah Manzoor-Khan)

ARAÚJO, V. **Vidas imaginadas pelas trincheiras do proibicionismo**: uma leitura pós- e de-colonial sobre a política de drogas e agências da subalternidade. 2019. Dissertação – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2019.

RESUMO

É possível enxergar o proibicionismo e as pessoas que usam drogas tanto pelas estruturas coercitivas do *status quo* quanto pela potência das agências. O intuito desta pesquisa é discorrer sobre estas duas perspectivas: uma que parte das estruturas repressoras e chega aos agentes; e outra que parte dos agentes e do poder de seu lócus e chega às possibilidades de modificação das estruturas. Na primeira parte argumenta-se que a construção e a manutenção da política de drogas proibicionista é realizada não só por meios materiais e instituições concretas como também por métodos subjetivos cujos significados ressoam no campo cultural do imaginário coletivo. Na segunda parte, a intenção é visibilizar as agências das pessoas que usam drogas, assim como os coletivos e movimentos antiproibicionistas, trazendo considerações sobre suas imaginações e como elas afetam as estruturas de poder. A pesquisa consiste numa discussão bibliográfica e conceitual e traz considerações inspiradas nas teorias pós e de-coloniais sobre os padrões de poder colonialistas e racistas do *status quo* e sobre as potências de vida e agências da subalternidade. Por fim, o estudo reflete sobre caminhos epistemológicos e sociais que visibilizem as pessoas que usam drogas[1].

Palavras-chave: drogas, proibicionismo, pós/decolonialidade.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ARAÚJO, V. **Imagined lives by the trenches of the prohibitionism**: a post- and de-colonial reading of drug policy and subalternity agencies. 2019. Dissertation – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2019. Portuguese.

ABSTRACT

It is possible to see the prohibitionism and people who use drugs both by the coercive structures of the status quo and by the power of agencies. The aim of this research is to discuss these two perspectives: one that starts from the repressive structures and reaches the agents; and another that departs from the agents and the power of its locus and arrives at the possibilities of modification of the structures. In the first part it is argued that the construction and maintenance of the prohibitionist drug policy is carried out not only by material means and concrete institutions but also by subjective methods whose meanings resonate in the cultural field of the collective imaginary. In the second part, the intention is to make visible the agencies of people who use drugs, as well as the anti-prohibitionist groups and movements, bringing considerations about their imaginations and how they affect the structures of power. The research consists of a bibliographical and conceptual discussion and brings insights inspired by post and decolonial theories about the colonialist and racist power standards of the status quo and the potency of life and agencies of subalternity. Finally, the study reflects on epistemological and social paths to make people who use drugs visible[2].

Keywords: drugs, prohibitionism, post/decoloniality

[2] This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **13**

1.1 OBJETIVOS 22

2. ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO: AS TEORIAS PÓS-COLONIAIS E DE-COLONIAIS **24**

3. DAS ESTRUTURAS PARA AS AGÊNCIAS **29**

3.1 HISTÓRICO DA INVENÇÃO DO PROIBICIONISMO 31

3.2 *STATUS QUO* PROIBICIONISTA 43

3.2.1 Estado-Nação 45

3.2.2 Mídia hegemônica 53

3.2.3 Cultura e ciência 58

3.3 DESMITOLOGIZANDO A HISTÓRIA: A VIOLÊNCIA EPISTÊMICA 64

3.4 CONCLUSÕES 68

4. DAS AGÊNCIAS PARA AS ESTRUTURAS **70**

4.1 IMAGINAÇÃO 72

4.1.1 Luiz, Morgana e Badaróss 77

4.1.2 Ações coletivas e mundo pós-nacional 89

4.2 REENCANTANDO A REPRESENTAÇÃO REIFICADA: UMA EPISTEMOLOGIA SUBALTERNA E ANTIPROIBICIONISTA 102

4.3 CONCLUSÕES 112

5. DISSIPANDO AS FRONTEIRAS: O QUE EXISTE PARA ALÉM DAS GRANDES NARRATIVAS? **113**

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS **127**

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **130**

ANEXOS

CURRÍCULOS LATTES 142

1. INTRODUÇÃO

"Sei de uma criatura antiga e formidável,
que a si mesma devora os membros
e as entranhas,
com a sofreguidão da fome insaciável.
Ama de igual amor o poluto e o impoluto;
começa e recomeça uma perpétua lida,
e sorrindo obedece ao divino estatuto.
Tu dirás que é a Morte; eu direi que é a Vida."
(Machado de Assis)

Após diversas reflexões que a universidade pública me proporcionou pelo incessante processo ensino-aprendizagem, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e após diversos descobrimentos pessoais e coletivos, hoje vejo o quanto estou presente e o quanto posso estar presente neste trabalho, sem mais receios de não estar prezando pela visão científica e sem temer a distância da imparcialidade, como se ela existisse. Se este trabalho começa e termina pela minha visão de mundo, construída e compartilhada por tantos e tantas, opto por trazer parte de minha jornada para introduzi-lo e para explicar seus principais temas.

Durante quase dois anos, trabalhei no então Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais/SVS/MS (hoje Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis) e lá aprendi com as pessoas mais potentes deste mundo. Eram tanto trabalhadores compromissados com o bem público e a saúde coletiva quanto membros dos mais diversos movimentos de vida: população LGBT, profissionais do sexo e pessoas que usam drogas. Desde o início acabei tendo grande contato com os trabalhadores de saúde mental e com a pauta das drogas, numa época em que eu mesmo fazia uso de drogas lícitas e ilícitas. Num processo que também é sempre reflexivo, encontrei nesta pauta um interesse genuíno em diversas questões: porque há tanta hipocrisia com relação ao uso, privado e público, de drogas? Porque as leis e os discursos atuais são insuficientes visto que continuam a gerar sofrimento e violência? Porque as drogas devem ser vistas, necessariamente, como nocivas?

Em 2015, pude representar o Ministério da Saúde na *24th Harm Reduction International Conference*, um congresso internacional de redução de danos, que naquele ano fora realizado em Kuala Lumpur, na Malásia. A ideia e as atividades daquele encontro

fizeram meus olhos brilhar: eram inúmeros ativistas, gestores, cuidadores, organizações, coletivos, pessoas de diversas áreas e diferentes lugares do mundo que tinham relação com a temática das drogas, reunidos para gerar reflexões, descobrir novos caminhos e compartilhar ações e políticas desenvolvidas no âmbito das drogas e da redução de danos. Por aquele encontro ser profundamente internacional, era visível também o olhar intercultural que parecia estar em cada discurso, sempre associando práticas e experiências locais com o sistema político-econômico global e vice-versa.

Neste congresso, finalmente, reconheci meu desejo e nele vi refletir minhas experiências, principalmente por conta da graduação em Relações Internacionais: queria realizar uma leitura interdisciplinar com relação à cultura e à política de drogas, reconhecendo sua dinâmica global em interface com o local, por um olhar provindo das teorias pós e de-coloniais, que haviam sido apresentadas a mim há pouco tempo. Pude unir, então, duas das minhas recém descobertas paixões: o tema das drogas e as teorias pós e de-coloniais.

A ideia original nasceu daí e, aos poucos, pude ampliá-la e problematizá-la. Ao ingressar no Programa de Mestrado em Saúde Pública desta universidade, pude relacionar minha experiência de bacharel com inúmeras descobertas e debates dentro da Saúde Pública/Coletiva[3] e entrar de vez no mar, ora calmo, ora revolto, mas definitivamente único, da interdisciplinaridade. Sinto que cria e criador, definitivamente, andam mais de mãos dadas do que imaginamos. Inquietações, possibilidades, emoções, estão dialogicamente sendo produzidas e produzindo também o próprio texto e autor. Numa mistura de contextos de reviravoltas políticas e desmoronamentos pessoais, durante o fim do meu período no Departamento e o início do mestrado, passei por uma fase de intensa angústia, agonia e ansiedade. Os prognósticos políticos pioravam e as incessantes dúvidas pessoais e coletivas pairavam como neblina no ar, dificultando enxergar o caminho. Drummond poetizou certeiramente sobre este "Nosso Tempo", tempo de homens partidos, de muletas, de meio silêncio. "Come, braço mecânico, alimenta-te, mão de papel, é tempo de comida, mais tarde

[3] Elucido aqui a distinção entre Saúde Pública e Saúde Coletiva. De acordo com Birman (1991, p. 8), "trata-se de campos não homogêneos, na medida em que se referem a diferentes modalidades de discurso, com fundamentos epistemológicos diversos e com origens históricas particulares [...]. O campo da saúde pública se constituiu com a medicina moderna no final do século XVIII, como polícia médica e com a medicina social [...]. As razões do Estado, enfim, que tomou as condições de saúde de sua população como sua riqueza maior, constituíram-se como o grande suporte para a construção dos dispositivos da saúde pública". "A concepção de saúde coletiva, bem ao contrário, se constituiu através da crítica sistemática do universalismo naturalista do saber médico. O seu postulado fundamental afirma que a problemática da saúde é mais abrangente e complexa que a leitura realizada pela medicina" (BIRMAN, 1991, p. 9). Especificamente no Brasil, há "influências mútuas entre o desenvolvimento de um projeto de campo de conhecimento chamado Saúde Coletiva e os movimentos pela democratização" (OSMO e SCHRAIBER, 2015, p. 211) que se deram nas décadas de 1970 e 1980, principalmente no âmbito das lutas pela reforma sanitária brasileira. No que diz respeito à USP, a Faculdade de Saúde Pública ganha este nome em 1969 e o mantém desde então.

será o de amor" dizia uma das estrofes, dando o tom de tempos sobremaneira atuais, de egoísmos, de violências e de golpes.

Nestes tempos, a cada voz e cada encontro, eu era jogado mais adentro deste mar agitado: morte e vida pareciam andar de mãos dadas, estavam em cada história e em cada olhar das pessoas com quem conversava – vim a descobrir que estavam, inclusive, na minha própria existência. O sofrimento social convivia com modos potentes de se estar no mundo – ao ponto de, por vezes, ser até difícil definir onde terminava violência e onde começava vida (perguntava-me se isto seria, mesmo, divisível; se seria um objetivo a se perseguir, um feito possível). Nos próximos anos, continuaria a fazer parte de inúmeros encontros onde tive a oportunidade de falar com ativistas antiproibicionistas e pessoas que usam drogas e, aliado a todas as leituras feitas durante a pesquisa, pude vislumbrar o que queria fazer e como queria fazer (também este, um eterno processo agridoce que nem termina com a entrega deste trabalho). Prossigo tentando tornar este mar mais navegável a mim e ao(à) leitor(a).

"Estava tentando fumar minha última pedra quando minha bolsa estourou. Na mesma hora, um policial entrou no beco tirando todos de lá e deu um chute na minha barriga. Fui para o hospital. Meu filho nasceu morto, mas depois sobreviveu (...). São os policiais que fazem a violência naquele lugar. Não somos nós. São os policiais."[4]. Pelas palavras deste relato de uma mulher que faz uso de crack, encontra-se a famigerada violência que afeta as populações periféricas não apenas no contexto paulistano ou brasileiro, mas global.

As pessoas que usam drogas – nomeadamente as ditas mais vulneráveis, com escasso acesso à políticas de moradia, educação e saúde –, vivem em locais onde a violência estatal, o racismo, a violência de gênero e as desigualdade inerentes ao sistema capitalista se intersectam. Sabemos, obviamente, das incontáveis diferenças que existem entre as mais variadas pessoas que usam as mais variadas drogas, assim como uma multiplicidade de olhares com a qual podemos nos debruçar sobre estas situações. Adiante, exploro então estes dois pontos iniciais que são basilares na caracterização desta pesquisa: 1) começo definindo o olhar que este trabalho busca ter e, posteriormente, 2) entro na nebulosa questão de quem são essas pessoas que usam drogas presentes neste trabalho – sabendo que as definições nunca representam o todo em sua diversidade –, assim como defino termos-chave que utilizo nesta pesquisa.

---

[4] Este foi um dos relatos dado no evento "As múltiplas faces da política de drogas em SP", organizado pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas e realizado na organização comunitária Aparelha Luzia, na cidade de São Paulo/SP, em junho de 2017.

1) Ao entrar em contato com relatos como o supracitado ou reportagens sobre uso de drogas em locais públicos, tais aspectos estruturais e coercitivos são os que mais ouvimos falar e são merecidamente tratados em diversos estudos e denúncias – e toda a série de violências dirigida à população que usa drogas necessita ser visibilizada e debatida, tanto a nível acadêmico pela Saúde Coletiva e por outras áreas do saber, quanto a nível social, pelos agentes públicos e cidadãos. Percebi, porém, que o que me motivava e que começara a identificar como motivação principal para esta pesquisa, era debater o que me parecia ainda mais acobertado pelo contexto existente das violências. Porque se o relato descrito anteriormente consegue refletir a violenta ação policial, via algo mais que se mostrava tão potente quanto: a voz daquela mulher que faz uso de drogas. Penso que, talvez, entre morte e vida, preferia ver vida.

Esta voz, que é frequentemente negada ou invisibilizada, carrega consigo uma série de entendimentos genuínos e perspectivas locais: a percepção de quem é o sujeito ou a força que constrói a violência naquele local e mesmo o que é violência para quem têm suas vidas violentadas de diversas maneiras por diversas forças e sujeitos, além de como são possíveis caminhos de existência que escapem a esta repressão. Esta é a voz da agência. A motivação para esta pesquisa veio, pois, do ímpeto de trazer à tona interpretações, experiências e vozes que fossem além das narrativas de violência dos contextos caracterizados pelo uso de drogas e surgiu por reflexões geradas a partir do debate sobre a relação estrutura-agente nas ciências sociais e a partir da contribuição dos intelectuais pós e de-coloniais ao próprio conceito de agência e subalternidade.

No que diz respeito à primeira reflexão, cabe o auxílio de José Machado Pais quando discorre sobre a sociologia da vida cotidiana. Elucidando como o instrumento de análise sociológico pode optar por ora dar ênfase aos fatores estruturais, levando ao extremo as teses de Durkheim, ora tomar-se dos contextos cotidianos dos indivíduos em suas espontaneidades, aspirações e descompassos, o autor pontua que

> [ainda] que os indivíduos se vejam enquadrados por sintaxes prescritas, as suas condutas, ao refletirem trajetórias indeterminadas e heterogêneas, traçam diferentes ardis de interesses e de desejos que circulam num constante vaivém, transbordando e desviando-se do relevo imposto pela lógica de qualquer sistema (2002, p. 133).

Somada a esta reflexão, os autores pós e de-coloniais também dão ênfase para a "emergência e negociação daquelas agências do marginal, da minoria, do subalterno ou do diaspórico, que nos incitam a pensar através – e para além – da teoria" (BHABHA, 1998, p. 253). As considerações de Gayatri Spivak (2010) dão especial atenção à tentativa de se criar espaços legítimos de escuta do subalterno, devido às latentes negações e dificuldades

estabelecidas contra as agências subalternas por sujeitos, epistemologias e espaços de representação ainda imperialistas e eurocêntricos.

Quanto mais entendia que queria visibilizar narrativas outras, mais compreendia a relação intrínseca que existe entre morte e vida, entre o considerado repressão e o considerado liberdade, em outras palavras, entre as estruturas de dominação sociais e culturais e as agências. As inúmeras etnografias em cenas de uso de drogas e os relatos das próprias pessoas caminham pela linha, às vezes tênue, às vezes marcante, entre constrangimento e emancipação, entre violência e autonomia. Estas reflexões sugerem um nó epistemológico. Como qualquer estudo, principalmente um que pretende ser interdisciplinar, pode transitar entre esta dialética? Como não se restringir, de um lado, a um olhar extremamente *Durkheimniano*, à qual se refere Pais, e não se deixar tornar, de outro lado, uma ode idealista à agência?

Três autores, cujas propostas eu não poderia hesitar em colocar por enriquecerem esta reflexão, proporcionaram-me caminhos pungentes: Donna Haraway (2009), Sebastian Conrad (2016) e Dipesh Chakrabarty (2000). A autora de "Manifesto Ciborgue" também parte de um olhar interdisciplinar (biológico, filosófico e feminista), traçando um caminho onde problematiza nossos modos de ser híbridos, para explorar corpos e narrativas que expandam suas fronteiras e se representem de formas outras. Considerando que, de um lado, uma perspectiva pode significar uma "grade de controle sobre o planeta" e, de outro, pode significar "realidade sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas (...) não temam suas identidades permanentemente parciais e posições contraditórias", de acordo com a autora (2009, p. 46)

> a luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades que seriam inimagináveis a partir do outro ponto de vista. Uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças.

A partir desta visão, Haraway (2009, p. 86) propõe o que denomina de escrita ciborgue:

> A escrita-ciborgue não tem a ver com a Queda, com a fantasia de uma totalidade que, "era-uma-vez", existia antes da linguagem, antes da escrita, antes do Homem. A escrita-ciborgue tem a ver com o poder de sobreviver, não com base em uma inocência original, mas com base na tomada de posse dos mesmos instrumentos para marcar o mundo que as marcou como outras. Os instrumentos são, com frequência, histórias recontadas, que invertem e deslocam os dualismos hierárquicos de identidades naturalizadas. Ao recontar as histórias de origem, as autoras-ciborgue subvertem os mitos centrais de origem da cultura ocidental.

Penso que Sebastian Conrad possui a mesma abordagem em sua proposta de história global. O autor é estimulado pelas implicações de se fabricar um mundo, isto é, que história é contada, por quem é contada, para que é contada? Conrad (2016, p. 232, tradução minha) explica que o foco da história global muda para "dinâmicas endógenas, para uma história indutiva 'de baixo', na qual influências externas se mostram presentes como um contexto geral, mas não dominam desenvolvimentos". Suas percepções assemelham-se à dos estudos pós-coloniais quando o autor (2016, p 232, tradução minha) fala que é importante lembrar que

> as estruturas globais são tão moldadas pela atividade humana quanto são responsáveis por moldá-la; elas são o resultado de processos de estruturação. Como tal, elas ajudam a definir as condições sob as quais as pessoas agem, mas não ditam seu comportamento. As estruturas enquadram situações específicas e tornam alguns desenvolvimentos improváveis. Elas não determinam a agência humana.

Penso que Dipesh Chakrabarty explora e condensa estas reflexões de forma brilhante – na verdade, o faz por todo seu livro "Provincializando a Europa". Segundo o autor (2000, p. 254), a tentativa é de se aliar dois tipos de perspectivas, uma mais estrutural e global e uma que mostra o poder do agente e do local:

> [...] colocar-se num estado de permanente tensão, um diálogo entre dois pontos de vista contraditórios. De um lado, está a indispensável e universal narrativa do capitalismo. Esta narrativa nos oferece uma crítica ao capitalismo imperialista e vislumbres evasivos porém necessariamente inspiradores da promessa do Iluminismo de uma humanidade abstrata, universal, mas jamais realizada [...]. Do outro lado, está o pensamento sobre as diversas maneiras de ser humano, as infinitas comensurabilidades pelas quais nós nos esforçamos com o intuito de viver em nossas diferentes noções de pertencimento ôntico.

A influência destes três autores foi primordial para que eu estabelecesse um olhar aberto e interdisciplinar que fosse o menos rasurado e o mais acurado possível. Acurado não no sentido de construir uma verdade, mas no sentido de construir uma narrativa descentralizada que fizesse jus aos sofrimentos das pessoas e às suas próprias agências e experiências. Uma narrativa que se estabeleça entre e pelos campos de força de maneira flutuante, talvez equânime, enxergando e respeitando, ainda, as devidas assimetrias de poder. Posteriormente, irei definir os objetivos a que se propõe esta pesquisa, decorrentes desta tentativa de olhar e desta construção narrativa.

2) Finalmente, explico sobre quem escrevo quando me refiro às pessoas que usam drogas e defino alguns termos fundamentais desta pesquisa. Ao explorar a pergunta: "de que pessoas que usam drogas estou falando?" vi nascer, talvez, o maior imbróglio com o qual me deparei nesta pesquisa. Em primeiro lugar, porque é evidente que não estou falando de qualquer pessoa que utiliza drogas e, em segundo lugar, porque poderia caracterizar as

pessoas que, de fato considero neste estudo, de diversas formas. No decorrer da elaboração desta pesquisa, ainda sem ter chego à conclusões sobre esta representação, pensei em caracterizá-las como: pessoas que estão às margens do Estado (pela expressão de Veena Das[5]), usuários/as de rua, usuários em ambientes de violência, e, por fim, cheguei à categoria de vulnerabilidade, isto é, defini-las enquanto pessoas vulneráveis ou em contextos de vulnerabilidade.

Penso que este termo porém, é um tanto relativo e um tanto impreciso, porque caracterizar vulnerabilidade é sempre uma questão relacional: para se falar de pessoas que estão numa situação vulnerável, requer-se um padrão, isto é, o que seria considerado pessoas não ou menos vulneráveis e a partir daí e do que se distancia disto, chegar à caracterização do que seria, de fato, vulnerável. Neste sentido, é interessante trazer a problematização que Silva e Adorno (2013, p. 21 e 22) trazem, sugerindo a necessidade de uma outra compreensão do termo:

> Consideramos aqui o termo "vulnerabilidade" em um sentido mais amplo e menos classificatório do que vem sendo utilizado no campo da saúde coletiva, pois consideramos que as respostas que os sujeitos dão às situações limites e aos agravos e sofrimentos cotidianos, os lugares sociais em que passam a viver constrangimentos, doenças, pobreza, acidentes etc, tem um caráter muito mais amplo do que o simples sistema classificatório em graus, espécies ou severidades desses agravos/vulnerabilidades; melhor dizendo, é possível compreender as vulnerabilidades em função das respostas, resistências, contestações, resiliências e formas adaptativas ou não a situação em que passam a ser dispostos ou tratados.

É incontestável que em nossa sociedade existem pessoas mais vulneráveis em relação a outras, de diversas formas e por diversos aspectos e, é óbvio também, que o uso desta definição teórica pode ser apropriada e se fez importante historicamente, principalmente dentro da Saúde Coletiva com os estudos de Ayres sobre HIV/Aids. Ainda assim, penso que esta definição é imprecisa por ser diminuta (aliás, como toda tentativa de definição). Penso que caracterizar estas pessoas enquanto vulneráveis é já colocá-las num perímetro específico de representação, menor e despotencializado.

Como então, definir as pessoas sobre as quais tento refletir, sabendo que tais definições nunca as contemplarão em seu todo? Falo, sim, sobre as pessoas que usam drogas nas margens do Estado, com escasso acesso à políticas públicas, em territórios de violência, onde há intersecções dos mais diversos tipos de opressão e repressão, tanto dos aparelhos do Estado quanto do imaginário coletivo. Falo, sim, de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Falo de pessoas negras e pobres, em sua maioria ocupando os espaços

---

[5] DAS, Veena. **Life and Words: Violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

públicos e as ruas das grandes cidades, que geram suas próprias comunidades e interações pelo uso de drogas, que é apenas uma de tantas atividades que desempenham. Ao final e ao cabo, entendi que falo de pessoas cujas identidades e representações são constante e continuamente forjadas – pelos meios de comunicação da mídia hegemônica, pela família burguesa, até mesmo pela Academia. Pessoas que são constituídas como perversas, loucas, degeneradas. Pessoas que são constituídas como ameaças, restringidas ao jargão de dependentes químicas, cujos corpos à solta no espaço público amedrontam e atrapalham a moral cristã e os planos de revitalização dos conglomerados capitalistas. Pessoas com definidos recortes de raça e classe. Falo destas pessoas. Ao longo desta pesquisa, pretendo caracterizar melhor as imagens produzidas delas, com os instrumentos teóricos pós e de-coloniais. Para o que vale até este momento, reafirmo que falo de pessoas cujas vivências se dão nos espaços públicos, cujas identidades são subjugadas e cujas imagens são diminutamente singularizadas para as forjarem enquanto perigosas viciadas. De agora em diante, utilizarei apenas a denominação "pessoas que usam drogas", tendo sempre como recorte as caracterizações supracitadas.

Proponho-me a analisar as estruturas de coerção que o paradigma proibicionista mantêm sobre estas pessoas e, em seguida, explorar meios de mostrar as vivências das agências subalternas, "as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (SPIVAK, 2010, p.12), tanto com relação às suas experiências cotidianas (para isto bebi de contribuições etnográficas) quanto com relação aos movimentos que se organizam ao redor destas pessoas, demandando políticas e epistemologias outras.

Por fim, necessito definir, ainda, expressões que utilizarei no decorrer da pesquisa. Emprego a definição de Fiore (2012, p. 10), que coloca que

> entre as drogas, há as psicoativas ou psicotrópicas, que têm como característica principal a ação sobre o funcionamento do cérebro. Hoje, o termo 'drogas' pode se referir tanto a seu sentido farmacológico, muito mais amplo, quanto a um conjunto bem mais restrito, ainda que flexível, de substâncias psicoativas, notadamente as ilícitas.

Utilizarei neste estudo, sobretudo, o termo drogas. Em certos contextos, utilizo o termo substâncias psicoativas, porém isto ocorre, principalmente, devido a citações diretas de outros/as autores/as, às quais opto por manter o referido termo. Por proibicionismo ou paradigma proibicionista, destaco também a definição de Fiore (2012, p. 9 e 10):

> é uma forma simplificada de classificar o paradigma proibicionista que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias. Seus desdobramentos, entretanto, vão muito além das convenções e legislações nacionais. O proibicionismo modulou o entendimento contemporâneo de substâncias psicoativas quando estabeleceu limites arbitrários para usos de drogas legais/positivas e ilegais/negativas [...]. Sustento que o paradigma proibicionista é composto de duas premissas fundamentais: 1) o uso dessas drogas é prescindível e intrinsecamente danoso, portanto não pode ser permitido; 2) a melhor forma de o Estado fazer isso é perseguir e punir seus produtores, vendedores e consumidores.

Apesar de utilizar esta definição do autor, que considero extremamente adequada, e apesar de ele afirmar que o proibicionismo vai além das convenções e legislações, modulando o entendimento contemporâneo das drogas (ou seja, o autor assimila o âmbito da cultura), ressalto que o tratamento dado ao termo proibicionismo neste estudo abrange não somente o aspecto político como, principalmente, o aspecto cultural. Durante o trabalho, argumentarei que esta invenção também se deu, notadamente, no campo da cultura e que levar em conta este aspecto é fundamental para compreender o paradigma proibicionista, suas funções e implicações, particularmente na América Latina.

Quando menciono "aspecto cultural" ou "campo da cultura" trato, especialmente, sobre elementos que não estão, necessariamente, materialmente dispostos no mundo. Trato de práticas sociais, intersubjetividades, lógicas coletivas que estão imbuídas tanto nos indivíduos ou em grupos sociais, quanto nas instituições (sendo também produzidas por eles), e que podem, ao cabo, materializarem-se no sentido de se tornarem políticas, leis, organizações, ciências. Para além de discorrer sobre o Estado-Nação e seus aparelhos, sobre políticas públicas e sobre a mídia, também objetos de análise neste estudo, creio que o foco está na investigação de racionalidades, lógicas, epistemologias e imaginários historicamente construídos na sociedade, de maneira local e global, que mantém o proibicionismo. O teórico cultural e sociólogo Stuart Hall foi grande influenciador deste trabalho e suas reflexões estão presentes ao longo desta pesquisa; sobre este campo semântico da cultura, o autor diz que

> A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e "culturas populares [*folkways*]", das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas [...]. A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesma – "dentro de identidades e correspondências inesperadas", assim como em "descontinuidades de tipos inesperados" – dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais (HALL, 2003, p. 128).

1.1 OBJETIVOS

"A arte é tanto uma arma poética para lutar
contra a violência, como um exercício de
liberdade contra as forças repressivas:
o verdadeiro criador é um ser que vive
dialeticamente entre a repressão e a liberdade."
(Rubem Valentim)

O presente trabalho tem como objetivo, portanto, colocar-se neste estado de tensão, como diz Chakrabarty, neste diálogo entre tais pontos de vista contraditórios: o paradigma proibicionista e as pessoas que usam drogas, assim como os movimentos e coletivos antiproibicionistas. Para isto, proponho-me a percorrer dois caminhos:

1) das estruturas para as agências (ou do macro ao micro), isto é, como as estruturas intimidam os agentes. Nesta parte, farei a análise crítica de como o *status quo* subjuga e violenta estas pessoas baseado, sobretudo: na colonialidade do poder/saber, conceito trabalhado por Ramón Grosfoguel (2008), Aníbal Quijano (2005) e Santiago Castro-Gómez (2005); no colonialismo interno, por Pablo Casanova (2007); e na violência epistêmica, por Gayatri Spivak (2010).
2) das agências para as estruturas (ou do micro ao macro), isto é, como os agentes conseguem subverter ou modificar as estruturas. Nesta seção, parto das imaginações destas pessoas e dos movimentos coletivos do mundo da vida – refletindo, principalmente, a partir de Tim Ingold (2011), João Biehl (2008) e Arjun Appadurai (1996) –, para chegar nas possibilidades de transformação das estruturas.

Estas reflexões, assim como a escolha destes olhares e teorias, não são apenas epistemológicas. Elas refletem uma visão de mundo e, consequentemente, a escolha de um ou outro tipo de método. Creio, portanto, que a leitura destes autores traz ponderações metodológicas, isto é, ponderações cujas consequências estabelecem-se também no campo da metodologia. Apesar de já ter explorado alguns pontos metodológicos na seção anterior, irei desenvolvê-los no capítulo seguinte, em que irei debruçar-me sobre as teorias pós e de-coloniais. No capítulo três, farei uma análise histórica e crítica sobre processos de interface local/global do proibicionismo (nesta análise, considerarei eventos e processos que julgo primordiais para a consolidação do paradigma proibicionista) e exploro também reflexões epistemológicas. No capítulo quatro, trago contribuições de etnografias sobre pessoas que

usam drogas, e algumas de suas vivências e experiências, assim como reflexões sobre movimentos e coletivos antiproibicionistas, prezando por um olhar que relacione as correntes fenomenológicas, interacionistas e a etnometodologia com a pós e a de-colonialidade[6]. Ainda neste capítulo, retomo questões epistemológicas a partir das contribuições de diversos autores pós-coloniais.

O principal argumento que procuro defender ao longo da pesquisa é que o paradigma proibicionista se sustenta, sobretudo, na estrutura colonial-capitalista, em que a lógica racista é tão fundamental quanto (e alia-se) à lógica socioeconômica. Esta estrutura também configura a divisão internacional do trabalho na qual podemos delinear uma relação de poder construída entre o Norte Global e o Sul Global (territórios historicamente colonizados). Esta estrutura é refletida tanto no macro quanto no micro, tanto no âmbito social e econômico quanto no âmbito cultural e epistemológico. Para que alternativas a esta estrutura e ao paradigma proibicionista possam surgir, argumento que necessitamos olhar para as agências da subalternidade e descolonizar ideais construídos como hegemônicos.

Toda esta pesquisa terá como base, portanto, os estudos pós-coloniais e decoloniais. Além disto, creio ser importante destacar que esta divisão de dois caminhos a serem percorridos serve ao propósito de facilitar o estudo. É imprescindível compreender que as estruturas de dominação e os agentes estão interconectados na vida cotidiana, se coproduzem e se confundem, até mesmo porque as estruturas e instituições são criadas também por agentes. Desta forma, este instrumento dialético apenas simplifica a análise, mas em nenhum momento sugere que exista ou que precise existir uma separação fixa entre estes caminhos. Como coloca Hall (2003, p. 158), "a dicotomia estruturalista entre 'estrutura' e 'prática' – como entre 'sincronia' e 'diacronia' – atende a um propósito analítico útil, mas não deve ser fetichizada através de uma distinção rígida e mutuamente exclusiva". O quinto capítulo desta pesquisa procura justamente confundir e aproximar esta visão aparentemente dicotômica.

Finalmente, girando em torno dos objetivos supracitado, a pesquisa objetiva também discorrer sobre concepções epistemológicas que podem ser traçadas diante de conhecimentos

---

[6] Um dos intuitos originais desta pesquisa era realizar um trabalho de campo, fosse etnografia, entrevistas ou histórias de vida, que pudesse se encaixar na visão que tive para este trabalho, fundamentalmente cultural e pós/de-colonial. Porém, devido ao tempo insuficiente do período de mestrado aliado a uma proposta de pesquisa ampla – que inclui a leitura de uma extensa bibliografia, não apenas da temática das drogas e da saúde, mas também (e, talvez, principalmente) de linhas teóricas pós e de-coloniais –, após o Exame de Qualificação e seguindo o conselho da banca, optei por abrir mão deste intuito. Propus-me, então, a trazer meu olhar sobre certas etnografias e a buscar nelas inúmeras pessoas cujas histórias e produções considero serem cruciais para este estudo.

coercitivos e contribuições que podem ser geradas para a Saúde Coletiva e para a saúde global com argumentos provenientes de estudos sobre micropolítica.

2. ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO I: AS TEORIAS PÓS-COLONIAIS E DE-COLONIAIS

"Imperialism leaves behind germs of rot which we must clinically detect and remove from our land but from our minds as well." (Franz Fanon)

Para levar a cabo a tarefa de percorrer estes dois caminhos aparentemente contrapostos, serão utilizadas, sobretudo, as teorias pós-coloniais e as teorias de-coloniais. Por estarem no cerne deste estudo e por terem aplicações relativamente recentes nos espaços acadêmicos do Brasil, necessito traçar um breve contexto histórico destas teorias, com que inquietações elas nasceram e com quais finalidades.

Ballestrin (2013) faz uma sucinta genealogia do pós-colonialismo, destacando suas origens na segunda metade do século XX, no contexto da passagem do estruturalismo para o pós-estruturalismo. Neste período, três autores em particular, conhecidos como a "tríade francesa", foram de muita influência à construção do campo: Aimé Cesáire[7], poeta, negro, nascido na Martinica; Albert Memmi[8], escritor e professor, nascido na Tunísia; e, Franz Fanon[9], psicanalista, negro, também nascido na Martinica e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia. Junto destes, soma-se um outro autor importante, o crítico literário de origem palestina Edward Said[10]. Marcados principalmente pela experiência diaspórica (nascidos no Sul-Global e ocupando espaços de destaque no Norte Global), estes autores se inquietaram com a construção de conhecimento eurocêntrica e começaram a buscar formas de descentralizar as narrativas e os sujeitos da modernidade. Esta perspectiva "desnormatizante" avançou conforme eram explorados também caminhos de superação das relações de colonização, da diferença colonial e da colonialidade, por meio desse olhar periférico e diaspórico (BALLESTRIN, 2013, p. 91). Hall coloca que

---

[7] Ver **Discurso sobre o colonialismo (1950).**
[8] Ver **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador (1947).**
[9] Publicou "Os condenados da terra" em 1961, livro referência ao argumento pós-colonial.
[10] Publicou "Orientalismo" em 1978, outro livro referência aos estudos pós-coloniais, em que argumentava sobre a invenção do Oriente pelo Ocidente (BALLESTRIN, 2013, p. 92).

> O "pós-colonial" relê a "colonização" como parte de um processo global essencialmente transnacional ou transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou "global" das grandes narrativas imperiais do passado [...]. Dessa forma, o "pós-colonial" provoca uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica que, na historiografia liberal e na sociologia histórica weberiana, assim como nas tradições dominantes do marxismo ocidental, reservou a essa dimensão global uma presença subordinada em uma história que poderia ser contada a partir do interior de seus parâmetros europeus [...]. É privilegiando essa dimensão ausente ou desvalorizada da narrativa oficial da "colonização" que o "pós-colonial" se torna conceitualmente distinto (HALL, 2003, p. 102, 106 e 110).

Na décadas de 1970, a formação do Grupo de Estudos Subalternos no sul da Ásia "acabou por reforçar o pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político" (BALLESTRIN, 2013, p. 92). Os autores indianos, denominados por Ballestrin (2013, p. 92) como a "tríade sagrada" do pós-colonialismo, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak tornaram-se referências nos estudos pós-coloniais durante a década de 1980. Ainda nesta década, o debate pós-colonial adentrou o campo da crítica literária e dos estudos culturais, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde destacaram-se o indiano Homi Bhabha, o jamaicano Stuart Hall e o inglês Paul Giroy, autores que acabaram tendo muita influência nas ciências sociais brasileiras (BALLESTRIN, 2013, p. 94) e podem ser tidos como precursores do pós-colonialismo como campo acadêmico.

Influenciados pelos estudos subalternos asiático, alguns intelectuais latino-americanos que viviam nos Estados Unidos criaram, na década de 1990, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. O Grupo foi motivado pelos então recentes processos de redemocratização na região, com o intuito de revisar epistemologias previamente estabelecidas e reconceitualizar o pluralismo e as condições de subalternidade no interior das sociedades plurais, como dizia seu manifesto inaugural (BALLESTRIN, 2013, p. 94). No entanto, alguns pensadores latino-americanos críticos e radicais com relação à proposta deste Grupo, decidiram romper com a perspectiva pós-colonial. Tais autores, como Walter Mignolo e Ramón Grosfoguel, ressaltaram que o lócus de enunciação pós-colonial estava nas heranças do império britânico e que era preciso uma crítica que, não só deixasse de transportar a análise destes autores para os contextos latino-americanos, como também construísse um lócus na América Latina (BALLESTRIN, 2013, p. 95). Entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000, foi fundado, então, o Grupo Modernidade/Colonialidade, com o objetivo de romper com os pensamentos ocidentais e construir uma epistemologia des-colonizada e completamente nova. Colocando, assim, a necessidade da decolonialidade à lógica da

modernidade/colonialidade, o movimento do Grupo também ficou denominado como "giro decolonial" (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Grosfoguel (2008, p. 116) coloca:

> Para todos nós que tomamos o partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais.

Isto significa que a tradição pós-colonial e a tradição de-colonial se propõem caminhos de conhecimento distintos. A proposta dos pós-coloniais considera o pensamento europeu "inadequado e indispensável" – utilizando as palavras de Chakrabarty (2000, p. 16) – , isto é, a epistemologia europeia é imprescindível e suas insuficiências podem ser transformadas à luz das perspectivas e saberes dos povos colonizados; já a proposta dos decoloniais está em romper radicalmente com o conhecimento europeu e construir uma nova epistemologia fundamentalmente latino-americana. Para os propósitos desta pesquisa e para a compreensão deste estudo, apesar de parecer contraditório, creio ter sido primordial utilizar tanto autores pós-coloniais quanto autores decoloniais – e, abaixo exponho dois motivos principais.

Em primeiro lugar, é relevante ressaltar a aproximação desta pesquisa com a proposta de conhecimento dos pós-coloniais por considerar pouco possível e cabível a construção de uma epistemologia supostamente sem interferências europeias, como objetivam os decoloniais, considerando que nosso conhecimento foi histórica e profundamente entrelaçado com referências euro-estadunidenses e não conseguiríamos nos desagregar da epistemologia europeia nem se isto fosse desejável. Este é um nó, inclusive, para o próprio Grupo Modernidade/Colonialidade. Ao final de seu texto, Ballestrin coloca perguntas importantes neste sentido, às quais replico algumas aqui e que se mostram necessárias ao debate coletivo: "é possível romper com a lógica da colonialidade/modernidade sem que abandonemos as contribuições do pensamento ocidental/europeu/iluminista [...] para a própria decolonização?" (BALLESTRIN, 2013, p. 112); "Será que o êxito da sua proposta depende de sua própria condição subalterna e periférica?" (BALLESTRIN, 2013, p. 112); "Como lidar com a paternidade europeia das nossas instituições e pensamentos políticos?" (BALLESTRIN, 2013, p. 112). Estes são questionamentos que ainda precisamos abordar dentro do pensamento decolonial. Ainda assim, enxergo como fundamental as tentativas de descolonização epistêmica e do imaginário latino-americano no que diz respeito a retirar o conhecimento e a subjetividade euro-estadunidense do centro e valorizar uma cosmologia local. Este processo pode ser lido como uma resposta à "tendência histórica da divisão de trabalho no âmbito das

ciências sociais (Alatas, 2003), na qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica (Connell, 2012)" (BALLESTRIN, 2013, p. 109).

Em segundo lugar, opto por utilizar as duas correntes teóricas simplesmente pelo fato de ambas oferecem conceitos primordiais para esta pesquisa. De forma geral, com os pós-coloniais, consigo, principalmente, identificar as potencialidades das agências locais e, com os decoloniais latino-americanos, por promoverem o debate sobre raça e colonialidade do poder/saber, consigo analisar as coerções estruturais que ainda estão na base das subjetividades e das políticas latino-americanas.

Antes de relacionar alguns aspectos da pós e decolonialidade com o tema desta pesquisa, tomo-me um certo tempo para elucidar outro ponto, que diz respeito à incorporação deste campo teórico no Brasil. Sobre isto, Ballestrin (2013, p. 111) coloca:

> [...] uma questão importante que não povoa o imaginário pós-colonial e decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade é a discussão sobre e com o Brasil. Esse é um ponto problemático, já que a colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial europeia – trouxe especificidades ao caso brasileiro em relação ao resto da América. O Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana. É significativo o fato de não haver um(a) pesquisador(a) brasileiro(a) associado ao grupo, assim como nenhum cientista político – brasileiro ou não. Também o grupo foi atingido pelo "complexo de Colombo" (Melman, 2000). Assim, ele privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos.

Creio que este ponto levantado por Ballestrin é fundamental para o entendimento da pouca participação brasileira no Grupo e também da tímida (ou recente) inclusão da perspectiva pós/decolonial na Academia do país. De 12 a 15 de novembro de 2018, participei, em Buenos Aires/Argentina, do *IV Congreso de Estudios Poscoloniales y VI Jornadas de Feminismo Poscolonial "Cuerpos, imaginarios y procesos de racialización contemporáneos en el Sur*". Apresentei parte desta pesquisa na Mesa Temática "*Estudios culturales e imaginarios poscoloniales*" ao lado de outras duas colegas brasileiras e mais três colegas de outros países da América Latina (Costa Rica e Chile). O que pude perceber, primeiramente, foi a importância das teorias pós e decoloniais enquanto valiosas lentes de interpretação para o território brasileiro. Das colegas conterrâneas, uma apresentou um trabalho sobre sua atuação em um coletivo de arte em Belém e a outra sobre a produção cultural de um coletivo de mulheres na periferia de São Paulo. Territórios e contextos nacionais fundamentalmente distintos, mas ambos sendo vistos pela chave da pós/decolonialidade, mostra a pertinência deste campo teórico para nossa Academia.

Outro ponto que notei refere-se, particularmente, à dificuldade do Brasil em integrar-se política e epistemologicamente com o restante da América Latina. Refletindo o fato da

colonização do Brasil ter sido diferente, pois portuguesa, e às outras tantas diferenças decorrentes disso, como a língua, percebo que ainda somos vistos como uma ilha no continente, em certa medida pelos outros latino-americanos mas, principalmente, por nós mesmos. Naquele ambiente que era, sobretudo, acadêmico, pude notar que certos acontecimentos do nosso território eram bastante visibilizados entre outros latino-americanos – como os resultados da última eleição e a morte da vereadora Marielle Franco. Os acontecimentos dos outros países da região, entretanto, não eram tão conhecidos entre nós brasileiros. Esta realidade apartada creio que é, de fato, um dos motivos principais deste distanciamento brasileiro com perspectivas políticas e epistemológicas latino-americanas.

Outro aspecto que trago – desta vez relacionado à distância da Academia brasileira, em específico, com os teóricos pós-coloniais indianos –, reflete justamente uma inquietação do meu processo de pesquisa[11]. Devido também às diferenças evidentes de colonização, a incorporação de perspectivas pós-coloniais, sobretudo indianas, ao nosso território, apesar de considerar pungente é igualmente complexa. Ao contrário da Índia, o Brasil inscreveu diminutamente em sua narrativa nacional (ou teve pouco acesso) à história de seus povos originários e às práticas e cosmologias pré-colonização. Enquanto os cientistas indianos logram levar a cabo a tarefa de inscrever narrativas outras sobre seus territórios, identificar caminhos de modernidade não-eurocêntricos e explorar os encontros epistemológicos (porque muitas cosmologias e práticas consideradas locais permaneceram apesar da colonização), penso que a violenta colonização latino-americana fez com que nossas realidades fossem sobremaneira tomadas pela narrativa ocidental em seu viés eurocêntrico e, portanto, a tarefa exaltada e empreendida pelos indianos torna-se demasiado árdua para nós. Ainda assim, ressalto que, apesar de complexa, esta tarefa é fundamental e – inspirado pelas minhas colegas brasileiras no Congresso – sou levado a crer que a incorporação do campo teórico pós e de-colonial no Brasil vem crescendo e pode trilhar caminhos frutíferos.

Após ter traçado uma breve reconstrução das teorias pós e decoloniais, justificado a utilização de ambas e refletido sobre seu uso na Academia brasileira, permito-me agora explicar o porquê destas teorias estarem sendo a lente de interpretação nesta pesquisa. Ambas as correntes teóricas convergem quando falam sobre a necessidade de considerar, efetivamente, o conhecimento do subalterno. Grosfoguel (2008, p. 136) coloca:

> Acredito que a análise do sistema-mundo precisa de descolonizar a sua epistemologia, levando a sério o lado subalterno da diferença colonial: o lado da

[11] Estas reflexões também foram debatidas em grupo nas aulas de "Globalização, Cultura e Ambiente", ministrada por Wagner Costa Ribeiro e Estevão Bosco na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 2017. Estes debates influenciaram profundamente a pesquisa.

> periferia, dos trabalhadores, das mulheres, dos indivíduos racializados/colonizados, dos homossexuais/lésbicas e dos movimentos anti-sistémicos que participam no processo de produção de conhecimento.

Bhabha, por sua vez, ressalta a tarefa de escrever outras histórias e epistemologias, novamente dando poder ao local do subalterno:

> A pós-colonialidade é um salutar lembrete das novas relações "neocoloniais" remanescentes no interior da "nova" ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional. Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência. Além disto, no entanto, a crítica pós-colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos "de outro modo que não a modernidade". Tais culturas de contra-modernidade pós-colonial podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém elas também põem o campo do hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para "traduzir" e, portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade. (BHABHA, 1998, p. 26)

Em congruência com a descrição de cada aspecto da pós-colonialidade concebida por Bhabha, pode-se relacionar um ponto do debate sobre drogas, isto é: a política de drogas reflete uma nova relação neocolonial mundial (ao se pensar produção, distribuição e punição em nível global) e, nesta medida, a cultura dos grupos que usam drogas pode ser compreendida como uma narrativa em desacordo com a modernidade ou resistente a ela. Para o que nos interessa, portanto, as experiências das pessoas são capazes de reinscrever o imaginário social sobre o próprio uso de drogas e questionar as opressivas tecnologias da modernidade, advindas desde o Iluminismo.

Esta pesquisa se propõe, pois, a realizar uma discussão bibliográfica embasada na crítica pós e decolonial, ou seja, os pontos principais e as questões a serem exploradas se encontram, sobretudo, num debate conceitual voltado às intersecções entre saúde coletiva e ciências sociais, em constante interface com os argumentos pós e decoloniais. Creio que este arcabouço teórico e metodológico é profícuo para se pensar a política de drogas, a manutenção da lógica por trás da guerra às drogas (que é fundamentalmente global) e as existências de sujeitos e coletivos situados entre as fabricações de subjugação e opressão desta lógica e suas próprias vozes e agências, sendo uma lente de intepretação congruente à composição do complexo quadro social, cultural e econômico que diz respeito às pessoas que usam drogas.

3. DAS ESTRUTURAS PARA AS AGÊNCIAS

"Todas as manhãs tenho os punhos
sangrando e dormentes
tal é a minha lida
cavando, cavando torrões de terra,
até lá, onde os homens enterram
a esperança roubada de outros homens."
(Conceição Evaristo)

Na tentativa de passar primeiro pelos fatores estruturais de repressão fabricados historicamente para constranger e controlar os agentes que utilizam drogas, faz-se imperativo rever como estes instrumentos foram criados e as relações de poder que foram desenhadas. É primordial, portanto, destacar um pressuposto básico neste início: de que a dinâmica local e internacional das drogas, fruto também da globalização, foi fabricada no entrelaçamento cultural e político global, isto é, na constante interação e influência entre pessoas e países, sempre tentando levar em conta as distintas relações de poder – pelo salutar lembrete de Spivak (2010, p. 23) de não esquecer a divisão internacional do trabalho.

A invenção do proibicionismo foi processual e existem diversos fatores em diversos aspectos da vida (cultural, social, geográfico, político, econômico, religioso) que podemos analisar enquanto importantes para esta criação. Esta pesquisa irá explorar predominantemente os aspectos culturais em interface com os aspectos econômicos, sociais e políticos – e faço questão de explorar alguns motivos e reflexões provenientes desta escolha.

Em primeiro lugar, este objetivo não reflete a crença de um menor poder dos outros campos e um predomínio da cultura enquanto força motriz social e histórica, reflete apenas uma das diretrizes deste trabalho que é, precisamente, mostrar o poder do campo cultural. Algo que me inquietou antes da elaboração desta pesquisa foi a grande quantidade de estudos econômicos e sociais, por exemplo, existentes sobre o panorama das drogas. Estudos estes primordiais, que inclusive fizeram parte deste trabalho e de suas maiores reflexões, mas que nasciam, mais ou menos, dos mesmos campos acadêmicos. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, dos olhares pós e de-coloniais e profundamente inspirado pelos estudos culturais de Hall, vi uma oportunidade de lançar um olhar outro sobre questões já conhecidas. Poderia continuar a discorrer aqui sobre os dois paradigmas dos estudos culturais, o

culturalista e o estruturalista[12], baseado em extensas leituras de Hall (2003), assim como, sobre as considerações de Grosfoguel (2008) acerca da necessidade de intervenção decolonial em estudos que flutuam entre o perigo do reducionismo econômico e o perigo do culturalismo; acredito, porém, que estas são discussões que tomariam muito tempo e atrapalhariam a cadência da pesquisa.

Termino por ressaltar um último ponto, que dado o tempo de realização deste trabalho, torna-se muito difícil, quiçá impossível, realizar um estudo que abarque todos os fatores e campos possíveis com relação à invenção do proibicionismo. Além disto, diversos autores que inclusive serão trabalhados aqui, já tiveram propostas e estudos com tal finalidade. Por fim, reafirmo novamente que estas divisões e escolhas de campos preferenciais são meros facilitadores analíticos, considerando que todos eles operam e são operados entrelaçadamente, retroalimentam-se e se sustentam num processo dialógico.

3.1 HISTÓRICO DA INVENÇÃO DO PROIBICIONISMO

Ao considerarmos uma história ou genealogia das drogas, ela pode partir de variados pontos e considerar diversas narrativas. O autor Antonio Escohotado, por exemplo, em "Historia General de las Drogas", inicia sua análise desde o neolítico, passando pelas civilizações pré-colombianas e orientais, pela Grécia Antiga e Roma e, finalmente, com o trânsito para a modernidade, através da Grandes Navegações. Ou seja, esta história são, na verdade, histórias. Possuem origens geográficas e culturais diversas e consideravelmente antigas. Os fenômenos que foram escolhidos aqui para serem utilizados, não obstante, partem do início da era moderna; seus desdobramentos são recentes e desembocam no proibicionismo como conhecemos hoje. Trago estes eventos e processos pela importância que possuem na construção do paradigma proibicionista moderno e por considerá-los reflexo de como este paradigma consolidou-se por meios, sobretudo, coloniais e racistas, um dos principais argumentos que esta pesquisa desenvolverá.

Inicio esta análise sociocultural e política, destacando o momento em que as substâncias psicoativas (SPA) começaram a se tornar produtos e comercializadas globalmente.

> a partir do século XVI, quando, com as Grandes Navegações, os europeus entraram em contato com uma diversidade de produtos, entre eles as SPA. [...] as metrópoles

[12] Estudos culturais: dois paradigmas. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.

> não tardaram a perceber que alguma tolerância em relação ao uso destas SPA era estratégica para a dominação dos povos colonizados e que, além disso, o comércio das mesmas poderia ser bastante lucrativo. Assim, diversas SPA originárias das colônias foram progressivamente introduzidas nas sociedades europeias. Com o desenvolvimento e a expansão global do capitalismo, paulatinamente as SPA se converteram em mercadorias, o que alterou todo o seu processo de produção, distribuição e consumo (RYBKA, 2015, p. 27 e 28).

É primordial notar aqui, como o início da dinâmica de circulação de drogas na era moderna, reflexo da propagação do capitalismo/colonialismo, forma o contexto para os processos que serão colocados adiante. Tanto o campo da cultura quanto da política começam a ser influenciados, portanto, por um *telos* de dominação europeia e expansão de lucro. Entender este contexto de nascimento do paradigma proibicionista moderno também é essencial para os conceitos que serão trabalhados posteriormente de colonialidade do poder/saber.

Um caso que ilustra esta combinação de dominação colonial com expansão capitalista são as Guerras do Ópio (que ocorreram interruptamente entre 1839 e 1865). De acordo com Silva (2013, p. 63), "o ópio inaugurou o comércio internacional de drogas, os conflitos internacionais sobre drogas, as máfias e as tentativas domésticas e multilaterais de controle". O ópio já era conhecido e utilizado pela população chinesa desde o início da Era Cristã, mas foi somente em meados do século XVII que começou a ser utilizado como fumo (devido à proibição de tabaco por um édito da época[13]). Nos próximos séculos, seu consumo se expandiria pelo país e o Reino Unido seria o seu principal exportador, principalmente por plantios que realizava em sua então colônia da Índia. Silva (2013, p. 65) pontua que "ao longo do século XIX, sucessivas leis chinesas visando a impedir a importação e o consumo do ópio nada mais fizeram do que estimular o contrabando e a corrupção de agentes governamentais".

Com o consumo de ópio chegando a altos níveis na população e após diversas tentativas de controle da substância, o governo chinês declara, então, guerra contra o Império Britânico. Em todos os conflitos, o governo chinês saiu derrotado e teve como imposição a abertura dos portos ao ópio inglês e a legalização do comércio do produto. A utilização do comércio do ópio pelas potências europeias, tornava-se, pois, seu instrumento de política mercantil na Ásia (SILVA, 2013, p. 64) sob o grande lema do "livre comércio".

Como grande estandarte do liberalismo, logo o governo de Washington "percebeu que o controle do comércio de opiáceos seria um meio de erodir a primazia europeia sobre o comércio geral com a China" (SILVA, 2013, p. 75). Este interesse aumentou consideravelmente depois da vitória estadunidense na Guerra Hispano-Americana (1898),

[13] O fumo de tabaco havia sido introduzido na China por marinheiros europeus (SILVA, 2013).

quando dominaram as Filipinas, cuja parte da população já fazia uso do ópio. Os Estados Unidos tomaram uma série de medidas proibitivas ao uso da substância no território filipino, na esteira do que já acontecia em diversos estados do país. Logo, as ações de controle sob o uso e o consumo de ópio seriam capitaneadas "por um ator novo, os EUA, dispostos a assumir o papel de condutor da política mundial de controle da produção e do comércio de drogas [...]. Para lograr seus objetivos, utilizariam uma combinação de pressões morais, apoio a códigos reguladores, incentivos econômicos e uma diplomacia ativa" (SILVA, 2013, p. 75).

Na dinâmica do entrelaçamento global, logo os problemas do uso nocivo do ópio e as oportunidades de dominação colonial seriam expandidos. O próprio Reino Unido, beneficiado pelo comércio do produto, iria começar a identificar em seu território problemas devido ao uso nocivo da substância (na Índia, o consumo interno passou a ultrapassar as exportações). Nos Estados Unidos, em meados do século XIX, foi grande o fluxo de imigrantes chineses atraídos pela descoberta do ouro na Califórnia. Eles difundiram o fumo e inauguraram as casas de ópio no país, "contribuindo para aprofundar o preconceito da sociedade norte-americana contra os imigrantes chineses, ao associá-los a drogas, crime e depravação" (SILVA, 2013, p. 62). A autora pontua, portanto, que "a preocupação despertada não foi, portanto, apenas com os efeitos da droga, mas com seu usuário e com o caráter recreativo do consumo" (SILVA, 2013, p. 62).

Durante o século XIX, portanto, devido às experiências da globalização (expansão do comércio mundial e imigração), houve aumento do consumo de diversos produtos novos com efeitos psicoativos, principalmente do ópio, seguido da produção e consumo de novas substâncias (na verdade, a descoberta dos fármacos puros) como a morfina, a cafeína, a nicotina e a cocaína. "Alguns, como café, chá e tabaco, ganhariam em pouco tempo ampla aceitação, adquirindo funções significativas na sociedade; outros, como o ópio, a cocaína e seus derivados, seriam inicialmente aceitos, posteriormente questionados e, finalmente, vilificados" (SILVA, 2013, p. 58 e 59)[14]. Importante, também, considerar o que coloca Vargas (2008, p. 48):

> Enquanto as bebidas quentes, leves, estimulantes e não alcoólicas (como o chá, o café e o chocolate adoçados) se conformam com os ditames do capitalismo emergente e seus reclamos por sobriedade, racionalidade e disciplina no trabalho, o tabaco e as bebidas alcóolicas destiladas tornam mais suportáveis a crescente (o)pressão disciplinar e as precárias condições de vida que se abatem sobre os mais pobres ao entorpecê-los.

[14] Importante dizer aqui que considero que o ópio, a cocaína e seus derivados também exerceram e exercem funções significativas na sociedade.

Fazendo parte deste processo de questionamento e vilificação de certas substâncias, o imaginário coletivo sobre estas drogas, construído cultural e historicamente, começava a ser disputado, assim como o imaginário sobre quem as consumia. É o que Henrique Carneiro (2002, p. 3) analisa como a fabricação da doença do vício. O autor diz que

> Todo este período foi de uma escalada crescente na intervenção do Estado sobre a disciplinarização dos corpos, a medicalização das populações, recenseadas estatisticamente de acordo com os modelos epidemiológicos para os objetivos da eugenia social e racial, a 'higiene social' e a 'profilaxia moral', ou seja, tentativas de evitar a deterioração racial supostamente causada pelos degenerados hereditários, entre os quais se incluíam com lugar de destaque os viciados e bêbados (2002, p. 4).

Para isto, era necessário, portanto, a construção de um imaginário que deturpasse a imagem concebida destes grupos, a partir da depreciação do consumo de drogas. Como explica Carneiro (2002, p. 20), a ideia estabelecida foi de que

> as drogas causam degeneração do indivíduo e, portanto, da sociedade, são doenças sociais e individuais, de caráter epidêmico, pois altamente contagiantes. São um dos principais fatores anti-eugênicos, pois poluem o sangue e a raça, que se torna degenerada, por isso atinge especialmente as mulheres, que possuem constituição mais frágil. A noção médica e eugênica de decadência física e racial se uniu à noção de decadência política, moral e filosófica, assim como estética e literária. A droga tornou-se, de acordo a esta visão, um símbolo indiscutível desta decadência.

No Brasil, as cidades do Rio de Janeiro e Manaus, proibiram o uso da *cannabis* em seus antigos Códigos de Posturas, em 1830 e 1848, respectivamente. Estas proibições têm em comum "o fato de estarem relacionadas à práticas culturais dos negros escravos e outras populações subalternas" (TORCATO, 2013, p. 120). É evidente, então, que junto com a elaboração de imagens forjadas das substâncias que atuariam sobre a mente, naturalizando-as por si só como essencialmente nocivas, instituiu-se por conseguinte as imagens forjadas de quem as consumiam: degenerados, da psique e da raça/etnia. É primordial notar aqui como interesses econômicos das grandes metrópoles coloniais se coadunaram às construções culturais na criação do proibicionismo, tanto durante quanto após o fim do período colonial, tendo como arena de expansão desta lógica política e cultural justamente os territórios historicamente colonizados. Este é um exemplo conveniente que pode ser definido pelo conceito de colonialidade.

> É aqui que reside a pertinência da distinção entre "colonialismo" e "colonialidade". A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial [...]. Eu uso a palavra "colonialismo" para me referir a "situações coloniais" impostas pela presença de uma administração colonial, como é o caso do período do colonialismo clássico, e, na esteira de Quijano, uso a designação "colonialidade" para me referir a "situações coloniais" da actualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista. Por "situações coloniais" entendo a opressão/exploração cultural, política, sexual e económica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes,

> com ou sem a existência de administrações coloniais [...]. A mitologia da "descolonização do mundo" tolda as continuidades entre o passado colonial e as actuais hierarquias coloniais/raciais globais, além de que contribui para a invisibilidade da "colonialidade" no momento presente (GROSFOGUEL, 2008, p. 126 e 127)[15].

É notável perceber como Silva continua a narrar estas origens do proibicionismo ao longo da descrição da Conferência Internacional do Ópio (1909), Conferência de Haia (1912) e o período da Liga das Nações porque, mesmo sendo uma análise estritamente política, é visível como todo este processo pode ser analisado pelo conceito de colonialidade. Não irei me ater detalhadamente às descrições destas conferências e convenções, mas é imprescindível trazer alguns de seus aspectos importantes, dizer que elas foram fundamentais para a histórica consolidação do proibicionismo e que demonstram os padrões de poder coloniais da história entrelaçada, a partir do momento em que os Estados inventam instrumentos de controle e criminalização do uso e consumo de drogas à nível global pelas denominadas vias legais[16].

Na primeira reunião interestatal sobre o tema, a Conferência Internacional do Ópio (1909), os Estados Unidos tiveram uma posição de embate contra os países europeus confrontando-os sobre o comércio de ópio na região asiática e, junto com a China, desejavam impor controles internacionais. Países com forte indústrias farmacêuticas, porém, como Alemanha, Suíça e Holanda, recusaram-se a impor qualquer restrição a este comércio. Apesar de não ter logrado um acordo, terminando apenas com algumas recomendações aos países, esta Conferência é tida pela autora (SILVA, 2013, p. 79) como "o ponto de partida para o controle internacional das drogas e o estabelecimento de um arcabouço internacional".

Do mesmo modo, a Convenção de Haia (1912), realizada três anos depois, foi marcada pelos interesses dos países europeus e dos Estados Unidos, cujos lucros ou desejo de lucros no mercado internacional de ópio, haxixe, *cannabis* e outras substâncias psicoativas, fosse pela indústria farmacêutica ou agrícola, pela produção, comercialização ou mesmo proibição, era latente. Esta Convenção "foi o primeiro tratado internacional de controle de drogas, regulamentando de forma incipiente a fabricação, comércio e uso da cocaína, ópio e seus derivados" (SILVA, 2013, p. 80). Além disto,

> deu à questão um tratamento repressivo e proibicionista: determinou a restrição da produção, venda e uso do ópio a necessidades "legítimas" (medicinais e científicas), estipulou a supressão gradual do seu fumo, estabeleceu um sistema de autorizações e registros e proibiu a exportação de drogas para Estados que banissem sua importação (SILVA, 2013, p. 80).

---

[15] Grosfoguel (2008) e Aníbal Quijano (2005), trabalham também com o termo "colonialidade do poder" que expande o significado do conceito para um processo estruturante global. Posteriormente, irei me ater e explorar a análise deste conceito.

[16] Também não será um aspecto desenvolvido a fundo neste estudo, mas é indispensável notar a relevância do campo do Direito Internacional na questão.

O período da Liga das Nações, por sua vez, seguiu a linha dos eventos supracitados. O Comitê Consultivo sobre o Tráfico de Ópio e Outras Substâncias Perigosas, instituído na Liga para cuidar das questões concernentes às drogas, logo "viu-se imediatamente dominado pelos integrantes europeus, donos de monopólios sobre a produção e distribuição de ópio, cujo real interesse era garantir o livre-comércio com a China" (SILVA, 2013, p. 83). Foi aprovada em 1925 a Convenção Internacional do Ópio, primeira reunião com presença de países latino-americanos, que criava mais mecanismos de controle (banco de dados sobre a produção mundial de ópio, rotas de comércio, cooperação internacional para implementação nacional de acordos, etc.).

No Brasil, o proibicionismo teria um marco relevante alguns anos antes, em 1921, com a Lei n° 4.294, que proibia a venda de substâncias venenosas como o ópio, cocaína e seus derivados e previa a pena de prisão para quem traficasse estas substâncias (TORCATO, 2013, p. 122). No país, segundo Torcato (2012, p. 122), "além da notável interferência de fatores externos, existe um certo consenso, portanto, da importância dos discursos e também da articulação política da classe médica para a implementação do proibicionismo". Na última seção deste capítulo, irei explorar a influência deste discurso médico/psiquiátrico no consolidação do proibicionismo no Brasil.

Nos anos seguintes, seriam aprovadas novas convenções que contribuiriam para a construção global do arcabouço legal proibicionista. Destaco a Convenção de 1936, primeira a qual o Brasil aderiu, que tipificava o crime de tráfico de drogas e estipulava sanções contra narcotraficantes; e a Convenção de 1931, segundo a qual "a melhor maneira de controlar a produção e distribuição ilegal de drogas era fazê-lo 'na origem'" (SILVA, 2013, p. 88). Inspirada pelos EUA, essa abordagem supunha uma separação entre países de oferta e países de demanda, bem como a crença de que o cultivo e o tráfico ilegal eram a causa do abuso de drogas (SILVA, 2013, p. 88). É importante destacar este raciocínio porque ele estará presente na lógica da guerra contra às drogas, encabeçada pelos EUA nas décadas seguintes e que será explorada posteriormente.

Neste contexto de consolidação de alguns aparatos proibicionistas, cujos agentes inscritos na história são, sobretudo, da Europa e dos Estados Unidos, faz-se necessário observar as invisibilidades, ou aparentes invisibilidades, desta narrativa global. Onde esteve o Sul Global neste processo? – no que concerne a pesquisa, especialmente, a América Latina? Não houve representação latino-americana tanto na Conferência Internacional do Ópio quanto na Convenção de Haia e a participação na Liga das Nações também foi escassa. Silva traz

algumas considerações sobre a limitada participação latino-americana e pontua que a atuação diminuta e, por suas palavras, "passiva", deu-se principalmente porque os países da região julgavam que estes problemas não os atingiriam. Discordo da visão da autora nesta questão, ao que contesto com argumentos decoloniais novamente relacionados à colonialidade e, inclusive, com relatos e posicionamentos que a própria autora utiliza.

A coca foi, durante o século XIX, o principal produto de exportação da Bolívia e do Peru destinando-se, no referido século, a indústrias farmacêuticas ocidentais (SILVA, 2013, p. 89). O sucesso e os lucros das grandes farmacêuticas do Norte Global deu-se, principalmente, pelas exportações de *commodities* do Sul Global. Impossível, nesta questão, não deixar de apontar o caráter capitalista/colonial da economia mundial, existente até hoje, em que as *commodities* têm preços mais baixos que os produtos industrializados e, portanto, os países com amplos parques industriais do Norte obtém divisas muito maiores no comércio internacional. Além disto, o cultivo de coca nestes países se dava também por razões culturais. Aliados ao México, estes Estados

> limitavam-se a alertar – sem êxito – para a inviabilidade da imposição de controles à produção, exceto se acompanhados por doses adequadas de assistência para o desenvolvimento. Há, é verdade, registros pontuais de intervenções de protesto daqueles três países contra a construção de um regime internacional de controles baseado na redução da oferta nos países de origem. Alegavam, com razão, que tal estratégia estava fadada ao fracasso, por basear-se em uma visão estreita do problema que ignorava suas causas subjacentes – subdesenvolvimento econômico e pobreza rural. Verbalizados com força insuficiente, aqueles argumentos foram de modo geral ignorados (SILVA, 2013, p. 91)

Ou seja, houve participação latino-americana no processo e estes países sabiam do quanto eram e podiam ser afetados pelas decisões políticas dos países do Norte Global, mas devido a profundas assimetrias de poder, principalmente na divisão internacional do trabalho, suas representações eram relegadas. Em 1926, o Brasil viu recusado seu pleito de assento permanente no Conselho e retirou-se da Liga da Nações. Ao todo, seis países da região fizeram o mesmo. A sub-representação do Sul Global em instâncias internacionais ainda é fato presente, dado que nas últimas décadas, o Brasil continuou a pleitear um cargo para membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, sem sucesso.

Portanto, não enxergo as posições destes países, em absoluto, como passivas. Afinal, o campo de forças da dinâmica global sempre os manteve na lógica da colonialidade. Pergunto-me se esta história macro foi, então, construída hegemonicamente pelos países europeus e pelos EUA. Apesar de não corroborar com a ideia de narrativas universais, mas pluriversais (GROSFOGUEL, 2008, p. 117), entender que a neutralidade e objetividade desta narrativa

são mitos ocidentais (GROSFOGUEL, 2008, p. 117) e saber que ainda temos muitas narrativas em potencial a serem escritas pelo Sul Global, não consigo deixar de refletir sobre o que coloca Grosfoguel (2008, p. 120) sobre nossa situação na construção de conhecimento (e suas materialidades políticas) ocidental:

> Passamos da caracterização de "povos sem escrita" do século XVI, para a dos "povos sem história" dos séculos XVIII e XIX, "povos sem desenvolvimento" do século XX e, mais recentemente, "povos sem democracia" do século XXI.

Penso que esta é a pungência necessária da intervenção decolonial, característica de nosso território latino-americano, tão profundamente colonizado. Somos condicionados a pensar nossas histórias, muito geralmente, alinhadas às perspectivas do Norte Global (que se colocam no centro), ao ponto de ser incrivelmente difícil instaurar um olhar que nos coloque como agentes, sejam Estados ou pessoas. Tentar apresentar um breve contexto global do proibicionismo influenciado por teorias pós e de-coloniais, com tantas referências que centralizam o Norte Global, é uma árdua tarefa difícil. De fato, entrei em contato com diversos autores regionais e textos estimulantes que tentam refazer nossas histórias por nossos próprios olhos. Fiore (2012, p. 9), por exemplo, alerta que apesar do pioneirismo dos EUA para tornar o proibicionismo universal, "é preciso notar que somente convergências locais na mesma direção puderam fazer da proibição uma realidade global" e que inúmeras legislações proibicionistas do Brasil "foram criadas *pari passo* às norte-americanas" (FIORE, 2012. p. 9)[17], o que mostra que a modernidade não vem de cima para baixo, como coloca Bhambra (2007). Ainda assim, o caminho a ser percorrido para que mudemos nossos olhares de países restritos à espera passiva da modernidade para países agentes ainda está em aberto. Tento administrar este desafio com reflexões pontuais de autores pós e de-coloniais – e apesar de entender que este não é o caminho definitivo, penso que ele pode gerar indícios à nossa própria construção de conhecimento.

De qualquer forma, retorno à criação global dos instrumentos de controle às drogas e analiso agora dois processos na continuação desta linha histórica que foram determinantes na consolidação do proibicionismo enquanto paradigma moderno: a Convenção Única de Entorpecentes da Organização das Nações Unidas (1961) e a institucionalização da política de guerra às drogas, encabeçada pelos Estados Unidos, nos anos 1970, com o governo de Richard Nixon (1969-1974).

De acordo com Fiore (2012, p. 9), a Convenção de 1961, ratificada por cerca de 100 países no âmbito da ONU, "implantou globalmente o paradigma proibicionista no seu formato

[17] Fiore (2012, p. 10) coloca, por exemplo, que "no Brasil, a maconha foi considerada definitivamente ilegal em 1932, cinco anos antes de o mesmo ocorrer nos EUA".

atual. Os países signatários da Convenção se comprometeram à luta contra o 'flagelo das drogas' e, para tanto, a punir quem as produzisse, vendesse ou consumisse". Numa leitura voltada ao Direito, Silva (2011, p. 1) pontua que

> A Convenção estabelece as medidas de controle e fiscalização, disciplina o procedimento para a inclusão de novas substâncias que devam ser controladas e fixa a competência das Nações Unidas em matéria de fiscalização internacional de entorpecentes. Aponta ainda as medidas que devem ser adotadas no plano nacional para a efetiva ação contra o tráfico ilícito, prestando-se aos Estados assistência recíproca em luta coordenada, providenciando que a cooperação internacional entre os serviços se faça de maneira rápida. Trouxe disposições penais, recomendando que todas as formas dolosas de tráfico, produção, posse etc., de entorpecentes, em desacordo com a mesma, fossem punidas adequadamente e recomendou tratamento médico aos toxicômanos e que fossem criadas facilidades à sua reabilitação.

Além dos EUA ter defendido, patrocinado e sediado a criação da Convenção da ONU de 1961, como coloca Fiore (2012, p. 9), ditando a nova base do regime internacional de controle, dez anos mais tarde o país declararia guerra às drogas, termo cunhado a partir de uma coletiva de imprensa dada por Richard Nixon em 1971, institucionalizando a política proibicionista. Não poderia deixar de trazer alguns fragmentos deste discurso de Nixon[18]:

> O inimigo público número um dos Estados Unidos é o abuso de drogas. Para lutar e derrotar este inimigo, é necessário empreender uma nova e total ofensiva. Pedi ao Congresso para fornecer a autoridade legislativa e os fundos para alimentar este tipo de ofensiva. Esta será uma ofensiva mundial que lida com os problemas de fontes de suprimento […]. Com relação a esta ofensiva, é necessário primeiro ter uma nova organização, e a nova organização estará dentro da Casa Branca. […] Se vamos ter uma ofensiva bem sucedida, precisamos de mais dinheiro [...]. Para derrotar este inimigo que está, devidamente, causando tamanha preocupação para tantas famílias americanas, dinheiro será fornecido na medida em que for necessário e na medida em que for útil. Finalmente, para que este programa seja eficaz, é necessário que seja conduzido em uma base na qual o povo americano se junte a ele […]. Fundamentalmente, é essencial que o povo americano seja alertado para esse perigo, para reconhecer que é um perigo que não passará com a passagem da guerra no Vietnã [...]. Porque o problema existia antes de nos envolvermos no Vietnã; continuará a existir depois. É por isso que esta ofensiva lida com o problema lá, na Europa, mas continuará a lidar com o problema em toda a América (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1971, tradução minha).

No mesmo dia, o republicano proferiu outro discurso, desta vez dirigido ao Congresso Estadunidense[19], com os pormenores e políticas específicas da guerra às drogas, dividido em subseções. Novamente, pela importância simbólica, também faço questão de trazer alguns fragmentos:

---

[18] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 202 - Remarks About an Intensified Program for Drug Abuse Prevention and Control. **Office of the Under Secretary for Personal and Readiness**, 1971. Disponível em: https://prhome.defense.gov/Portals/52/Documents/RFM/Readiness/DDRP/docs/41%20Nixon%20Remarks%20Intensified%20Program%20for%20Drug%20Abuse.pdf. Acesso em 16 abril 2019

[19] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 203 - Special Message to the Congress on Drug Abuse Prevention and Control. **Office of the Under Secretary for Personal and Readiness**, 1971. Disponível em: <https://prhome.defense.gov/Portals/52/Documents/RFM/Readiness/DDRP/docs/41%20Nixon%20Remarks%20Intensified%20Program%20for%20Drug%20Abuse.pdf>. Acesso em 16 abril 2019

Em Nova York, mais pessoas entre quinze e trinta e cinco anos são causadas por narcóticos do que por qualquer outra causa isolada. Em 1960, menos de 200 mortes por narcóticos foram registradas na cidade de Nova York. Em 1970, o número subiu para mais de 1.000. Essas estatísticas não refletem um problema nativo da cidade de Nova York. Embora Nova York seja a maior cidade da nação que mantém boas estatísticas sobre dependência de drogas, o problema é nacional e internacional. Estamos nos movendo para lidar com isso em ambos os níveis [...].

UMA NOVA ABORDAGEM À REABILITAÇÃO

[…] Apesar do vício em drogas destruir vidas, destruir famílias e destruir comunidades, ainda não estamos nos movendo rápido o suficiente para enfrentar o problema de maneira efetiva. Nossos esforços são tensos através da burocracia federal. […] Apesar da magnitude do problema, apesar de nosso sucesso muito limitado em atendê-lo, e apesar do reconhecimento comum de ambas as circunstâncias, não conseguimos, até agora, desenvolver um esforço conjunto para encontrar uma solução melhor para essa ameaça cada vez mais grave.

UMA RESPOSTA FEDERAL COORDENADA

[…] Não muito tempo atrás, era possível que os americanos se convencessem, com alguma justificativa, de que o vício em narcóticos era um problema de classe. Se isso é ou não um quadro preciso é irrelevante hoje, porque agora o problema é universal. Mas, apesar das crescentes dimensões do problema, e apesar da crescente consciência do problema, fizemos pouco progresso na compreensão do que está envolvido no abuso de drogas ou em como lidar com isso. A própria natureza do problema do abuso de drogas significou que sua extensão e seriedade foram envoltas em segredo, não apenas pelos elementos criminosos que lucram com o uso de drogas, mas pelos próprios usuários de drogas – as pessoas que a sociedade está tentando alcançar e ajudar. Esse fato contribuiu imensamente para as dificuldades da assistência médica, reabilitação e ação governamental para combater o abuso de drogas e para encontrar métodos básicos e permanentes para detê-lo. Precisamos de um esforço coordenado para nos movermos efetivamente contra o abuso de drogas. A magnitude do problema, as implicações nacionais e internacionais do problema e as capacidades limitadas de Estados e cidades para lidar com o problema reforçam a conclusão de que a coordenação desse esforço deve ocorrer nos mais altos níveis do Governo Federal.

REABILITAÇÃO: UMA NOVA PRIORIDADE

Quando o tráfico de entorpecentes não é mais lucrativo, esse tráfego cessará. O aumento da fiscalização e aplicação vigorosa das penalidades mais completas previstas na lei são duas das medidas para tornar o comércio de narcóticos não lucrativo. Mas enquanto houver demanda, haverá pessoas dispostas a correr o risco de atender à demanda. Portanto, devemos também agir para destruir o mercado de drogas, e isso significa a prevenção de novos dependentes e a reabilitação daqueles que são dependentes. […] Tornou-se moda supor que nenhuma droga é tão perigosa quanto comumente se é pensado, e que o uso de algumas drogas não implica risco algum. Estes são equívocos, e todos os dias colhemos os resultados trágicos desses equívocos quando os jovens são "excitados" às drogas acreditando que o vício de narcóticos é algo que acontece com outras pessoas. Precisamos de um esforço expandido para mostrar que o vício é muitas vezes uma via de mão única, começando com a experimentação "inocente" e terminando na morte. Entre esses extremos está a degradação que o vício inflige àqueles que acreditavam que isso não poderia acontecer com eles [...]. Mas a execução interna sozinha não pode fazer o trabalho. Se quisermos impedir o fluxo de narcóticos para a força vital deste país, acredito que devemos detê-lo na fonte.

INTERNACIONAL

[…] Para travar uma guerra eficaz contra o vício em heroína, devemos ter cooperação. A fim de assegurar essa cooperação, estou iniciando uma escalada em nossos programas existentes para o controle do narcotráfico, e eu estou propondo uma série de novos passos para esse fim. […] Procurei deixar igualmente claro que considero o vício em heroína dos cidadãos americanos um problema internacional de grande preocupação para essa nação, e instruí nossos embaixadores a deixar isso claro para seus governos anfitriões. Queremos boas relações com outros países, mas não podemos comprar boas relações às custas da contemporização deste problema.

> […] O problema das drogas atravessa fronteiras ideológicas e supera diferenças nacionais. Se formos barrados de alguma forma em nosso esforço para lidar com esse assunto, nossos esforços serão prejudicados e nossa vontade estará sujeita a questionamentos. Não pretendo deixar espaço para outras nações questionarem nosso compromisso com esse assunto.
> CONCLUSÃO
> O vício em narcóticos é um problema que aflige tanto o corpo quanto a alma da América. É um problema que desconcerta muitos americanos. Na nossa história nós enfrentamos grandes dificuldades, de novo e de novo, guerras, depressões e, divisões entre nossos povos testaram nossa vontade como povo – e nós prevalecemos. Nós lutamos juntos na guerra, trabalhamos juntos em tempos difíceis, e nós estendemos a mão ao outro – para fechar as lacunas entre o nosso povo e manter a América inteira. A ameaça de narcóticos entre nosso povo é aquela que assusta muitos Americanos. Ele entra silenciosamente nas casas e destrói as crianças, penetra os bairros e rompe a fibra da comunidade que faz vizinhos. É um problema que exige compaixão, e não simplesmente condenação, por aqueles que se tornam vítimas de narcóticos e drogas perigosas. Nós devemos tentar compreender melhor a confusão, desilusão e desespero que levam as pessoas, particularmente os jovens, ao uso de narcóticos e drogas perigosas. Não estamos sem compreensão nesta matéria, no entanto. E não estamos sem vontade de lidar com este assunto. Nós temos os recursos morais para fazer o trabalho. Agora precisamos da autoridade e dos fundos para corresponder aos nossos recursos morais. Eu estou confiante de que vamos prevalecer nessa luta como temos em muitas outras. Mas o tempo é crítico. Todos os dias perdemos a tragédia que as drogas infligem aos americanos. A questão final não é se vamos resolver o abuso de drogas, mas em quanto tempo. Parte dessa resposta está no Congresso agora e na velocidade com que ele se move para apoiar a luta contra o abuso de drogas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1971, tradução minha).

Há muitas interpretações possíveis na análise destes discursos, que por si só gerariam inúmeros estudos interessantes, porque neles há uma série de intersecções entre bases fundamentais da construção proibicionista. Vemos a imensa movimentação financeira e os lucros que teria tido o governo dos EUA (Nixon mostrou ostensivamente a intenção de investir altas cifras na guerra às drogas); o moralismo cristão que apelava para o moral das famílias estadunidenses, assim como as chamava para fazer parte da guerra; o intenso linguajar referente à construção de um clima de conflito e terror: 'inimigo', 'derrotar o inimigo', 'ofensiva', 'deter', 'alerta', 'perigo', 'morte', 'destruição', 'risco', 'gravidade', 'criminosos', 'trágico', 'prejudicados', 'desespero', 'desilusão'[20]; a hierarquia acompanhada do discurso militarista, necessidade trazida da suposta ineficiência das estratégias adotadas até então e, para tanto, a inevitabilidade de uma medida federal, centralizadora e rígida; a internacionalização da política, acompanhada de um comportamento ameaçador contra os países que não cooperarem e da necessidade de destruir as fontes do perigo, reflexo da ideia do fardo do homem branco (no caso, estadunidense) frente aos selvagens do resto do mundo; por fim, entre outras tantas interpretações ainda possíveis, a aparência de um discurso

[20] É nesta esta característica, em especial, que muitos discursos conservadores atuais se amparam, ao propor a manutenção da guerra às drogas e à criminalização das pessoas.

científico, amparado por visões construídas epistemologicamente (entro neste ponto posteriormente).

Importante identificar aqui (e retornar com a construção cultural do viciado), o apontamento constante à figura do degenerado, do usuário de drogas que destrói a própria vida e a vida da comunidade, cujo fim da linha é necessariamente a morte. A sociedade teria, portanto, um papel fundamental de afastar esse mal dos espaços sociais, proteger suas famílias contra o perigo da substância e de quem as utiliza. Como toda guerra, a das drogas construiu seu inimigo principal: as pessoas. A fabricação da doença do vício durante o século XIX, com seu viés higienista e racista, produziu suas materialidades políticas no século XX. A construção do imaginário coletivo determinava de forma perspicaz quem seriam os degenerados. Silva coloca que (2013, p. 70)

> A preocupação de ordem social com as consequências do consumo recreativo, de sua parte, surgiram em virtude da extensão do hábito recreativo às camadas menos favorecidas da sociedade, mesclando preconceitos raciais e étnicos e temores com segurança pública. Já não se tratavam aqui de pessoas doentes ou inválidas, mas pertencentes à periferia da sociedade; como tal, eram vistas como irresponsáveis, autoindulgentes e sobretudo perigosas. As próprias campanhas humanitárias e bem-intencionadas da época tinham com frequência o efeito de estimular a xenofobia contra imigrantes chineses (principais consumidores de ópio cru) e reforçar ainda mais o racismo contra os recém-libertos afrodescendentes (relatório publicado nos EUA em 1910 afirmava que os "negros do sul" consumiam cocaína, colocando em risco as mulheres brancas – presumivelmente por fornicação).

Como argumenta Rodrigues (2003, p. 259), "a associação entre drogas psicoativas e grupos específicos e dissonantes, não era, de modo algum, um fato novo entre estadunidenses"; a justificativa da guerra às drogas apenas materializou as concepções de uma subjetividade permeada por manipulações imagéticas sobre grupos subalternos. O autor (2003, p. 2) conclui que

> a guerra às drogas era desenhada, assim, como uma postura governamental dirigida à exteriorização do problema da produção de psicoativos e à repressão interna a consumidores e organizações narcotraficantes. A um só tempo, uma instrumentalização da Proibição às drogas como artifício de política externa e recurso para governamentalização – disciplinarização, vigilância e confinamento – de grupos sociais ameaçadores à ordem interna como negros, hispânicos e jovens pacifistas.

Num artigo da revista estadunidense *Harper's Magazine*, de abril de 2016[21], John Ehrlichman, um dos próprios assistentes e conselheiros de Nixon na época, confirmou:

> "Você quer saber o que era realmente isso?"[...]. "A campanha de Nixon, em 1968, e a Casa Branca de Nixon, depois disso, tinham dois inimigos: a esquerda anti-guerra e os negros. Você entende o que estou dizendo? Sabíamos que não poderíamos

[21] BAUM, Dan. Legalize It All. **Harper's Magazine**, [*S. l.*], 2016. Disponível em: https://harpers.org/archive/2016/04/legalize-it-all/. Acesso em: 20 abr. 2019.

> tornar ilegal ser contra a guerra ou os negros, mas fazendo com que o público associasse os hippies à maconha e aos negros com heroína, e depois criminalizando ambos fortemente, poderíamos perturbar essas comunidades. Poderíamos prender seus líderes, invadir suas casas, romper suas reuniões e difama-los noite após noite no noticiário noturno. Nós sabíamos que estávamos mentindo sobre as drogas? Claro que sim." (BAUM, 2016, tradução minha).

A guerra contra as drogas capitaneada pelos EUA teve como pano de fundo, portanto, a tentativa de se desarticular a Nova Esquerda e o movimento negro, associados ao uso de substâncias derivadas da maconha e da coca, que se colocavam fortemente contra o governo republicano de Nixon. Numa perspectiva maior, serviria como controle social de minorias internamente (FRAGA, 2007, p. 68) e, nas relações internacionais, como instrumento de controle geopolítico. Chego, enfim, a um dos principais argumentos da pesquisa: que o proibicionismo foi fabricado, portanto, não só por meios materiais e instituições concretas (aparatos repressivos e controladores do Estado, por exemplo) como também por métodos subjetivos cujos significados ressoam no campo simbólico e cultural.

3.2 *STATUS QUO* PROIBICIONISTA

"Sangue escarlate ele quer, pele chocolate
Ele quer me sequelar, tirar de mané
Só porque eu tenho os dred
Quer me tirar de lock, os dred lock
Eu tenho muita rima pra te xingar em estoque
Toco o seu terror, Alfred Hitchcock"
(Planet Hemp)

Esta compreensão se faz, então, essencial para entender a capacidade de disputa cultural que possui o *status quo* e, consequentemente, entender a lógica de políticas excludentes como a atual política de drogas. Trago a expressão *status quo*, por entender, então, que apenas o Estado-Nação não é único responsável pela manutenção do proibicionismo. Caracterizo *status quo* a partir perspectiva de Aníbal Quijano ao discorrer sobre a hegemonia capitalista mundial e sobre as estruturas de cada âmbito da existência social sob a égide de uma instituição. A saber:

> no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado Nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo. Cada uma destas instituições existe em relação

> de interdependência com cada uma das outras. Pelo qual o padrão de poder está configurado como um sistema. (QUIJANO, 2005, p. 123).

Desta forma, observa-se que estas instituições interconectadas perpetuaram e continuam a perpetuar uma manipulação cultural das drogas, de quem as comercializa e de quem faz uso delas, contribuindo para e bebendo da intersubjetividade racista e colonizadora. Com relação à (1) empresa capitalista, cria-se a narrativa que beneficia a indústria farmacêutica, uma das indústrias que mais lucra no mundo[22], distinguindo-se as drogas legais e seus usuários (os consumidores) das drogas ilegais e seus usuários, (os impudentes). Com relação à (2) família burguesa, identifica-se o modo de portar e valorizar os padrões tradicionais e a superioridade moral, sendo válido consumir drogas legalizadas como o álcool ou drogas da indústria farmacêutica, e a se afastar de e rechaçar comportamentos que as assemelhem aos desvirtuosos, usuários de substâncias ilegais e marginalizadas, como o crack; (3) o Estado Nação, por sua vez, utiliza-se da política de drogas institucionalizada, com a justificativa de combater o tráfico de drogas, para reprimir os cidadãos de segunda classe não representados no poder e proteger a família burguesa; por fim, (4) o eurocentrismo pode ser visto nas intersubjetividades de todas estas instituições e, principalmente, na mídia – que reforça e legitima o papel da empresa capitalista, da família burguesa e do Estado Nação e cria o ambiente de terror necessário para se implementar políticas excludentes como a de combate às drogas.

Não tenho a intenção de aprofundar o papel da empresa capitalista (no caso, da indústria farmacêutica) neste estudo, apesar de também considerá-lo central. Vim traçando a história do proibicionismo pelas fabricações culturais e pelas atuações dos países e continuo a examinar mais profundamente, agora, o papel do Estado-Nação na guerra às drogas, principalmente os Estados latino-americanos. Analisarei, a seguir, o papel do eurocentrismo na mídia hegemônica, por ser fundamentalmente cultural e por considerar esta como a instituição que mais promove a manipulação de imagens sobre as pessoas que usam drogas seguindo um padrão eurocêntrico. Por fim, entrarei num tópico que denominei "Cultura e ciência". Apesar de mencionar o termo cultura somente neste tópico, acredito que todas estas instituições interconectadas estão imbuídas na cultura; produzem e são produzidas pela cultura. Esta divisão atende, novamente, a objetivos puramente analíticos e pretendem facilitar a compreensão da pesquisa. Neste sentido, foi de vital importância que definisse uma

---

[22] "Em 2014, a indústria farmacêutica alcançou no Brasil um valor de mercado recorde de US$ 29,4 bilhões". BERRÓN, Gonzalo e GONZÁLEZ, Lus. **A privatização da Democracia. Um catálogo da captura corporativa no Brasil**. Vigência!, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.vigencia.org/catalogo/vigencia-2016/>. Acesso em 10 out 2018.

seção na qual pudesse estender algumas reflexões de caráter cultural e epistemológico. Ressalto ainda que o campo cultural é uma área de deslocamento, como coloca Hall (2003, p. 199), e que, portanto, "há sempre algo descentrado no meio cultural, na linguagem, na textualidade, na significação, há algo que constantemente escapa e foge à tentativa de ligação, direta e imediata, com outras estruturas" (HALL, 2003, p. 1999), portanto, apesar da tentativa ser sempre de compor o quadro cultural geral, há, necessariamente, aspectos incapturáveis.

3.2.1 Estado-Nação

Termino de traçar a linha histórica da construção proibicionista para poder analisar as implicações desta política para a América Latina e explorar argumentos decoloniais que auxiliam a entender o papel dos Estados-Nação da região na guerra às drogas.

Apesar do evidente viés ameaçador e rígido de Richard Nixon – que cria o *Drug Enforcement Administration* (DEA), órgão federal responsável pelas políticas do setor e por diversas ações repressivas baseados na distinção politicamente estratégica de "países-fonte e, portanto, *agressores* e países-alvo, *vítimas* das subterrâneas máfias globais" (RODRIGUES, 2003, p. 259) –, é a partir da gestão do também republicano Ronald Reagan (1981-1989) que "a temática das drogas passa a ter um enfoque mais predominantemente militarista" (FRAGA, 2007, p. 71). Reagan basicamente desloca o aparelho repressivo antes utilizado na luta contra o comunismo (durante o cerne da Guerra Fria), para uma nova "Estratégia Internacional Norte-Americana", um conjunto de ações-base para a nova postura estadunidense (FRAGA, 2007, p. 71). Entre as diversas ações desta Estratégia, que pretendia eliminar as principais redes de narcotráfico e cartéis, estava "o aumento de recursos do Tesouro dos EUA para equipar o país e os países da América Latina para o combate ao narcotráfico e capacitar agências de execução" (FRAGA, 2007, p. 71).

A política estadunidense começa a ter na América Latina uma arena substancial para o negócio proibicionista. E esta estratégia, segundo Fraga (2007, p. 73) "tem representado, para países andinos como Equador, Bolívia e Peru: agravos irreparáveis às condições de vida e de saúde das populações camponesas; danos incalculáveis ao meio ambiente; enormes violações aos direitos humanos e sérias transgressões a culturas milenares que vivem do cultivo da folha de coca". No governo de George Bush (1989-1993), subsequente ao de Reagan, esta política se expande ainda mais e o republicano designa o Departamento de Defesa como principal agência para a apreensão de drogas ilícitas no hemisfério (FRAGA, 2007, p 73). Não é exagero dizer, portanto, que pelo proibicionismo os EUA construiu e manteve uma extensa

rede intervencionista na América Latina, política, financeira e militarmente. É necessário, a partir de agora, ampliar o conceito de colonialidade para pensarmos as construções estruturais globais de poder.

Grosfoguel expande este conceito com o termo "colonialidade do poder", originalmente de Aníbal Quijano (2005), referindo-se, então, a um "processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais" (GROSFOGUEL, 2008, p. 126). Santiago Castro-Gómez (2005, p. 91) coloca que

> O conceito da "colonialidade do poder" amplia e corrige o conceito foucaultiano de "poder disciplinar", ao mostrar que os dispositivos pan-óticos erigidos pelo Estado moderno inscrevem-se numa estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias devido à expansão europeia.

É evidente, portanto, que a invenção do proibicionismo é uma das maiores e mais profundas referências à colonialidade do poder, dado que se inscreve nesta estrutura mundial mais ampla e é configurado por relações coloniais redesenhadas na contemporaneidade. Isto não significa que a região se deixou afetar passivamente pela política, mas que também foi, precisamente, um agente na construção dos instrumentos de coerção em seus territórios, importando a lógica proibicionista dos Estados Unidos.

O co-desenvolvimento da política de drogas a partir da América Latina é multifacetado e contingente. Ao mesmo tempo em que os países da região tentavam se posicionar em fóruns internacionais e impor certa rigidez a algumas diretrizes estadunidenses, seu espaço de barganha nesta dinâmica internacional capitalista/colonial era pequeno e o poderio do EUA iria se refletir durante todo o processo de consolidação e manutenção da política. Silva (2013, p. 137) coloca que

> Para convencê-los a se alistarem no esforço bélico, o governo norte-americano lançaria mão de uma mescla de incentivos, pressões diplomáticas, sanções e especialmente ameaças. Para os vizinhos hemisféricos, a aplicação extraterritorial da lei norte-americana representaria uma ameaça tão ou mais grave do que a do narcotráfico, erodindo sua autonomia na condução das políticas nacionais naquela esfera.

O paradigma proibicionista proporcionou aos Estados Latinoamericanos, portanto, a possibilidade de investimento e crescimento econômico, o que era apropriadamente significado pelo percepção desenvolvimentista.

> Em 1991, Bush incluiu um elemento-chave na Iniciativa Andina: o acordo comercial (*Andean Trade Preference Act*), que reduzia as tarifas dos EUA sobre importações andinas da ordem de US$ 325 milhões, outorgando-lhes preferências para determinadas exportações. O vínculo entre desenvolvimento e segurança restringiu,

> desse modo, o espaço de negociação e manobra dos países andinos (SILVA, 2013, p. 141).

Para além de uma política externa, em que eram destinados "centenas de milhões de dólares em ajuda para Peru, Bolívia e Colômbia" (SILVA, 2013, p. 136), é óbvio que internamente estes países tiveram territórios e populações impactados, até porque eles também se tornariam consumidores de drogas em larga escala (SILVA, 2013, p. 133). Para além das preocupações associadas exclusivamente ao tráfico, os transtornos gerados pelo paradigma proibicionista começavam a ser enfrentados também no próprio território latino-americano. Creio que esta ligação entre proibicionismo, capitalismo/colonialidade e desenvolvimentismo (evidentemente um imbricado no outro), gerando suas materialidades a partir desta interface local/global, é um dos principais aspectos do paradigma proibicionista experienciado nos territórios do Sul-Global – e, pois, central para a sustentação da política global.

A importação da lógica proibicionista e como ela foi desenvolvida pelos Estados latino-americanos é adequadamente justificado pelo conceito de colonialismo interno, de Pablo Casanova (2007). O autor (2007, p. 432) explica que

> A definição do colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizam no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional: 1) habitam em um território sem governo próprio; 2) encontram-se em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as integram; 3) sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo; 4) seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de "assimilados"; 5) os direitos de seus habitantes, sua situação econômica, política social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; 6) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma "raça" distinta da que domina o governo nacional e que é considerada "inferior", ou ao cabo convertida em um símbolo "libertador" que forma parte da demagogia estatal; 7) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta e não fala a língua "nacional".

Os Estados latino-americanos possuem origens comuns relacionadas à fenômenos de colonização pelo Norte Global e as minorias em seu interior caracterizam-se, umas mais, outras menos, pelos aspectos acima descritos de Casanova – isto é, não necessariamente possuem todas as características, mas, de fato, encontram-se em posições de desigualdade, não são representadas no poder (ou são sub-representadas) e pertencem a uma raça distinta das classes que predominam na burguesia, nas oligarquias do governo ou no próprio governo. "Os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam

as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas" (CASANOVA, 2007, p. 438), particularmente as populações indígenas e negras da América Latina. Quijano (2005, p. 135 e 136) argumenta que

> A homogeneização nacional da população, segundo o modelo eurocêntrico de nação, só poderia ter sido alcançada através de um processo radical e global de democratização da sociedade e do Estado. Antes de mais nada, essa democratização teria implicado, e ainda deve implicar, no processo de descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre as raças [...] A constituição da nação e sobretudo do Estado Nação tem sido conceitualizada e trabalhada contra a maioria da população, neste caso, os índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado Nação moderno.

Nos processos de formação dos Estados latino-americanos modernos, cujos espaços de poder são dominados por uma elite determinada econômica e racialmente, o colonialismo interno "tende a articular-se com o colonialismo internacional e com o transnacional, com suas redes de poderosas empresas oligopólicas e suas empresas paramilitares ou governamentais" (Larry, 2000: 433-455 apud CASANOVA, 2007, p. 446). Isto é visível na articulação das elites dos países da América Latina com as elites dos Estados Unidos na guerra às drogas, com a participação pungente das indústrias financeira, de armamentos e de defesa e, com o incontestável objetivo de controlar, punir e lucrar às custas dos subalternos.

Frente a inúmeros termos e conceitos, é necessário, neste momento, elucidar meu argumento. Apesar de Casanova (2007, p. 451) trabalhar com estes três tipos de colonialismo (o internacional, o intranacional e o transnacional), faço questão de utilizar apenas seu conceito de colonialismo interno articulado com o da colonialidade do poder, de Quijano (2005). Eu proponho ampliar a compreensão da dinâmica das drogas para além das perspectivas já conhecidas – como as econômicas, de classe, de gênero, que não são foco deste trabalho, mas que definitivamente possuem papéis centrais na questão –, isto é, propor que ela seja pensada também enquanto vínculo entre o colonialismo interno e a colonialidade do poder. Neste sentido, é imperativo entender que as pessoas sujeitas à coerção proibicionista dentro do Estado-Nação, encontram-se também sujeitas ao colonialismo interno no âmbito local e à colonialidade do poder no âmbito global.

É importante destacar também que Casanova (2007, p. 441) sugere que "apenas com o conceito de racismo perde-se o dos direitos das 'minorias nacionais' ou 'etnias' dominadas e exploradas em condições coloniais ou semicoloniais e que resistem defendendo sua cultura e sua identidade"; já que considero ambos os termos e seus usos políticos indispensáveis, sempre que possível utilizarei os dois. Um dos argumentos fundamentais desta pesquisa,

portanto, é que o racismo, o colonialismo interno e a colonialidade do poder estão no cerne da política de proibição às drogas.

Convém aqui colocar uma importante consideração de Hall (2003), autor que traz inúmeros pensamentos pungentes sobre a diáspora e as modernidades. Refletindo sobre as "duas lógicas do racismo", Hall (2003, p. 68 e 69) argumenta que "os discursos da diferença biológica e cultural estão em jogo simultaneamente" e que o mais apropriado seria uma "concepção mais ampla de racismo, que reconheça a forma pela qual, em sua estrutura discursiva, o racismo biológico e a discriminação cultural são articulados e combinados". É imprescindível, pois, que entendamos o racismo não apenas pela discriminação à cor da pele e aos traços do corpo como também às práticas culturais – cuja permanente interação com os estereótipos, podem representar um problema ainda maior. Num contexto tão diaspórico, cultural e racialmente heterogêneo como o brasileiro, onde o mito da democracia racial ainda desempenha um papel nas práticas e discursos nacionais, é essencial que tenhamos, então, uma concepção de racismo mais ampla que, em última instância, determine a necessidade de se pensar, em conjunto, a cultura e a política em termos de igualdade social, justiça racial e reconhecimento da diferença cultural (HALL, 2003, p. 69).

Antes de finalizar esta seção apresentando dados que refletem e materializam o que foi discutido até o momento, faço questão de explorar algumas considerações de Michel Foucault e Achille Mbembe[23]. O autor francês conceitualiza o racismo como "a condição para que se possa exercer o direito de matar" (FOUCAULT, 2005, p. 306). Quando aplicado ao Estado moderno, funciona como um dispositivo que garante sua função assassina (FOUCAULT, 2005, p. 308), por inúmeros meios, os quais o proibicionismo é um dos principais. Partindo de Foucault e também de Hannah Arendt – que refletem sobre como a invenção da experiência do Outro se relaciona com a política de raça e, como esta, relaciona-se com a política de morte – penso que Mbembe traz considerações próprias de um olhar pós-colonial. O autor (2003, p. 13) mostra como a distinção entre razão e desrazão (paixão, fantasia) é um dos principais elementos do projeto da modernidade e a base da soberania e como a soberania, por sua vez, engloba, necessita e pede o risco de morte (MBEMBE, 2003, p. 16).

De acordo com o autor (2003, p. 25), a violência das ocupações coloniais constituiu a forma original da estrutura de soberania. "A própria ocupação colonial era uma questão de

[23] Aqui, creio que as reflexões de Mbembe sobre necropolítica são não só valiosas como necessárias. Penso que é significativa a associação da temática da política de drogas sob o viés pós e decolonial com a leitura de Mbembe; porém, na constante indagação sobre o que selecionar ou não como focos principais deste trabalho e até mesmo devido ao tempo escasso, decidi por não explorar a fundo esta relação, que por si só seria árdua e desafiadora e poderia representar uma nova pesquisa. Fiz questão, ainda assim, de trazer algumas considerações do autor camaronês.

apreender, delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica física – de escrever no terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais" (MBEMBE, 2003, p. 25, tradução minha). Entre as tantas implicações desta territorialização, está "a fabricação de um grande reservatório de imaginários culturais [...]. Soberania significava ocupação, e ocupação significava relegar os colonizados a uma terceira zona entre a subjeticidade [*subjecthood*] e a objetidade [*objecthood*]" (MBEMBE, 2003, p. 26, tradução minha). Refletindo sobre as análises de Fanon, Mbembe (2003, p. 27, tradução minha) coloca ainda que "soberania significa a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é dispensável e quem não é". Esta relação entre ocupação colonial, violência e soberania, pela qual o necropoder opera, é notoriamente associável à experiência do proibicionismo em diversos territórios historicamente colonizados.

Diversas são as fontes que demonstram o racismo e o extermínio perpetuado pelo Estado brasileiro às suas populações não brancas. Pelo "Mapa da Violência de 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil"[24] (2012, p. 9), "podemos observar que, com fortes oscilações de um ano para outro, a tendência geral desde 2002 é: queda do número absoluto de homicídios na população branca e de aumento nos números da população negra. E essa tendência se observa tanto no conjunto da população quanto na população jovem". O "Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen"[25], (2016, p. 32) por sua vez, mostra que

> A partir da análise da amostra de pessoas sobre as quais foi possível obter dados acerca da raça, cor ou etnia, podemos afirmar que 64% da população prisional é composta por pessoas negras. Na população brasileira acima de 18 anos, em 2015, a parcela negra representa 53%, indicando a sobre-representação deste grupo populacional no sistema prisional.

Pelo Mapa da Violência de 2014[26] vemos que "efetivamente, entre os brancos, no conjunto da população, o número de vítimas diminui de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda de 24,8%. Entre os negros, as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127 nessas mesmas datas: crescimento de 38,7%". Ademais, um artigo da Comissão

---

[24] WAISELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil** (Vol. 1º). Brasília: SEPPIR/PR: CEBELA, FLASCSO. 2012. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>. Acesso em 10 out 2018.

[25] BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen**. 2016. Disponível em <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em 10 out 2018

[26] WAISELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil**. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em 30 set 2016

para Saúde Pública e Política Internacional de Drogas da revista The Lancet (2016, pp. 2 e 19, tradução minha)[27], diz:

> A evidência também demonstra claramente que a aplicação de leis sobre drogas tem sido feita de um modo discriminatório contra minorias étnicas e raciais em muitos países [...]. Afro-brasileiros declaradamente recebem sentenças mais longas em todas as categorias de crimes do que brasileiros de origem não africana e eles são desproporcionalmente alvo das políticas de drogas e repressão.

Em artigo denominado "O Massacre Negro Brasileiro na Guerra às Drogas" da Revista Sur! (2018), Nathália Oliveira e Eduardo Ribeiro trazem uma série de outras implicações sociais que o paradigma proibicionista imprimi às vidas negras no país. Situações que muitas vezes não são quantificáveis ou relacionadas em documentos oficiais, talvez por não significarem mortes físicas, mas outras tantas mortes, lentas e simbólicas, como a formação da experiência negra desde a infância em territórios de guerra, os impactos desastrosos nas famílias afetadas, os casos de depressão e suicídio não só nestas famílias mas também entre policiais e seus familiares, etc. Os autores (2018) afirmam que:

> Os resultados desastrosos do combate ao crime organizado e tráfico de drogas criminalizam ainda relações sociais em territórios "periféricos" inteiros, onde as forças de segurança agem de maneira mais ostensiva, utilizando-se prioritariamente da violência, além da flagrante corrupção de seus agentes. Esse modelo de combate ignora completamente a existência em igual incidência quanto ao uso e à constituição de outras formas de organização do tráfico de drogas nas demais camadas sociais, com privilégios de mercado seguro para pessoas brancas e de classes altas neste circuito.

Normalmente, costumamos nos restringir a análise de dados brasileiros, invisibilizando o fato de que o que acontece no Brasil é reflexo de um sistema global e que ocorre também em inúmeros outros países, novamente, sobretudo países historicamente colonizados. De acordo com o artigo supracitado da The Lancet (2016, p. 8, tradução minha):

> Mejía e Restrepo caracterizam esses profundos problemas de homicídio e outras formas de violência, corrupção e deslocamento forçado como um pacote terceirizado dos principais países consumidores de drogas, principalmente dos EUA, para os países produtores e de trânsito. Ou seja, em troca de alguma ajuda externa para atividades antidrogas, os EUA, em particular, mantêm o pior do pesado fardo da violência, insegurança e deslocamento fora de suas fronteiras. Mas, como esses autores observam, este pilar exportado do combate às drogas está começando a ser questionado seriamente por alguns governos na América Latina, como mostram as declarações criticando o *staus quo* na política de drogas pelos então presidentes do México, Colômbia e Guatemala. na Assembleia Geral da ONU em 2012, que levou a UNGASS sobre drogas a ser transferida de 2019 para 2016.

---

[27] THE LANCET. The Lancet Comissions. **Public Health and international drug policy**. Volume 387, No. 10026, p 1427-1480, 2 April 2016. Disponível em: <http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(16)00619-X.pdf>. Acesso em 30 set 2016.

Mesmo em seu contexto doméstico, os EUA também imprime padrões de colonialismo interno e possui altos índices de homicídio e violência contra suas populações indígena e negra, herança de um sistema escravocrata no país que, assim como no Brasil, gera repressão e exclusão até hoje, principalmente pelas políticas de drogas e de encarceramento: "a aplicação racialmente díspar do encarceramento relacionado a drogas nos EUA é uma característica proeminente do encarceramento em massa. As pessoas de cor, particularmente os afro-americanos, vêm sendo desproporcionalmente afetadas pelo encarceramento em massa relacionado às drogas" (THE LANCET, 2016, p. 18, tradução minha).

O documentário "A 13ª Emenda", da diretora Ava DuVernay, constrói brilhantemente uma narrativa das vidas negras nos Estados Unidos, tendo como mote a décima-terceira emenda à Constituição estadunidense, que proíbe a escravidão. Com depoimentos de Angela Davis, o documentário mostra como o país se formou sobre uma cultura racista, constantemente disputada pela supremacia branca e, como as estruturas de opressão e morte que prevalecem são, na verdade, reflexos de como o sistema de escravização ainda não acabou, apenas se transformou, nas e pelas políticas proibicionista e carcerária[28]. A aproximação dos territórios estadunidense e brasileiro nesta questão é inequívoca e se constitui num exemplo congruente de experiências diaspóricas que entrelaçam o local e o global.

No México, por sua vez, o artigo mostra que "um resultado deletério da guerra às drogas [...] é a aquisição, pelo governo, de poderes especiais de segurança que minam os

[28] Davis, que trabalha com o conceito de "abolicionismo penal" mostra que há uma relação entre encarceramento em massa e escravidão, que reforça um instrumento de perpetuação da violência. Davis diz: "como alguém que trabalhou contra esse sistema durante a maior parte de minha vida, de minha trajetória, eu, juntamente com outras pessoas que estão engajadas nessa luta comigo, percebi que este tipo de punição que está associada ao encarceramento, ao aprisionamento, tem mantido ligações muito óbvias com os sistemas de escravização. Essa relação entre o sistema carcerário e a escravidão não é só uma questão de estabelecer analogias. Mas é uma questão de genealogia. Isso não parte do pressuposto daqueles que argumentam que este sistema escravocrata deveria ser mantido como instituição, que deveria ser transformado em uma instituição 'mais humanizada'. Isso não faz nenhum sentido. Então, nós dizemos que, lutar pela reforma do sistema carcerário é uma forma de manter o racismo e a repressão do encarceramento, do aprisionamento. E, portanto, a abolição é a estratégia que abraçamos. Mas a abolição nos exige a fazer perguntas não somente sobre o sistema de punição, mas também como a sociedade constitui esse sistema de punição. Esse sistema é voltado e tem o objetivo de manter o sistema a partir do qual ele emerge. E essa noção de abolição visa reformar essa sociedade para que não haja mais a necessidade de dar atenção a medidas de repressão. A abolição do sistema carcerário nos convida a pensar a construir uma sociedade onde não haja racismo, sem estruturas heteropatriarcais, sem estruturas capitalistas, onde há educação livre e acesso gratuito ao sistema de saúde. E isso é uma mensagem diretamente colocada para pessoas que se encontram no poder nos Estados Unidos. Portanto, é uma luta para transformar a sociedade. De maneira sucinta, é uma luta abraçada pelo socialismo". MARTINELLI, Andréa. Angela Davis: 'O encarceramento em massa nunca trouxe soluções para conter a violência'. **HUFFPOST**, [*S. l.*], 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/26/angela-davis-o-encarceramento-em-massa-nunca-resolveu-ou-troux_a_23050036/. Acesso em: 19 abr. 2019.

princípios fundamentais da constituição do país e das responsabilidades pelos direitos humanos" (THE LANCET, 2016, p. 8, tradução minha). De maneira geral, esta Comissão da The Lancet (2016, p. 5, tradução minha) conclui que há inúmeras violações de direitos humanos acontecendo em diversos países por conta da proibição às drogas.

> O Alto Comissário [de Direitos Humanos da ONU] concluiu que as políticas de drogas, a lei e a aplicação da lei resultaram em prisão arbitrária, detenção e maus-tratos de pessoas que usam drogas; uso injusto da pena de morte por delitos de drogas; tratamento cruel e desumano de pessoas que usam drogas sob o disfarce de tratamento; discriminação racial e étnica na aplicação da legislação antidrogas; negação de intervenções que previnem e salvam vidas de pessoas que usam drogas, uso excessivo de encarceramento como resposta a menores infrações de drogas; negação dos direitos culturais dos povos indígenas; e falta de acesso a opioides e outros medicamentos controlados para o manejo da dor e outros usos clínicos, entre outras violações de direitos humanos.

Sabe-se que como uma das justificativas do encarceramento e do extermínio da população negra (e indígena), não só no Brasil, como em vários territórios historicamente colonizados, principalmente os que receberam a diáspora negra, está o tráfico de drogas. Em todo o seu processo de democratização e refletindo em suas políticas públicas, portanto, o Estado-Nação – especialmente o latino-americano – falhou e continua falhando na representação de seus cidadãos, perpetuando políticas racistas e classistas vinculadas à colonialidade do poder. A compreensão deste viés político e cultural é, pois, fundamental para se entender e se analisar a tentativa de negar cidadania e direitos às pessoas que usam drogas e silenciá-las.

3.2.2 Mídia hegemônica

Faz-se importante destacar, de antemão, que o próprio cenário da mídia no Brasil é um reflexo do colonialismo interno. A Pesquisa de Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor*), financiada pelo governo da Alemanha e feita em conjunto com a ONG brasileira Intervozes e a ONG francesa Repórteres Sem Fronteiras, mostrou que cinco famílias[29], brancas, controlam metade dos veículos de mídia do país[30]. Quatro redes de

---

[29] Família Marinho, dona do Grupo Globo; família Saad, dona do Grupo Bandeirantes; família Macedo, dona da Record; família Sirotsky, dona da RBS; família Frias, dona do Grupo Folha. CARTA CAPITAL, Redação. Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório. **Carta Capital**, [*S. l.*], 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/. Acesso em: 24 abr. 2019.

[30] "Além de controlar as empresas de comunicação, os proprietários da mídia no Brasil mantêm fundações privadas que oferecem serviços educacionais e empresas no setor de educação [...].As redes nacionais de rádio e televisão também são ligadas a igrejas". REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS AMÉRICA LATINA. Oligopólios

televisão têm 70% da audiência nacional[31]. Matéria de outubro de 2017 da ONG Repórteres Sem Fronteiras[32] destaca que "a pesquisa expõe o nível de concentração da propriedade dos meios de comunicação e mostra que o marco legal brasileiro é insuficiente para impedir que poucos grupos dominem o mercado". Se somarmos a mídia impressa[33], são oito famílias, brancas, controlando 64% dos veículos de mídia brasileiros. É este controle que me leva a designar de hegemônica a mídia nacional, ou seja, ela é um oligopólio, pertencente a elite doméstica, reflexo dos históricos processos de racismo e colonialismo interno, que desembocam nas desigualdades sociais e raciais da atualidade.

Explorando a relação entre proibicionismo, eurocentrismo e mídia, é nítido o papel fundamental dos veículos de comunicação hegemônicos do Brasil na manutenção da cultura proibicionista. Em uma rápida busca no *Google* colocando o termo 'cracolândia', por exemplo, as manchetes e imagens são racializadas e constroem um ambiente de sujeira e terror. Algumas das manchetes do Portal R7, da Rede Record, dizem: "Cracolândia: viciados usam drogas livremente no centro da capital paulista"[34] e "Repórter Record Investigação mostra degradação dos viciados em crack na Cracolândia"[35]. Outra manchete, da rede de televisão GloboNews, do Grupo Globo, alerta: "Prefeitura de São Paulo anuncia nova etapa de revitalização da Cracolândia". O termo 'revitalização' é amplamente propagado pela mídia hegemônica, com um caráter de reestabelecimento da ordem e beleza dos locais, o que, na verdade, esconde um projeto elitista e mascara uma lógica higienista e colonialista.

---

de mídia controlados por poucas famílias. A Repórteres sem Fronteiras e o Intervozes lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil. **Reporteres sem fronteiras pela liberdade da informação**, [*S. l.*], 2017. Disponível em: https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam. Acesso em: 24 abr. 2019.

[31]As quatro redes de televisão são Globo, SBT, Record e Band. Além das três primeiras famílias descritas anteriormente, está a família Abravanel, dona do Grupo Silvio Santos e da rede SBT.

[32] REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS AMÉRICA LATINA. Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias. A Repórteres sem Fronteiras e o Intervozes lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil. **Reporteres sem fronteiras pela liberdade da informação**, [*S. l.*], 2017. Disponível em: https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam. Acesso em: 24 abr. 2019.

[33] O grupo Estado, do jornal O Estado de São Paulo, o grupo Abril, da revista Veja; e o grupo Editorial Sempre Editora, do jornal O Tempo.

[34] CÂMERA EM AÇÃO. Cracolândia: viciados usam drogas livremente no centro da capital paulista. **R7**, [*S. l.*], 2012. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-tv/camera-em-acao/videos/cracolandia-viciados-usam-drogas-livremente-no-centro-da-capital-paulista-21022018> . Acesso em: 17 abr. 2019.

[35] Quando acessei o link desta matéria em 03 de março de 2018, o título era este. Posteriormente, no dia 24 de abril de 2019, quando acessei o link novamente, o título da matéria havia sido modificado para "Repórter Record Investigação mostra realidade dos viciados em crack na Cracolândia". REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO. Repórter Record Investigação mostra realidade dos viciados em crack na Cracolândia. **R7**, [*S. l.*], Disponível em: <https://recordtv.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-mostra-realidade-dos-viciados-em-crack-na-cracolandia-14092018>. Acesso em 24 abril 2019.

Num estudo que trata da cobertura jornalística sobre drogas, pesquisadores da UNIFESP[36] mostram que:

> A imprensa também representa um dos elementos que refletem e reforçam um conjunto de crenças e valores negativos sobre o uso de drogas, estimulando o estigma social e dificultando algumas ações de saúde. A ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância) conduziu análise de textos jornalísticos sobre drogas, entre 2002 e 2003. Foi observado que 28% dos textos associaram o tema drogas com algum tipo de violência ou crime. Para os autores, esse tipo de matéria ajuda a construir um estereótipo do usuário ligando diretamente a essas práticas (ANDI, 2005). Essa visão estimula o medo e dificulta o estabelecimento de relação de cuidado entre profissionais de saúde e pacientes dependentes. Da mesma forma, as matérias jornalísticas tendem a ser inespecíficas quanto aos padrões de consumo de substâncias, generalizando conceitos e contribuindo para a desinformação da sociedade sobre a diversidade do uso de drogas. No estudo realizado pela ANDI (2005), os principais termos encontrados em matérias sobre drogas apontavam o usuário como bêbado, dependente, viciado e drogado, colocando em um mesmo patamar usuários esporádicos e dependentes (NOTO et al, 2013, p. 7).

Principalmente em seus telejornais e editoriais, a mídia hegemônica reforça os estereótipos designados às pessoas que usam drogas e enfatizam que apenas rígidas medidas de controle e segurança pública, como internação compulsória e policiamento, são passíveis de resolver a questão. Da mesma forma, há uma série de estudos que analisam a criminalização dos movimentos sociais pela mídia hegemônica – novamente, reflexo de seu local de poder no Estado brasileiro[37].

É significativo considerar também as posições e opiniões dos jornalistas que fabricam esta mídia, isto é, os agentes responsáveis pela manutenção de uma estrutura, sobremaneira, coercitiva e manipuladora.

> Em estudo realizado por Mastroianni (2006), profissionais ligados à área do jornalismo foram entrevistados sobre a sua visão frente à cobertura jornalística sobre o tema "drogas". A maioria dos jornalistas afirmou que a inclusão do tema "drogas" nas pautas dos jornais e revistas é predominantemente associada a questões de criminalidade e violência [...]. Sobre o impacto de suas matérias para os leitores [...], para a maioria, as matérias tendem a levar uma sensação de medo e insegurança. Para os profissionais ligados aos cadernos policiais, com as informações apresentadas, existe a tendência de se pensar que o tráfico de drogas está cada vez pior (NOTO et al, 2013, p. 9).

---

[36] NOTO, Ana Regina *et al*. Cobertura jornalística sobre drogas: distorções e potencialidades na prevenção. *In*: RONZANI, Telmo. **Ações integradas sobre drogas: prevenção, abordagens e políticas públicas**. [*S. l.*]: Ed. UFJF, 2013. Disponível em: http://www2.unifesp.br/dpsicobio/Nova_versao_pagina_psicobio/CAPITULO11COBERTURAJORNALISTICA.pdf. Acesso em 17 abril 2019.

[37] Neste sentido, é importante notar a dificuldade de se estabelecer uma discussão ou projeto que trate da democratização da mídia no país. As tentativas que ocorreram até agora não se desenvolveram. Foi lançado em 2013 o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, porém até o momento não atingiu instâncias legislativas.

Este trecho confirma não só que estes agentes compreendem o papel que desempenham na política proibicionista, como também assumem a fabricação de imagens que reforçam o clima de violência e terror. Desta forma, "assistimos ao nascimento de um novo racismo que, além de biológico, assume contornos biopolíticos, na estigmatização demonizante dos consumidores de drogas do final do século XX e início do XXI" (CARNEIRO, 2002, p 8). No cenário brasileiro atual, esta construção está, por exemplo, na figura midiática do "cracudo", do "dependente químico", do "nóia", do "viciado", dos jovens "cheiradores" de cola e inalantes, enfim, cidadãos que são desprovidos de outros aspectos de suas identidades e, portanto, resumidos às características: negro, pobre, vil e inferior.

Denis Petuco tem um estudo primoroso que relaciona mídia e uso de drogas (em específico, o uso de crack) intitulado "Entre imagens e palavras: o discurso de uma campanha de prevenção ao crack" (2011). O autor analisa detalhadamente inúmeras imagens e discursos de algumas campanhas de prevenção ao uso de crack e como elas retratam as pessoas que utilizam a droga. Para tal, Petuco utiliza contribuições de Foucault e autores da Filosofia da Diferença e da Educação Popular. Compilo alguns trechos das sensíveis e angustiantes interpretações que Petuco faz de, especificamente, três campanhas. A primeira é denominada "Crack, nem pensar", organizada pela Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) e veiculada na região sul do Brasil entre 2009 e 2010. Sobre uma imagem que possui a imagem de uma mulher que faz uso de crack com os dizeres "Vender o corpo por uma pedra de crack. Não experimente essa sensação. O crack é uma droga tão devastadora que pode viciar logo na primeira vez. Crack, nem pensar", o autor coloca:

> Falei anteriormente de pequenas manchas que escorrem na parede, próximas ao corpo da mulher. Articuladas à imagem desta mulher, e à frase sobre venda do corpo, as pequenas manchas na parede adquirem o aspecto de resquícios de sêmen. Assim, passo a considerar a hipótese de que esta mulher vendeu seu corpo neste mesmo local na qual ela é agora flagrada, atirada ao chão, como que descartada depois do uso [...]. O que vejo neste ambiente, quando articulo os signos inscritos no território da peça observada? É sujo porque as pessoas que ali habitam são sujas, a ver-se a imagem da mulher atirada ao chão, misturada a panos velhos e folhas de papelão sujo. É sujo se pondero a possibilidade vagamente enunciada em pequenas manchas semelhantes a pingos de sêmen que escorrem da parede. Um lugar sujo, habitado por pessoas sujas, que fazem coisas sujas. Miséria humana, degradação, anormalidade. Desumanização. Coisificação. (PETUCO, 2011, p. 53)

O autor continua sua análise dizendo:

> Por fim, a última frase informa que o crack é uma droga "devastadora", que pode viciar já na primeira experiência de uso. E é como se esta frase guardasse a chave que explica tudo o que vimos até aqui. Usa-se o adjetivo "devastador", palavra que remete a desastres naturais, como terremotos, enchentes. Algo grandioso, impossível de controlar. Justamente por ser incontrolável, ele pode viciar já na primeira vez,

> indicando outro aspecto curioso: é o crack que vicia às pessoas. Ele subjuga, domina, controla quem ousa experimentá-lo, como se a substância adquirisse vida e vontade próprias (PETUCO, 2011, p. 54).

O segundo trecho que trago é sobre outra campanha de prevenção ao crack, desta vez veiculada na Paraíba, em que Petuco diz:

> Ainda na capital dos paraibanos, outdoors surgiram poucos dias antes do Carnaval de 2011. Tendo como tema o dístico "A idade da pedra", a campanha foi organizada por uma empresa de mídia externa, e suas peças podem ser encontradas nas regiões metropolitanas de pelo menos três estados (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte). Nelas, o mesmo fundo preto, uma margem escura que ameaça tomar toda a imagem, escondendo quase que por completo ao usuário de crack, que aparece aqui como um sujeito velho (ou envelhecido), muito magro. O título da campanha, articulado à imagem do usuário de crack e à frase "Quando voce (sic) se omite, a Sociedade regride", aponta para a ideia de que o uso de crack indica um caminho contrário ao da evolução. Uma nova "idade da pedra", apontada não pela pré história, mas por um processo de desumanização, de perda da condição humana para o crack, a nova pedra (PETUCO, 2011, p. 69).

Por fim, sobre uma campanha denominada "Vida sim, crack não", organizada pelo Governo do Estado do Piauí, o autor diz que:

> Entre imagens e palavras, o usuário de crack engendra-se no discurso preventivo como perigoso. O crack produz efeitos não apenas na vida de quem usa, mas na vida de todas as pessoas que estão próximas de quem usa. Sua simples presença gera desconforto: repulsa, tristeza, desespero, vergonha. Medo. O sujeito das campanhas de prevenção, em sua relação com familiares e redes sociais próximas, é positivado como alguém em quem não se pode confiar, como alguém que pode predicar outras pessoas. Alguém a quem se deve temer, alguém de quem é preciso proteger-se. Ou, nas palavras do velho arqueólogo, alguém que representa "risco biológico" (PETUCO, 2011, p. 108).

Sobretudo nas últimas décadas, de intensificação da guerra às drogas, identificamos notadamente quem está sendo violentado e como os imaginários, racistas e colonialistas, estão sendo reforçados. Todos estes trechos e reflexões de Petuco exemplificam a prática de demonização do "drogado". Carneiro (2002, p. 2) diz que "a demonização do 'drogado' e a construção de um significado suposto para o conceito 'droga' alcança na época contemporânea um auge inédito. Um fantasma ronda o mundo, o fantasma da droga, alçado à condição de pior dos flagelos da humanidade". Deste modo, o proibicionismo mantém-se em seu aspecto político, econômico e social porque também se faz presente no campo subjetivo e simbólico, sendo a mídia hegemônica um dos principais meios de disputa e manipulação cultural. A tentativa de se construir uma identidade subalterna de quem usa drogas foi e é, portanto, um dos mecanismos utilizados pelo *status quo* para a permanência do

proibicionismo e da guerra às drogas, cujos afetados, principalmente no Sul Global, têm definidos recortes de raça e classe. Habermas é certeiro ao colocar que:

> Uma nova zona de conflitos [...] só pode surgir onde a sociedade tardo-capitalista tem de imunizar-se por meio da despolitização das massas da população contra a impugnação da sua ideologia tecnocrática de fundo; justamente no sistema da opinião pública administrada pelos meios de comunicação. (HABERMAS, 2007, p. 89).

3.2.3 Cultura e ciência

Para iniciar esta seção, preciso voltar às designações feitas anteriormente sobre a rede interconectada do *status quo* e suas instituições. Em cada uma daquelas esferas vemos que está presente uma relação dialética: o comércio e as drogas do oligopólio farmacêutico-capitalista em contraponto ao comércio e às drogas de rua; a moral da família burguesa em contraponto aos comportamentos desvirtuados; o Estado-Nação em contraponto às minorias não representadas ou sub-representadas no poder; e o eurocentrismo em contraponto às culturas subalternas. Hall (2003) ilustra bem esta distinção, presente em seu próprio local de nascimento, tão próximo com o nosso território:

> Na formação cultural caribenha, traços brancos, europeus, ocidentais e colonizadores sempre foram posicionados como elementos em ascendência, o aspecto declarado: os traços negros, "africanos", escravizados e colonizados, dos quais havia muitos, sempre foram não-ditos, subterrâneos e subversivos, governados por uma "lógica" diferente, sempre posicionados em termos de subordinação e marginalização" (HALL, 2003, p. 41).

Neste contexto, é importante notar e refletir sobre a existência permanentemente em disputa de narrativas contrapostas com relação às drogas, seus usos e seus usuários. Penso que Vargas (2008) nos traz contribuições importantes para refletir sobre estas narrativas. O autor (2008, p. 55) coloca que

> É preciso, pois, não perder de vista que a partilha moral entre drogas de uso lícito e drogas de uso ilícito é contemporânea da invasão farmacêutica [do século XX], tendo sido num mesmo movimento que se incrementou o desenvolvimento de fármacos e que se penalizou o emprego das demais drogas [...]. Longe de serem unívocas, as relações que a maioria das sociedades contemporâneas mantém com as drogas são ambivalentemente marcadas pela repressão e pela incitação ao consumo.

Há, no sistema sócio-econômico-cultural apoiado pelas instituições do *status quo* – intrínseco ao mundo da vida[38] e em constante disputa com uma série de comunidades morais,

---

[38] Apesar de ter colocado o conceito de "mundo da vida" neste momento e continuar a citá-lo daqui até o final deste capítulo, faço questão de entrar com sua caracterização esmiuçada apenas na segunda parte da pesquisa, que se relaciona, justamente, com o mundo da vida e as agências.

como coloca Segato (2006)[39] –, sobretudo, uma racionalidade cognitivo-instrumental[40], que serve a um propósito óbvio, no caso, a manutenção de um sistema que prioriza a moral ocidental-cristã, o lucro da indústria farmacêutica e o saber médico-ocidental-disciplinarizante, cujas ações vão no sentido de tentar controlar o uso, o comércio e a distribuição de drogas. Esta narrativa e suas materialidades fazem parte do discurso da modernidade, fruto da herança do discurso eurocêntrico, baseado no *telos* capitalista-colonial. Esta narrativa é a permitida, legalizada pelos aparatos jurídicos e legitimada pela ideologia da técnica e da ciência, da qual trata Habermas (2007). Penso que é proveitosa a articulação de conceitos de Habermas com teorias pós e de-coloniais porque ambos partem de uma colonização sistêmica do mundo da vida e/ou das intersubjetividades para explicar a manutenção de poder do *status quo*. De acordo com o autor (2007, p. 49),

> A "racionalização" de Max Weber não é apenas um processo a longo prazo da modificação das estruturas sociais, mas também ao mesmo tempo "racionalização" no sentido de Freud: o verdadeiro motivo, a manutenção da dominação objectivamente caduca, é ocultado pela invocação de imperativos técnicos. Semelhante invocação é possível só porque a racionalidade da ciência e da técnica já é na sua iminência uma racionalidade do dispor, uma racionalidade da dominação.

Isto é, para Habermas há uma fusão de técnica/ciência e dominação, principalmente, com a modernidade. Este crescimento da consciência tecnocrática possui três efeitos sucessivos: as imagens de mundo como mitos, religiões, ritos tradicionais e tradições metafísicas perdem seu poder; estas imagens transformam-se em éticas subjetivas; e este processo proporciona dois movimentos: o de criticar a tradição e o de reorganizar os padrões tradicionais, agora pelas bases da ciência legitimadora (HABERMAS, 2007, p. 66). É aí que surgem as ideologias da ciência, porque "substituem as legitimações tradicionais da dominação, ao apresentarem-se com a pretensão da ciência moderna e ao justificarem-se a partir da crítica às ideologias" (HABERMAS, 2007, p. 66).

Dessa forma, as ciências ganham função de esclarecimento e "o crescimento metodicamente assegurado do saber teórico tem efeito sobre o avanço do espírito humano e do contexto cultural da vida em seu todo" (HABERMAS, 2007, p. 270 e 271), ou seja, a crença na validade da ciência enquanto verdade inequívoca invade as subjetividades e

---

[39] SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006. p. 207-236.

[40] Segundo Habermas (2012), a ação teleológica se orienta por regras técnicas que se apoiam no saber empírico. Proveniente da escolha racional, direciona-se por estratégias que se baseiam num saber analítico. Esta ação realiza fins definidos sob condições dadas seguindo critérios de um controle eficiente da realidade (HABERMAS, 2012, p. 57). A racionalidade que dá suporte a este tipo de ação, denominada cognitivo-instrumental, ampara-se, então, nos ideais de objetificação, funcionalidade, instrumentalização e eficiência técnica.

culturas. Ademais, estas "imagens de mundo racionalizadas também satisfazem em grande medida as exigências de uma compreensão de mundo moderna, que categorialmente pressupõe o desencantamento do mundo" (HABERMAS, 2007, p. 317). Penso que este desencantamento, aplicado ao tema da pesquisa, refere-se, precisamente, ao processo de vilificação das drogas, ao processo de fabricação do vício e coisificação dos homens, pela indústria farmacêutica, pela moral religiosa, pela colonialidade do poder e pela ideologia da ciência. As drogas na modernidade ganham, então, contornos teleológicos: servem a um fim, particularmente relacionado a resolução de problemas do campo biológico e/ou psicológico e tudo o que foge a este *telos*, é rechaçado, sejam as próprias drogas "de rua" (maconha, crack), sejam seus usuários impudicos.

As práticas das pessoas que fazem uso de drogas em locais públicos, em contextos entrecruzados de prazer, sofrimento social, violência, acabam por perturbar as concepções e práticas da indústria farmacêutica, do saber médico, da moral burguesa e do Estado-Nação[41]. Esta seria a evidência de um caminho contra-moderno ou em contraposição à modernidade de que fala Bhabha (1998, p. 26), que gera suas próprias trincheiras, possibilidades, existências, não se conformando ao *status quo* e perturbando a matriz eurocêntrica de pensamento.

> Nessas sociedades, as relações e instituições da sociedade civil – educação, família, relações privadas, sexo, etnia [...] – se tornam, efetivamente "para a arte da política [...], as 'trincheiras' e fortificações permanente do front em uma guerra de posições: elas tornam meramente 'parciais' os elementos que antes eram 'o todo' da guerra (HALL, 2003, p. 299).[42]

Como coloca Vargas (2008, p. 55), é preciso entender, então, que

> [...] certos consumos não medicamentosos de drogas se configuram não apenas como modalidades dissidentes ou excessivas com relação aos cuidados que os saberes e práticas biomédicas recomendam que se deva tomar com a vida, mas também como efeitos perversos do próprio dispositivo das drogas: afinal, a maior parte das drogas cujo consumo é, atualmente, total ou parcialmente, considerado ilícito – como a morfina, a heroína, a cocaína, o éter, o clorofórmio, o ácido lisérgico, os barbitúricos e as anfetaminas – foi produzida, isolada e/ou sintetizada, em laboratórios químicos tendo em vista demandas biomédicas.

A questão aqui não é uma separação fixa, ética ou normativa, de narrativas contrapostas. Estas narrativas são porosas em diversos aspectos, se considerarmos que no mundo da vida elas se intersectam, misturam-se. O intuito não é o de qualificar uma de forma

---

[41] Neste sentido, vemos que em debates e construções de políticas atuais, a pauta de descriminalização e/ou legalização é pensada passando impreterivelmente pelas instituições: Estado, indústria farmacêutica, saber médico. E, de fato, isto mostra que pensar em termos de subversão/cooptação é demasiado simplista. Mais adiante, no quinto capítulo, esta pesquisa trará reflexões sobre esta questão.

[42] O título desta dissertação foi, justamente, inspirado por esta passagem de Hall.

negativa e outra de forma positiva, isto é, "insistir eticamente sobre a diferença qualitativa dos modos de existência" como coloca Vargas (2008, p. 56). Ainda segundo o autor (2008, p. 56),

> Tendo isso em vista, em vez de ficar apenas com o caráter doentio, desarticulador e destrutivo da experiência do consumo não medicamentoso de drogas – isto é, de se colocar exclusivamente do ponto de vista da saúde –; em vez de também ficar apenas com o caráter inebriante e festivo da experiência do consumo de drogas – isto é, de se colocar exclusivamente do ponto de vista da doença – ou, em suma, em vez de ficar com a moral e suas partilhas que submetem a existência à oposição de valores transcendentes, caberia, a meu ver, pôr a discussão em termos éticos que revelem uma pluralidade de modos de existência imanente.

Acredito que o primordial, aqui, é tentarmos compreender a lógica de dois pesos e duas medidas presente social e culturalmente: sabemos de uma suposta epidemia[43] de consumo de crack no país[44] enquanto não temos conhecimento de que o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de Rivotril e antidepressivos[45]. Porque o uso nocivo de drogas entre pessoas em situação de rua é extremamente propagado pela mídia enquanto o amplo uso, agora de medicamentos, em comunidades terapêuticas ou instituições de saúde mental, por exemplo, é ignorado[46]? Os autores Race e Brown (2016, p. 109, tradução minha) colocam justamente que "a distinção entre drogas legais e ilegais é usada para identificar figuras de 'consumo excessivo' na sociedade de consumo e sujeitá-las a formas de policiamento que estabelecem uma esfera normalizada de conformidade e 'consumo adequado'".

---

[43] Neste sentido, a psiquiatra Nicola Worcman reitera em entrevista para o jornal O Globo que não existe uma epidemia de drogas no Brasil e elucida distinções entre o modelo exclusivo de abstinência e a redução de danos. O GLOBO. 'Não existe uma epidemia de drogas no Brasil', afirma especialista. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 abr. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/nao-existe-uma-epidemia-de-drogas-no-brasil-afirma-especialista-23627556. Acesso em: 5 ago. 2019.

[44] O jornal Estadão possui um infográfico devidamente sensacionalista sobre o tema, com o título: Crack, prazer maior que sexo faz viciado fumar até morrer. Disponível em <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/crack/prazer-maior-que-sexo-faz-viciado-fumar-ate-morrer.html>. Acesso em 17 abril 2019.

[45] Fiore (2012, p.12) destaca que em muitos países, como no Brasil, os analgésicos "lideram os investimentos do mercado publicitário e estão, ao mesmo tempo, relacionados a milhares de mortes anuais, seja por reações adversas e efeitos colaterais, seja por consume abusivo" e que o Rivotril "é o segundo medicamento mais vendido do Brasil numa lista que inclui analgésicos e anticoncepcionais".

[46] Em seu texto "Psicologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo" (2008), que trabalharei, principalmente, na segunda parte, João Biehl realiza uma etnografia com Catarina, uma mulher que foi abandonada pelos familiares e cujo corpo foi marcado por várias experiências psicotrópicas num "centro de reabilitação" definido pelo autor como "terra de ninguém" e "zona de abandono". Em certo trecho, Biehl (2008, p. 417) coloca que "Catarina parecia conectar a sua condição e abandono à disseminação e ao uso desregulado de drogas psiquiátricas entre as populações urbanas pobres. Dados do Datasus sobre os serviços de saúde mental entre 1995 e 2005 revelam que [...] a distribuição de psicotrópicos cresceu de 0,1% em 1995 para 15,5% em 2005. 75% dos gastos com medicamentos neste período foram com novas drogas antipsicóticas. É importante ressaltar que, nesses dez anos, o crescimento na alocação de recursos para medicação foi acompanhado por um decréscimo no número de psiquiatras contratados e que, no geral, as despesas com saúde mental diminuíram 26,7%. Ao longo do trabalho de campo com Catarina, comecei a me perguntar acerca das comunidades antropológicas e das maneiras de pensar e de viver que emergiram na onda dessa 'farmacolização' da saúde mental a serviço de uma forma difusa de governança e expansão de mercado (Biehl, 2005)".

Uma passagem de MacRae (2003, p. 2) também ilustra essa lógica em que uma narrativa é promovida enquanto outra é propositalmente invisibilizada e os malefícios proveniente disto:

> O reducionismo dessa esteriotipação [demonização do usuário e do traficante] ao encobrir alguns dos reais problemas estruturais da sociedade criando um inimigo imaginário, que tem sua utilidade na manutenção do status quo, acaba por aumentar a marginalização dos usuários assim como leva à cristalização uma "subcultura da droga" de pouca permeabilidade a agentes de saúde ou a representantes de qualquer tipo de discurso oficial. E, como uma profecia que cumpre a si mesma, isso leva à criação de novas ameaças à ordem e à saúde nessa sociedade. Igualmente, ao dar tanta ênfase ao uso das drogas ilícitas, envolvendo uma minoria da população facilmente estigmatizavel, desvia-se a atenção da necessidade de um maior controle da produção e comercialização das drogas lícitas, de uso generalizado, altamente lucrativas e responsáveis pela grande maioria dos problemas relacionados aos psicoativos em geral.

Com a análise desta manutenção do *status quo* pela cultura e pela ciência podemos, neste momento, ampliar o conceito de colonialidade do poder com as considerações de Aníbal Quijano (2005). O autor parte do ataque feito, sobretudo, ao campo subjetivo desde a colonização, incluindo aí "as perspectivas cognitivas, os modos de produzir e outorgar sentido aos resultados das experiência material ou intersubjetiva, o imaginário, o universo das relações intersubjetivas do mundo, a cultura em suma" (QUIJANO, 2005, p. 121), para demonstrar a herança de uma mente coletiva eurocêntrica e colonizadora que refletiu-se na sociedade, na economia e na política.

A linha teórica dos estudos decoloniais analisam a pungência com que a América Latina ainda reflete e reproduz o padrão eurocêntrico nos planos material e, principalmente, cultural. Aqui considero importante dizer que um dos motivos pelos quais opto por trabalhar com autores decoloniais (sendo a maioria destes latino-americanos), é pela dimensão analítica dada a características socioculturais inerentemente profundas em nossos territórios, sendo uma das principais, a herança escravocrata (em toda sua ligação com as hierarquias raciais e a lógica da colonialidade do poder). Os autores europeus, que muitas vezes utilizamos para ler nossos arranjos sociais, partem de sociedades demasiado distintas e, apesar da lógica racista e colonial ser global, penso que nossos territórios e nossas culturas são consideravelmente mais permeados pelas estruturas raciais e coloniais. Creio que um dos motivos pelos quais continuamos a encarar aspectos raciais em estudos acadêmicos como "recortes" é pelo costume (igual e ironicamente colonial) de utilizar autores do Norte Global para interpretar nossas particularidades e, portanto, continuamos a dar preferência por compreensões

econômicas e caminhos epistemológicos cuja direção é sempre "*West to the Rest*" (2000)[47]. A raça e a lógica colonial, porém, não são meros adendos analíticos nos nossos territórios. Eles são parte integrante, são suportes centrais em quaisquer paradigmas culturais ou políticos do Sul Global, não apenas no proibicionismo e não apenas quando as populações não brancas estão em seu bojo[48]. "O que o conceito de colonialidade do poder traz de novo é a leitura da raça e do racismo como 'o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo'" (Grosfoguel, 2008, p. 123 apud BALLESTRIN, 2013, p. 101).

A (des)caracterização e subjugação das populações que sofreram colonização pelos Estados Europeus – e, posteriormente, como herança do pensamento colonizador pelos Estados Latino-americanos –, são trabalhadas também pelo filósofo argentino Santiago Castro-Gómez. Partindo do raciocínio de Quijano, ele fala sobre a invenção do Outro e cunha um outro termo: a colonialidade do saber (2005, p. 88).

> Esta tentativa de criar perfis de subjetividade estatalmente coordenados conduz ao fenômeno que aqui denominamos "a invenção do outro". Ao falar de "invenção" não nos referimos somente ao modo como um certo grupo de pessoas se representa mentalmente a outras, mas nos referimos aos dispositivos de saber/poder que servem de ponto de partida para a construção dessas representações.

O processo de colonização material ocorreu simultaneamente à fabricação das representações do colonizado pelo colonizador, isto é, "a colonialidade do poder e a colonialidade do saber são localizadas numa mesma matriz genética" (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 91). A colonialidade do saber é expressa, sobretudo, pelas vias da escrita (com todo o poder simbólico que ela representa), nas regulamentações de leis e nas normas de comportamento, identidade e cultura nacionais (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 88 e 89). Um dos principais meio de edificação e propagação desta mentalidade foi a ciência. Já esbocei algumas reflexões neste sentido com Habermas (2007). Adiante, utilizarei o conceito de violência epistêmica de Spivak (2010) para explorar questões adicionais.

---

[47] Apesar de não me alinhar à intenção decolonial de romper radicalmente com a epistemologia europeia, como já coloquei, entendo a crítica de Grosfoguel (2008, p. 116) quando o autor rechaça o antigo Grupo de Estudos Subalternos Latinoamericano da década de 1990. Utilizo esta crítica com a intenção de ampliá-la para o escopo dos estudos em Ciências Sociais e Humanas, incluindo a Saúde Pública/Coletiva. O autor (2008, p. 116) coloca que "a teoria permaneceu sediada no Norte, enquanto os sujeitos a estudar se encontram no Sul"; argumenta que eles "deram preferência epistemológica ao que chamaram 'os quatro cavaleiros do Apocalipse' (Mallon, 1994; Rodriguez, 2001), ou seja, a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha" e que "ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objectivo de produzir estudos subalternos" (GROSFOGUEL, 2008, p. 116). Considero a legítima importância de inúmeras reflexões de pensadores europeus, que inclusive estão neste estudo, dado que o entrelaçamento global permite, **até certo ponto**, a "importação" de conceitos sob re-leituras para outros territórios. Ainda assim, traz-me incômodo certas pesquisas do Sul Global que têm como referenciais únicos e centrais autores do Norte Global.

[48] Neste sentido, são fundamentais estudos sobre raça e classe no pensamento social brasileiro, como "A integração do negro na sociedade de classes", de Florestan Fernandes. Inclusive, esta pode ser uma das direções futuras de desenvolvimento desta pesquisa.

3.3 DESMITOLOGIZANDO A HISTÓRIA: A VIOLÊNCIA EPISTÊMICA

> *"Sticks and stones may break bones, but words – words that evoke structures of opression, exploitation, and brute physical threat – can break souls." (Kwame Anthony Appiah)*

O título que originou esta seção (e a própria ideia desta pesquisa) partiram da leitura perturbadora e revigorante de "Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem"[49] de Michael Taussig. A escrita do autor, utilizando-se da abordagem etnográfica e eventuais reflexões normativas, é pungente ao descrever o horror do colonialismo e as práticas de xamanismo associadas à cura transcendental da população ameríndia, tendo como contexto o extermínio realizado pelos colonizadores europeus (e aliados da elite local), principalmente nos séculos XIX e XX. Minha inquietação veio das explorações de Taussig acerca da elaboração cultural do medo (1987, p. 30).

Refletindo sobre os silenciamentos que encontrou e que teve que enfrentar durante a elaboração da etnografia, Taussig (1987, p. 30) discorre sobre "a necessidade que temos de lutar contra aquela solidão, temor e silêncio, de examinar as condições de realizar a cultura, de seguir Michael Foucault quando ele coloca que se deve 'ver historicamente como os efeitos da verdade são produzidos no interior de discursos que, em si mesmos, não são verdadeiros nem falsos'". Após ter analisado diversos mecanismos de violência do *status quo* anteriormente, nesta seção irei me debruçar nos efeitos da verdade produzidos no interior do discurso científico.

O autor continua sua reflexão explorando a possibilidade de se criar contradiscursos e qual forma eles deveriam assumir. Dando-se conta da magnitude da tarefa e tentando, porém, resumi-la em algumas palavras, Taussig pontua o primeiro passo: "enxergar o mito no natural e o real no mágico, desmitologizar a história e reencantar sua representação reificada" (1987, p. 32). Em analogia ao trajeto percorrido por Taussig, pretendo partir da denúncia aterrorizante, caracterizando o proibicionismo como violência epistêmica, para chegar na possibilidade de cura, aqui enquanto saídas para a coerção epistêmica e estrutural das ciências enquanto voz uníssona e violentadora (esta segunda parte será desenvolvida no sexto capítulo deste trabalho).

---

[49] TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

O proibicionismo em seu viés material e simbólico foi inventado *pari passu* à constituição da Saúde Pública e da medicina moderna. Eles se fundamentaram "no naturalismo médico, que, invocando cientificidade, legitimou a crescente medicalização do espaço social (...). Combater as epidemias e as endemias, esquadrinhando o espaço urbano com dispositivos sanitários, constituiu-se como estratégia dominante da saúde pública" (BIRMAN, 1991, p. 8). As epidemias (considerando a demonização das drogas e de seus usuários como, justamente, a invenção de uma epidemia), tornaram-se então justificativas para a reprodução da medicalização social, representando um discurso naturalista científico que levou a cabo práticas de marginalização e repressão de diversos segmentos sociais, a exemplo também da epidemia de AIDS (BIRMAN, 1991, p. 8).

No que concerne, especialmente, o contexto brasileiro, os grupos de médicos envolvidos nos discursos da medicalização social e do cientificismo-higienista tiveram grande influência na constituição da saúde pública e do proibicionismo. Torcato (2013, p. 121) mostra que

> No Brasil, os médicos já vinham problematizando o uso de drogas como uma patologia desde o final do século XIX. Os discursos presentes nas principais revistas médicas, psiquiátricas e as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro mostram que a construção de uma noção patologizante do uso de drogas esteve ligada à ascensão de um grupo de intelectuais que foi responsável pela afirmação da psiquiatria enquanto ciência médica [...]. O uso problemático era associado, sobretudo, aos excessos alcóolicos entre os menos desfavorecidos e a consequente degeneração e inaptidão à civilização. A articulação política dessa classe teria sido coroada em 1921, quando a categoria toxicomania seria consagrada, inclusive na legislação, e assim as drogas se consolidariam como um problema público.

Destaco aqui, novamente, duas características basilares do discurso proibicionista (principalmente no nosso território): como ele nasceu de uma cultura imbuída na colonialidade do saber e como a ideologia da ciência o justificou e legitimou. Esta passagem de Torcato mostra apropriadamente a associação feita pelo discurso médico/psiquiátrico entre drogas e incivilidade, assim como drogados e inábeis. Abaixo coloco um exemplo que materializa esta análise. Encontrei este documento no Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, em São Paulo/SP. Intitulado "O que devemos saber sobre o alcoolismo", foi feito pelo Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, em 1942[50] .

[50] DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, O. **O que devemos saber sobre o alcoolismo**. 1942. Folheto.

Figura 1 – Folheto Depto. Saúde SP

Fonte: Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, 1942.

O documento diz (Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, 1942):

> O álcool etílico goza de grande importância na indústria farmacêutica […]. Entretanto, pelos múltiplos malefícios causados à saúde, à família e à nação, pode o álcool ser considerado um dos maiores inimigos da humanidade e o irmão gêmeo do fumo, pois dificilmente encontramos um indivíduo viciado em álcool que não o seja no tabaco […]. Como a morfina, a cocaína, o éter e demais drogas entorpecentes, o álcool é uma substância de efeito enganador, pois se no início das pequenas doses excita o organismo, dilatando o campo da imaginação pela sensação de bem estar que proporciona, o mesmo não acontece com a realidade de sua deletéria ação sobre o

> sistema nervoso, o qual responde logo com alterações do psiquismo, cujos progressos vão aos poucos eliminando a camada de verniz com a qual todos nós procuramos encobrir nossos instintos primitivos, nossas tendências inferiores que a moral e a adaptação social procuram frear.

Nesta passagem vemos o discurso naturalista médico baseado numa visão científica que constrói uma imagem de degenerado ao indivíduo que utiliza álcool e outras drogas. Além disto, vemos um apelo à moral burguesa (respaldada na proteção da família e da nação) e à raça (respaldada na divisão entre "instintos primitivos" e civilizados, "tendências inferiores" e superiores, ou seja, ideias de dualismo e evolucionismo). É interessante e desolador notar ainda que, mesmo separados por quase 70 anos, as campanhas analisadas por Petuco anteriormente, veiculadas nos anos 2000, e este documento possuem inúmeras semelhanças.

A criação, portanto, de todo um aparato epistemológico que inventa o Outro para descaracterizá-lo e reprimi-lo constitui-se como violência epistêmica[51]. Esta violência se reflete em uma série de imaginários

> que possuem uma materialidade concreta, no sentido de que se ancoram em sistemas abstratos de caráter disciplinar como a escola, a lei, o Estado, as prisões, os hospitais e as ciências sociais. É precisamente este vínculo entre conhecimento e disciplina o que nos permite falar, seguindo Gayatri Spivak, do projeto da modernidade como o exercício de uma "violência epistêmica". (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 90)

De fato, a teórica literária indiana Spivak (2010, p. 47) fala que "o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro". As reflexões de Spivak (2010, p. 70) acerca dos indivíduos subalternos e da episteme[52] que os violenta levam em conta o imperialismo europeu à nível global e a divisão internacional do trabalho como fatores que relegam estes indivíduos subalternos à dupla obscuridade: à obscuridade da exploração que ocorre na economia, na sociedade e nas mentalidades e à obscuridade de representação que ocorre nos espaços materiais e simbólicos[53].

---

[51] Em estudos recentes, esta violência também vem sendo denominada de epistemicídio. Ver SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. **Revista Lusófona de Educação**. Coimbra: Almedina, 532 pp, 2009. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Revista%20Lusofona%20Educacao_2009.pdf. Acesso em 28 maio 2019.

[52] Aqui, utiliza-se o conceito de episteme trazido por Costa, Guerra e Leão (2013), influenciados por Michel Foucault: "é o paradigma que estrutura os múltiplos saberes em determinado período, relacionando os diferentes tipos de discursos: filosóficos, técnicos, institucionais, sociais, econômicos, políticos, etc.".

[53] Este conceito é análogo ao trabalhado por Taussig (1987, p. 53), quando o autor diz que, em sua pesquisa, começou "a apreciar o poder da obscuridade epistemológica na política de representação", compreendendo como a história de terror do colonialismo teve uma versão mitologizada e uma versão obscurizada, isto é, foi exaltada pela Europa ao mesmo tempo em que seus horrores foram escondidos e pormenorizados.

Por associação, pode-se utilizar este argumento de Spivak para tratar das pessoas que usam drogas: são obscurizadas pelas explorações estruturais inerentes ao capitalismo e à colonialidade do poder/saber e obscurizadas nos espaços de representação da democracia e da epistemologia. É por isto que, respondendo à questão que é título de um de seus principais artigos ("Pode o subalterno falar?"), a autora chega à conclusão de que não. Isto não se dá pelo fato de os subalternos não terem voz, mas pelo fato de suas vozes serem silenciadas. Os autores Nascimento e Martorell (2013, p. 428, 429) fazem uma leitura de Spivak pelo olhar da bioética e trazem importantes considerações:

> Nesse silenciamento, em contextos hegemônicos, a experiência falante, que determina o lugar social a partir do qual se buscará a equidade, é a de quem não ocupa a posição subalterna, o que secundariza ou exclui a experiência dos grupos subalternizados. Por isso, essa ausência de fala ocorre não por que subalternas não possam falar, mas porque a voz é um fenômeno relacional que necessita de um espaço de acolhimento, que faz necessária a escuta – o que não se observa nas práticas dos esquemas coloniais de distribuição do poder, determinante dos lugares de fala e de silenciamento. Desta maneira, enquanto persistir a subalternização racializada de grande parte da população mundial – sobretudo latino-americanos, africanos e parte do continente asiático – dificilmente a experiência dialógica emancipadora se fará possível. Não há diálogo possível se não cremos que a/o outra/o não pode entender o que dizemos ou se achamos que aquilo que ela/e tem a dizer não é relevante. O silenciamento é uma das mais eficazes e presentes ferramentas do esquema colonial. Neste contexto, descolonizar o diálogo é fundamental para que possamos integrar uma área que envolva tanto saberes técnicos como populações vulnerabilizadas.

A violência epistêmica (sendo a obscuridade e o silenciamento seus recursos) imposta às pessoas que usam drogas é, definitivamente, uma poderosa ferramenta cultural de subjugação das quais se utiliza o *status quo*. Entre elas, juntam-se todas as outras formas materiais e simbólicas de violência já discutidos até aqui. Tendo traçado o contexto histórico do proibicionismo, os fatores estruturais da guerra às drogas e desenvolvido os conceitos de colonialismo interno, colonialidade do poder/saber e violência epistêmica atrelado a esta dinâmica, passo, por fim, à segunda parte desta pesquisa. Antes, preciso sucintamente me debruçar sobre questões de identidade e cultura, às quais Hall (2003) possui reflexões essenciais.

3.4 CONCLUSÕES

Em primeiro lugar, termino este capítulo, novamente, estabelecendo o campo da cultura como fundamental neste trabalho. Mais uma vez, creio que não é uma questão de colocar a cultura como força motriz social última, mas de entendê-la como um pano de fundo

de diversos campos, que produz e é produzida por estes campos, e como um contexto subjacente às práticas e materialidades sociais. Além disto, propor-se a realizar um estudo cultural não significa identificar algo fixo no mundo, trazer à tona identidades ou comunidades determinadas socialmente e alheias ao permanente processo sociocultural dialógico (talvez por isto tenha tanta dificuldade em definir ou caracterizar as pessoas neste estudo e, de forma geral, quaisquer pessoas). Como coloca Hall (2003, p. 43), a cultura possui um caráter fluído, em constante mudança, "não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar". Neste sentido, "as identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder [...]. Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por uma falta constitutiva" (HALL, 2003, p. 81). Ou seja, falar sobre as pessoas que designo no começo deste estudo (e, novamente, de quaisquer pessoas) é falar de algo permanentemente incapturável, algo que não foge às construções estruturais mas que também não se resume a elas. É falar sobre identidades que se unem pelo uso de drogas e por terem imagens de si forjadas enquanto perigosas viciadas, mas que se diferenciam por tantas outras práticas e vivências.

Ademais, justamente por serem porosas, é necessário caracterizar as construções identitárias e culturais, principalmente, como arena de poder e disputa:

> por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos — e mais imprevisíveis — da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma "política cultural" (HALL, 1997, p. 4).

Considerando a relevância do campo cultural e a produção dialógica da identidade, da linguagem e da cultura, pode-se enxergar a validade da disputa dentro deste campo e compreender o manuseio cultural do *status quo* para criar significados culturais que os contemple. Hall (1997, p. 19) frisa a importância destes pontos:

> Toda a nossa conduta e todas as nossas ações são moldadas, influenciadas e, desta forma, reguladas normativamente pelos significados culturais. Uma vez que a cultura regula as práticas e condutas sociais, neste sentido, então, é profundamente importante quem regula a cultura. A regulação da cultura e a regulação através da cultura são, desta forma, íntima e profundamente interligadas.

Existe, portanto, uma disputa através da cultura, onde tanto o *status quo* quanto as inúmeras comunidades morais, tanto as agências subalternas no mundo da vida quanto as instituições do sistema capitalista/colonial têm influências e desempenham papeis. Nesta disputa, as estruturas do *status quo* visam regular a cultura – isto é, impor uma sintaxe prescrita à sociedade, como diria José Machado Pais. No que diz respeito à saúde pública, a

construção biopolítica e cultural do proibicionismo, que têm em seu cerne a diferenciação e hierarquização de raça, é produto das lógicas e mecanismos analisados anteriormente da colonialidade do poder/saber, colonialismo interno e violência epistêmica. Não obstante, nenhuma das estruturas analisadas até aqui são totais no sentido de circunscrever por completo as intersubjetividades.

Como coloca Hall (2003, p. 158) "as estruturas exibem tendências – linhas de força, aberturas ou fechamentos que constrangem, modelam, canalizam e, nesse sentido, 'determinam'. Mas estas não podem definir, no sentido de fixar absolutamente ou garantir". É no meio da lógica cultural e política contra as drogas, transbordando-a ou desviando-se dela, retomando novamente as expressões de Pais, que estão as agências das pessoas que usam drogas. Deste momento em diante, podemos trabalhar partindo das agências e movimentos antiproibicionistas até suas capacidades de confrontar, ultrapassar ou subverter o *status quo*.

4. DAS AGÊNCIAS PARA AS ESTRUTURAS

"You may write me down in history
With your bitter, twisted lies,
You may tread me in the very dirt
But still, like dust, I'll rise [...].
Out of the huts of history's shame
I rise
Up from a past that's rooted in pain
I rise."
(Maya Angelou)

Para a próxima parte desta pesquisa, em que pretendo analisar as agências das pessoas que usam drogas e movimentos e coletivos antiproibicionistas, atravessadas pelas estruturas analisadas anteriormente, fui profundamente influenciado pelas teorias de fenomenologia (aqui utilizo um de seus principais expoentes, Alfred Schutz), pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia de Harold Garfinkel. Não irei explorar a fundo cada uma destas correntes; limito-me a colocar os principais aspectos que inspiraram esta pesquisa. De maneira geral, procurei aliar as reflexões que estas correntes me causaram com as teorias pós e de-coloniais. Penso que este olhar me permite analisar estas agências sem deixar de levar

em conta as estruturas da colonialidade do poder/saber, isto é, aliar as perspectivas micro e macro.

Resumidamente, Schutz "propõe o estudo dos processos de interpretação que utilizamos em nossa vida diária, cotidiana" (GUESSER, 2003, p. 155). Para o autor, "a realidade é fruto dessa contínua atividade de interpretação dos sentidos das ações que são empreendidas no dia-a-dia" (GUESSER, 2003, p. 155). Sobre esta realidade, Schultz e Luckmann (1974, p. 1, tradução minha) dizem:

> Essa realidade é o mundo da vida cotidiana. É a província da realidade em que o homem participa continuamente de maneiras que são ao mesmo tempo inevitáveis e padronizadas. O mundo da vida cotidiana é a região da realidade em que o homem pode se engajar e que ele pode mudar enquanto opera nele por meio de seu organismo animado. Ao mesmo tempo, as objetividades e eventos que já são encontrados neste domínio (incluindo os atos e os resultados das ações de outros homens) limitam suas possibilidades livres de ação. Eles o colocam contra obstáculos que podem ser superados, assim como barreiras que são intransponíveis. Além disso, somente dentro deste reino pode-se entender por seus semelhantes e somente nele pode trabalhar em conjunto com eles. Somente no mundo da vida cotidiana pode ser constituído um mundo comum, comunicativo e circundante.

Um dos principais aspectos do mundo da vida, segundo estes autores, é seu caráter intersubjetivo. Schutz e Luckmann argumentam que (1974, p. 4, 5 e 6, tradução minha):

> Desde o início, meu mundo da vida não é meu mundo particular, mas, antes, é intersubjetivo; a estrutura fundamental de sua realidade é que é compartilhada por nós. Assim como é evidente para mim, dentro da atitude natural, que eu possa, até certo ponto, obter conhecimento das experiências vividas de meus semelhantes – por exemplo, os motivos de seus atos –, eu também assumo que o mesmo vale reciprocamente para eles em relação a mim [...]. A realidade cotidiana do mundo da vida inclui, portanto, não apenas a "natureza" experimentada por mim, mas também o mundo social (e, portanto, cultural) em que me encontro; o mundo da vida não é criado a partir dos objetos e eventos meramente materiais que encontro em meu ambiente [...]. O mundo da vida é, portanto, uma realidade que modificamos através de nossos atos e que, por outro lado, modifica nossas ações.

Goss (2006) pontua a importante contribuição dessas correntes teóricas, no que diz respeito não só ao poder atribuído ao mundo da vida e às experiências cotidianas, mas também ao papel da agência nas ciências sociais. De acordo com a autora (2006, p. 157),

> Tanto os interacionistas quanto os etnometodólogos modificam o preceito *durkheimiano* de que os fatos sociais devem ser tratados como coisas. Para eles, os fatos sociais são realizações práticas. Não vêem a sociedade como uma estrutura previamente determinada, e sim como algo resultante da ação conjunta dos agentes [...]. Essas correntes não negam as coerções sociais, as desigualdades de classe, étnicas, de gênero e de relações de poder. No entanto, demonstram que os agentes enfrentam essas condições das mais variadas formas: desde a simples reprodução até a elaboração de estratégias de resistência. O que as abordagens fenomenológicas ressaltam é o tratamento dos agentes sociais como portadores de capacidade de conhecimento, tanto para a execução como para a avaliação de suas ações.

Neste sentido, Goss (2006, p. 157) acrescenta que

> [...] o entendimento dos significados e das motivações que os atores dão às suas ações na vida cotidiana é a matéria-prima da análise sociológica. Os seres humanos são criaturas práticas que se colocam problemas e possuem capacidade para resolvê-los. Parte da concepção de um eu ativo e reflexivo.

É importante destacar, então, que as etnografias, especialmente as que utilizo neste estudo, são instrumentos de compreensão pungentes sobre as vidas dos agentes por procurar significar seus caminhos e construções por seus próprios olhares. Inúmeros autores pós-coloniais fazem uso deste tipo de método, que se mostra como uma forma hábil de (re)contar histórias de forma a desconstruir dualismos e identidades naturalizadas, como coloca Haraway. De acordo com Silva e Adorno (2013, p. 23),

> consideramos que o trabalho etnográfico e a antropologia podem contribuir para realizar um testemunho a partir das interfaces entre as ações públicas e o espaço de sofrimento destes grupos [...], e ocupações que vão encontrar em um espaço como o da cracolândia, diferentes formas e significados para o uso de drogas lícitas ou ilícitas, mas também formas de sociabilidades, afetividades, emoções (...), que possibilitam viver o cotidiano de cada dia.

Creio que Bruno Latour (2013, p. 13 e 14, tradução minha) nos oferece uma passagem valiosa para o entendimento de 'significado', desta busca incessante por 'significado', enquanto algo que é intrínseco à existência e às ações dos agentes:

> Para todos os agentes, agir significa ter suas existências, suas subsistências, vêm do futuro para o presente; eles agem enquanto correm o risco de superar a lacuna da existência – ou então eles desaparecem completamente. Em outras palavras, existência e significado são sinônimos. Enquanto eles agirem, os agentes têm significado. É por isto que este significado pode ser continuado, perseguido, capturado, traduzido, transformado em discurso. O que não significa que "qualquer coisa no mundo é uma questão de discurso", mas sim que qualquer possibilidade de discurso é devido à presença de agentes em busca de sua existência.

Das mais variadas maneiras, portanto, os agentes produzem formas de confrontar ou resistir às estruturas, em um constante processo reflexivo e dialético, e conseguem não somente estabelecer práticas que os contemplem quanto demonstrar as inúmeras permeabilidades e atravessamentos do mundo da vida. Sendo assim, como se dão as agências das pessoas que usam drogas? Como elas constroem seus mundos, atendem seus desejos e anseios, apesar das percepções da mídia hegemônica e das violências do Estado? Como estas pessoas constroem seus modos de vida e se unem em redes e coletivos em busca de significados e desejos, apesar de fatores estruturais? Tais são as perguntas-chave às quais este

capítulo procura assumir como sul[54]. Elas não serão, necessariamente ou completamente, respondidas. Porém, proponho-me aqui a apontar alguns caminhos e vislumbres – emprestando as palavras de Chakrabarty.

4.1 IMAGINAÇÃO

"Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida."
(Milton Nascimento)

Na exploração destas agências e coletivos no mundo da vida, opto por trabalhar, principalmente, com a categoria de imaginação, porque entrei em contato com inúmeros textos que, de forma direta ou indireta, trataram deste tema e em muito influenciaram o olhar que pretendi ter nesta pesquisa. Percebi como a imaginação é uma das formas de vivência mais potente dos agentes e pretendo aqui demonstrar como e porquê. Designo-a como categoria pelo fato de não utilizar aqui um conceito único, fechado, de imaginação. Utilizarei vários autores (alguns que nem possuem como objetivo trabalhar com "imaginação", mas cujas ponderações por vezes sucintas me levaram a profundas reflexões) e várias considerações acerca desta categoria com relação aos meus propósitos nesta pesquisa. Ela será explorada em dois níveis: tanto o individual, isto é, o que as imaginações dos agentes produzem em seus cotidianos do ponto de vista micro – para isto, trabalharei com reflexões dos autores Tim Ingold e João Biehl – quanto à nível coletivo, ou seja, como as imaginações de grupos e movimentos vêm se tornando verdadeiras forças que disputam a arena cultural com o *status quo* local e globalmente; para esta parte, terei o auxílio dos estudos de Arjun Appadurai[55].

---

[54] Ciente do significado da expressão "ter como norte", cujo sentido padrão é de se ter um destino, uma direção, permiti-me uma ressignificação irônica, tendo o Sul como referência de orientação.
[55] Também utilizarei Appadurai na primeira parte, no nível de imaginação individual, mas o autor será mais explorado, sobretudo, na parte seguinte, sobre o nível de imaginação coletivo.

Para começar a trabalhar com esta categoria necessito, primeiro, traçar o caminho de reflexão de Ingold neste texto que veio, na verdade, de uma conferência do autor realizada no Brasil, cujo título é "Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem". Ingold inicia esta palestra discorrendo sobre a concepção pretensiosamente isenta de "ciência" e como ela própria depende da distinção plena entre os domínios da realidade e da imaginação, que nunca devem ser misturados, sob o risco de termos nossos julgamentos manchados pelo erro e pela ilusão (INGOLD, 2011, p. 16). Num mundo onde a autoridade científica tornou-se hegemônica, onde a divisão entre realidade e imaginação tornou-se enraizada e auto evidente, em outras palavras, num mundo desencantado, Ingold se pergunta:

> Como podemos criar um espaço para a arte e a literatura, ou para a religião, ou para as crenças e práticas dos povos indígenas em uma economia do conhecimento na qual a busca pela natureza real das coisas tornou-se uma prerrogativa exclusiva da ciência racional? Ainda sofremos com a nossa imaginação que persiste em nossas mentes, ou toleramos a sua propensão à fantasia como um desejo compensatório pelo encantamento em um mundo que, de outra forma, parou de nos cativar? [...] o processo histórico é recapitulado atualmente na educação de qualquer criança em idade escolar que é ensinada [...] a confiar mais no intelecto do que na intuição e a considerar a imaginação como uma fuga da vida real e não como seu impulso. Quase que por definição, me parece, o imaginário é irreal: é a nossa palavra para aquilo que não existe.

Utilizando a figura dos dragões na ontologia medieval, porém, Ingold argumenta que estas criaturas existiam, assim como o medo das pessoas com relação a elas existia, "não como um elemento do mundo natural, mas como um fenômeno da experiência" (INGOLD, 2011, p. 19). Ou seja, "essas ficções da imaginação não ficavam num domínio separado da 'vida real' e sim, para os pensadores medievais, eram formas externas da experiência humana incorporadas e vividas no espaço da ruptura entre o Céu e o Inferno" (INGOLD, 2011, p. 19). O autor continua sua linha reflexiva ao longo da palestra, no sentido, pois, de diminuir, de estreitar a ruptura entre mundo real e imaginação. Ingold percorre a existência do Pássaro-Trovão para indígenas do norte canadense e a descoberta de uma molécula importante na química orgânica através de um sonho do cientista August Kekulé, para demonstrar a existência de outros modos de ser no mundo e outras cosmologias que desafiaram a ciência racional e que, por não categorizarem o mundo e por deixarem suas imaginações fazerem parte de suas compreensões de vida, "foram 'empurrados para as periferias', como colocou Michel de Certeau, de uma cartografia científica que não tem lugar para os movimentos e itinerários da vida" (INGOLD, 2011, p. 25).

Após narrar algumas destas histórias e cosmologias outras, então, Ingold (2011, p. 28) chega à conclusão de que "nós crescemos no mundo à medida que o mundo cresce em nós" e

que a questão principal a ser colocada é, portanto, se "as nossas formas de saber e imaginar estão reverenciadas em um compromisso existencial com o mundo em que nos encontramos" (INGOLD, 2011, p. 28). O autor termina seu texto falando dos problemas que habitam esta ruptura criada entre o mundo e a imaginação que temos dele:

> Nós sabemos, com base na experiência, que a ruptura é insustentável e, ainda assim, somos relutantes em reconhecer sua existência, já que, se fizéssemos isso, confrontaríamos a racionalidade científica aceita. Eu acredito que tal reconhecimento já é devido há muito tempo. Nesta palestra, sugeri, assim como os estudos do monasticismo medieval e das chamadas ontologias indígenas poderiam sugerir, formas alternativas de leitura e de escrita, que podem nos conduzir, mais uma vez, a nos aconselhar com as vozes das páginas e com o mundo ao nosso redor. Ouvir é sermos aconselhados pelo que eles nos contam e cicatrizar a ruptura entre o ser e o saber. Essa cicatrização deve ser o primeiro passo ruma a uma forma mais aberta e sustentável de viver.

O autor finaliza sua palestra, portanto, com uma reflexão que condensa um dos pontos principais desta pesquisa, tanto como um argumento quanto como uma inspiração normativa: a necessidade de diminuir a ruptura entre mundo real e imaginação, dado que pela experiência fenomênica, como coloca Ingold, a imaginação pode ser tão real quanto quaisquer materialidades racionalizadas pela visão científica. Após a leitura do antropólogo percebi a relação estreita, na verdade, a conexão que há entre o mundo "real" e a imaginação. Às reflexões de Ingold, somo também as de Biehl.

Biehl realiza uma etnografia da vida de Catarina, que como já colocado numa nota de rodapé do capítulo três, foi uma mulher abandonada pelos familiares e cujo corpo foi marcado por várias experiências psicotrópicas num "centro de reabilitação" definido pelo autor como "terra de ninguém" e "zona de abandono". Trabalhando com Deleuze e seu conceito de "rotas de fuga", o autor visa analisar "os esforços individuais e coletivos de afrouxar e relativizar, na medida do possível, os marcadores e controles e violências estruturais, alcançando assim uma iminência, o poder do impessoal – uma vida" (BIEHL, 2008, p. 422). O autor pontua que (2008, p. 423) "temos a responsabilidade de pensar a vida não somente em termos de limites, mas também a partir das encruzilhadas onde a imaginação e a antecipação podem (por que não?) apontar futuros possíveis ainda que improváveis". Biehl (2008, p. 444) termina sua análise etnográfica dizendo que "viagens reais e imaginárias compõem um conjunto de rotas entrelaçadas".

A partir de Ingold e Biehl, fui, então, tomado por uma viagem imaginária que me produziu inúmeras inquietações: quais são, afinal, os limites de/entre realidade e imaginação? Por que o "real" estaria mais legitimado ontológica e epistemologicamente? Estaria a

imaginação apenas no campo do não concreto, do virtual, do subjetivo? Estes autores me levaram a crer que não. A imaginação não é **apenas** um meio para se chegar a um lugar, uma ferramenta pela qual produzimos algo no mundo; a imaginação ela mesma também é uma experiência na vida. Ela está mais próxima do que é material/físico do que se pode pensar. Creio que o mundo "real" e o mundo da imaginação estão intimamente imbrincados, eles co-emergem numa zona fronteiriça extremamente porosa. E é este olhar que pretendo ter e demonstrar com algumas leituras etnográficas: que as imaginações (sendo elas mesmas também parte do conjunto de vivências dos agentes) que co-emergem com e na realidade dos agentes, produzem cosmologias e ontologias que "afrouxam" e "relativizam" os controles e violências das estruturas do *status quo*.

Por fim, necessito colocar que entrei em contato com uma pujante contemplação sobre imaginação. Estive muito em dúvida sobre colocá-la ou não abaixo, pois ela é proveniente da filosofia budista. Não obstante, depois de problematizar e criticar a ideologia da ciência e a visão científica ocidental enquanto processos que vêm promovendo o contínuo desencantamento do mundo, percebi que colocar esta citação era não mais uma questão de escolha, mas de dever. Esta citação, oriunda do livro "*The World Could Be Otherwise: Imagination and the Bodhisattva Path*" ("O Mundo Poderia Ser De Outra Forma: Imaginação e o Caminho do Bodhisattva", tradução minha), reflete a cosmologia budista e oferece uma descrição preciosa sobre o que é imaginação e o que ela proporciona, ideal para se concluir as reflexões desta parte:

> A imaginação é poderosa. É essencial para a nossa humanidade. [...] A imaginação não é uma fuga da realidade. A imaginação aprofunda e enriquece a realidade, adicionando textura, perspectiva, dimensão, sentimento e possibilidade. A verdade é que tudo o que é criativo e enobrecedor em nós se origina na imaginação. Sem imaginação, a realidade é rasa demais, factual demais, sem gosto e sem calor. Para ir além do possível, até o impossível, precisamos imaginá-lo. O século 21 é ocupado e bruto. Para as pessoas privilegiadas com carreiras demandantes, vidas sociais, famílias e miríades de interesses, a vida é melhor do que nunca. Mas é também, talvez pelo mesmo motivo, mais difícil, mais estressante e mais exigente. As possibilidades para o crescimento e para a realização são confusas e atordoantes; a pessoa precisa ser mais, saber mais, vivenciar mais, se divertir mais — tudo isso num ritmo cada vez mais acelerado. Perdemos o fôlego tentando acompanhar. Para a maioria das pessoas, que não desfruta dessas grandes expectativas, uma vida digna parece mais distante do que nunca. Cerca de 10% da população é dona de 90% da riqueza, deixando os outros 90% lutando para sobreviver. Para a vasta maioria das pessoas, a luta diária de sobrevivência em condições sociais e econômicas cada vez mais desafiadoras é implacável. Mais e mais pessoas simplesmente não conseguem dar conta. Privilegiados ou não, todos estamos cientes do mundo para além de nossos lares por meio da (atualmente onipresente) mídia, que se tornou nosso sistema nervoso coletivo, beliscando nossa atenção com constantes solavancos de informações verdadeiras e falsas sobre problemas políticos, econômicos, sociais e

> do meio ambiente. Isso se tornou a substância das nossas mentes e conversações. O que o futuro trará? Como o mundo será para nossos filhos e netas? Haverá ainda um mundo? O pavor preenche o ar. Às vezes o sentimos; na maioria do tempo não nos deixamos sentir. É muita coisa. O que realmente podemos fazer sobre isso? Estou convencido de que o mundo pode ser, e realmente é, de outro modo — que as possibilidades não precisam ser, e não são, limitadas ao tangível, ao conhecido, ao negociável, aos dados que estamos constantemente coletando de praticamente tudo que é mensurável. Os dados nos dão a ilusão de que conhecemos o mundo. Mas o mundo é mais do que conhecemos. A imaginação não mede, concebe ou instrumentaliza. Não define ou manipula. Ao contrário, a sua natureza é abrir, encantar, se deleitar, se espantar, se comover, inspirar. Ela se estende sem limites. Ela salta do conhecido para o desconhecido, se elevando para além dos fatos até visões e potências. Ela deixa mais leve o pesado e circunscrito mundo no qual achamos que vivemos. Ela brinca nas profundezas, onde o coração e o amor dominam (FISCHER, 2019, tradução de Gustavo Gitti).

Não poderia estar mais de acordo com a ideia de que a imaginação não é uma fuga da realidade. Que ela, na verdade, colore, enriquece, potencializa a realidade. E que por ser fundamentalmente aberta, encantada, ela proporciona caminhos vigorosos construídos pelos agentes para resistir e ir além das estruturas coercitivas e do mundo desencantado.

4.1.1 Luiz, Morgana e Badaróss

"O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí
afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem."
(João Guimarães Rosa)

Para esta sessão da pesquisa, trouxe a contribuição de duas etnografias, uma realizada por Thiago Calil (2015) e outra por Roberta Costa (2017), ambas na Cracolândia – São Paulo/SP. Estive próximo de Thiago devido aos encontros de orientação ocorridos na FSP/USP, acompanhei sua banca de qualificação do doutorado (em que notei muitas pontos em comum com meu tema de pesquisa) e participei de algumas atividades do "É de Lei", onde Calil trabalhou por um período. A partir destes encontros, interessei-me em ler sua dissertação e dela pude relacionar diversas correspondências com a ideia que tive para este trabalho, no intuito de trazer experiências cotidianas criativas das pessoas que usam drogas em ambientes como o da Cracolândia.

Com relação à escolha da etnografia de Costa, também não deixo de ter uma proximidade (virtual) com uma das questões que ela trata em sua pesquisa. Em 2017, durante as operações higienistas da Prefeitura de São Paulo na Cracolândia, sob o comando do então prefeito João Doria, a página de *Facebook* do coletivo "A Craco Resiste" realizou uma série de transmissões e vídeos sobre os atos violentos da Guarda Civil Metropolitana na região, os quais acompanhei atentamente. Após outros encontros no ambiente acadêmico, foi-me sugerida a leitura de sua dissertação, em que ela narra justamente as experiências da "A Craco Resiste", do qual ela faz parte. Pude, então, investigar a história por trás daquele canal que acompanhava virtualmente e achei sua narrativa brilhante. Além disto, em sua pesquisa, Costa narra um pouco da trajetória de Badaróss, um artista que vivia na Cracolândia. Anteriormente, na minha banca de qualificação, Selma da Silva (outra pesquisadora que realizou estudos na Cracolândia) me contou sobre ele e suas vivências me despertaram enorme curiosidade – inclusive no sentido de terem inspirado esta pesquisa.

A partir da leitura destas contribuições etnográficas, procurei trazer fragmentos sobre algumas experiências cotidianas dos agentes, suas imaginações e significados. Penso que elas mostram como a vida acontece, às vezes criativamente, às vezes de forma resistente, em territórios de violência e sofrimento social. A primeira pessoa cujas vivências eu utilizo para esta pesquisa, portanto, é o Luiz, da etnografia de Thiago Calil (2015). O estudo de Calil e a forma com que ele descreve suas experiências e as das pessoas que conheceu na Cracolândia me foram essenciais para diversas reflexões em torno das imaginações dos agentes. O autor descreve seus encontros com Luiz em uma parte de sua dissertação denominada "Sobrevivência criativa: fluxos da vida". Calil (2015, p. 102) conta que o termo "sobrevivência criativa" veio justamente de um nativo, quando ele o explicava que muita gente da região não vivia de roubo, mas ao contrário, possuía inúmeras respostas criativas que os faziam sobreviver ali.

O autor conta a história de Luiz por algumas páginas, numa descrição que nos aproxima deste homem de 45 anos e que nos surpreende por suas diversas e distintas experiências. Dispensável dizer que não irei compilar toda sua narrativa, atendo-me apenas aos aspectos que considero pertinente ao estudo. Resumindo sua história neste espaço, sem a intenção de diminuir sua potência, Luiz nasceu em São Paulo e cresceu no Guarujá (CALIL, 2015, p. 103). Um de seus primeiros trabalhos foi como vendedor de drinks (CALIL, 2015, p. 103). Posteriormente, foi auxiliar de enfermagem durante dez anos e era funcionário concursado pela Sabesp quando contraiu leptospirose e dengue ao mesmo tempo (CALIL, 2015, p. 103). De acordo com Luiz, sua mulher na época o considerou morto e fugiu com o

dinheiro que tinham. A partir de então, Luiz se aproximou mais do uso de crack e se afastou de sua família e conhecidos (CALIL, 2015, p. 103). Desde então, vive na região da Luz (São Paulo/SP) e trabalha como carroceiro.

De início, já penso nas diversas aptidões de Luiz; nos inúmeros saberes que aprendeu e que acumulou nestes diversos trabalhos e em sua tamanha adaptabilidade, reflexo não só de suas diferentes ocupações mas das diferentes cidades onde viveu. Calil (2015, p. 102 e 103) diz que também entrou em contato com diferentes modelos de cachimbo criados por Luiz. Novamente, penso em como sua criações e vivências correspondem à versatilidade imaginativa com que ele construiu seus caminhos e se adaptou a eles.

Sobre o ofício de carroceiro de Luiz, Calil (2015, p. 106) coloca que

> São enriquecedores o conhecimento e as estratégias que ele desenvolve para conseguir uma boa quantidade de material e obter retorno satisfatório na venda do material para o ferro-velho. A logística é clara. Todo material deve ser recolhido antes das 7h30. Neste horário passa o caminhão de lixo da prefeitura que recolhe tudo que os lojistas colocaram nas calçadas antes de abrirem o comércio.

O autor (2015, p. 108) argumenta que "a partir da troca de experiências, vivências e emoções entre o 'fluxo'[56], e outros espaços e dinâmicas da cidade, o trajeto 'revela um mapa de deslocamentos pontuados por contatos significativos em contextos variados' (Magnani 2012: 267)". Pela interpretação do autor (e de sua utilização do antropólogo José Magnani), vemos como Luiz costura uma rede de práticas pela cidade que atribuem significado à sua própria realidade. Calil (2015, p. 110) continua narrando suas práticas em uma seção que denomina "Sociabilidades":

> Luiz possui boa relação com muitos comerciantes. No trajeto, Luiz aciona uma extensa rede de contatos para alimentação, trabalho, cuidado, comércio, doações, higiene pessoal e informação. Em muitos bares ganha café, salgados e cigarros e, como é hipoglicêmico, garante também a doação de doces. Alguns o chamam especificamente para a coleta de determinados materiais. Depois de uma rápida conversa com um lojista naquela manhã, Luiz comenta, "estou fazendo a cabeça dele para eu limpar ali aquele salão. Você viu como estava sujo! Eu deixo tudo limpo e eles me dão uma moeda". Todos parecem gostar de Luiz, o tratam bem e são simpáticos. Luiz, do seu modo, chama todos de "patrão" ou "patroa", "...eu sempre trato com respeito, brinco e etc, mas não passo nenhum limite". Quando ganha café e salgados prefere não entrar nos estabelecimentos, pois "os clientes podem achar que eu vou entrar para pedir dinheiro, aí não pega bem. Mas eu sou

[56] De acordo com Calil (2015, p. 70), "costurado nesta vida comunitária está o 'fluxo', o aglomerado de pessoas que se reúnem para negociar e usar o crack. 'Fluxo' é identificado como uma categoria nativa que se aproxima da noção de *pedaço* proposta por Magnani. Assim como no *pedaço*, no 'fluxo' os indivíduos compartilham os mesmos códigos e possuem o sentimento devizinhança e pertencimento. Porém, no'fluxo', ocorre um sistema de trocas bastante dinâmico e veloz de uma infinidade de mercadorias. Aproximadamente trezentas pessoas constituem um mercado onde a moeda é o crack, e o 'fluxo' é a casa de câmbio. O efeito de troca imediata do bazar da cracolândia. No fluxo tudo circula. Tudo vira "pedra" e a "pedra" vira tudo".

> amigo dos donos. Espero aqui do lado e eles trazem para mim". O respeito é reconhecido pelos comerciantes. Uma das 'patroas' comprou uma bola feita de cipó que Luis encontrou no lixo. Ela pagou R$10,00 e diz que vai usar como enfeite. Luiz depois me explica que ela sempre arruma algum motivo para lhe dar algum dinheiro.

Neste momento, associo, então, a vivência de Luiz atrelado à atmosfera extra-individual, intersubjetiva da qual falam Schutz e Luckmann: suas práticas e sociabilidades estão profundamente entrelaçadas com as pessoas ao seu redor, de modo que a vivência de Luiz e destas pessoas em seu entorno acontecem e ganham sentido, precisamente, porque relacionadas, conectadas. Luiz significa suas relações nestas e por estas pessoas e vice-versa. Se há a etnografia de Calil que explorou os processos de sociabilidade e significação de Luiz, deve haver uma etnografia em potencial a ser realizada desta vez explorando os processos de sociabilidade e significação da "patroa" a quem Luiz vendeu a bola de cipó; quais são seus motivos para sempre dar algum dinheiro a Luiz? Que afetos estão presentes nesta interação que parece subverter uma racionalidade teleológica?

Luiz e a "patroa" são indivíduos inseridos na mesma sociedade (com as devidas diferenças de raça, classe, gênero, costumes, tradições, comunidades morais, etc.). É neste processo dialógico de vivência, cujos valores e significados são tecidos coletivamente, que o mundo da vida vai sendo construído. Aproximados por uma vivência em comum, suas tessituras de realidade eventualmente se encontram. Luiz parece atestar tal reflexão: "quando questiono como articulou toda essa rede de contatos, Luis diz 'com o tempo a gente vai conhecendo o pessoal, observando e conversando. Tudo vai sendo construído e foi se encaixando'" (CALIL, 2015, p. 111).

Por fim, Calil (2015, p. 113) reflete sobre as práticas de Luiz, sua (sobre)vivência e o uso de drogas:

> À margem do mercado formal de trabalho, Luiz fez arranjos competentes para a realização de uma prática marginal que exige certo grau de conhecimento e especialização. Com uma ótima leitura da cidade que localiza contatos e desenha trajetos, Luiz organizadamente vivencia práticas que garantem recursos para seu sustento na rua. Durante a realização da prática de reciclagem, o uso de crack foi apenas um detalhe no modo de expressar-se e relacionar-se com as pessoas e a cidade (CALIL, 2015, p. 113).

É sobre estas práticas dos agentes que se tornam as "trincheiras" (como coloca Hall) do proibicionismo, que penso ser necessário nos atermos – incluo aqui, as ciências humanas como um todo. Ao longo das descrições de Calil, há uma infinidade de atividades e saberes realizados e empregados por Luiz: ele cria diversos tipos de cachimbo, ele recolhe inúmeros tipos de materiais e os encaminha à reciclagem (Calil descreve detalhadamente as inúmeras

técnicas que Luiz emprega neste ofício), ocasionalmente, ele se envolve em conflitos com pessoas de seu entorno, extrai cobre de reatores de luz, recebe doações de café, cigarros, comidas e doces, vende alguns objetos, só para citar algumas de suas práticas cotidianas. Obviamente, há também uma série de fatos violentos e sofrimentos em sua história – que nunca devem ser apagados, sobe o risco de idealizarmos a agência, como já dito –, mas creio ser notável os objetivos, principalmente da antropologia, em descortinar outras narrativas dos agentes, para além dos contextos de violência em que estão inseridos. Penso que estas narrativas outras oferecem caminhos sociais e epistemológicos muito mais vantajosos para que reflitamos sobre como existir entre as estruturas de coerção – entendendo que elas também são subjetivas. Harvey (2001, p. 258, tradução minha), em sua crítica da razão geográfica, possui considerações importantes que refletem este poder das etnografias:

> Leia quase qualquer etnografia, e é provável que você encontre um conceito de individuação radicalmente em desacordo com a visão Lockeana. Essas etnografias constroem uma concepção de indivíduos por meio de uma cuidadosa reconstrução de práticas sociais, representações e modos pelos quais as vidas são vivenciadas em situações históricas e geográficas particulares, em oposição tácita ou às vezes explícita às ficções liberais, neoliberais e cosmopolíticas.

Sobre a influência da etnografia de Calil e das considerações de Harvey, não tenho como não lembrar do filme "Cafarnaum" (2018) da diretora libanesa Nadine Labaki. O filme percorre as vivências da criança Zain, em Beirute/Líbano, por entre as diversas estruturas que oprimem ele e os que estão em seu entorno: a cultura familiar, o sistema jurídico, o Estado imerso no sistema capitalista/colonial, etc. O filme possui uma habilidade sutilmente poderosa de se situar no permanente estado de tensão de Chakrabarty, entre a narrativa universal e imperialista do capitalismo e suas estruturas e as infinitas comensurabilidades de (sobre)viver do ser humano. Neste sentido, o filme retrata as diversas violências pelas quais passam o menino Zain e os que, como ele, encontram-se em contextos de sofrimento social, mas também (e, talvez, principalmente) as estratégias utilizadas por eles para subverter, fissurar as estruturas sociais de repressão e fazer mais de suas vidas. É admirável, então, acompanhar a imaginação de Zain e como ela encanta e encontra brechas no sistema que constantemente o exclui: o método que ele e sua família encontram de vender drogas de forma ilegal; a forma com que ele foge de sua casa e, inteligentemente, encontra maneiras de sobreviver; como ele mantém uma relação de solidariedade com quem está em situações parecidas com a dele; o jeito com que ele cuida da criança que elegeu como responsabilidade própria, atravessando as ruas de Beirute num transporte improvisado a partir de um skate e uma panela (na cena mais clássica e mágica do filme); como se utiliza do próprio Estado que o negligenciou para

processar seus pais, entre dezenas de outras comensurabilidades fascinantes. Labaki demonstra que há uma forma de se explorar e dar poder às imaginações dos subalternos, sem menosprezar a violência que sofrem ou as estruturas que os constrangem, destacando suas capacidades de, ainda assim, criar seus próprios caminhos e destinos.

Assim como Zain, Luiz nos impressiona com o poder de sua imaginação ao percorrer tantos caminhos para sua (sobre)vivência, fazendo-o de maneira criativa, produzindo afetos e materialidades no mundo – e que metáfora marcante a reciclagem que realiza Luiz, transformando o lixo do mundo dominante capitalista nas potencialidades das coisas transformadas e ressignificadas pelos agentes do mundo da vida.

Antes de terminar minhas reflexões das vivências de Luiz, permito-me uma divagação, parte necessária à pesquisa, parte necessária a mim. Fui a uma exposição do artista Paul Klee, no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo, uma semana antes de reler a dissertação de Thiago Calil. Lá, deparei-me com um fac-símile de *Angelus Novus*, desenho de Klee datado de 1920.

Figura 2 – *Angelus Novus*

Fonte: Site História das Artes.

Este desenho, à época, foi visto por Walter Benjamin e, dele, o autor desenvolveu uma série de pensamentos e teorias. Benjamin inclusive carregou o desenho consigo até quase o momento de sua morte, quando se suicidou fugindo de tropas alemãs, em 1940, entre a fronteira da Espanha e da França. De fato, o desenho de Klee e as análises de Benjamin são inesquecíveis. Benjamin assim descreve o anjo da história do desenhista:

> Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (BENJAMIN, 2011, tradução de Sergio Paulo Rouanet in *Obras Escolhidas, Brasiliense, 1994*)[57].

Talvez por uma coincidência temporal, já que a lembrança deste quadro e desta história ainda estava fresca na minha cabeça, fui consumido por uma centelha que relacionava o *Angelus Novus* com ilustrações presentes na etnografia de Calil.

A dissertação de Calil é repleta de ilustrações, feitas por diversos artistas, sobre a Cracolândia: sua geografia, as pessoas que habitam o local, os objetos e acontecimentos que caracterizam a região, etc. Antes de uma ilustração de Luiz, que Calil coloca em sua dissertação, o autor conta sobre outro evento que passou com uma pessoa que encontrou na Cracolândia: durante uma densa chuva, enquanto estavam abrigados num bar da região, puderam observar juntos um pássaro que resistia aos ventos fortes e que simbolizava toda aquela situação da *Craco* e seus moradores. Esta passagem foi ilustrada por belos desenhos de pássaros e, em particular, uma imagem que ficou em minha cabeça: um humano em forma de pássaro. Vi a figura de Luiz, já na página seguinte, influenciado por aquele pássaro humano que lembrava um anjo e foi impossível não associar Luiz ao *Angelus Novus*, de Klee/Benjamin.

---

[57] BENJAMIN, Walter. Passado, Presente, Futuro. **Revista Piauí**. Edição 55, 2011. Disponível em https://piaui.folha.uol.com.br/materia/passado-presente-futuro/. Acesso em 28 maio 2019.

Figura 3 – Homem alado

Fonte: CALIL, 2015. Desenho de Vanessa Pens

Figura 4 - Luiz

Fonte: CALIL, 2015. Desenho de Marcelo Maffei

A narrativa que justificava esta relação foi pousando em minha cabeça: enquanto o sistema produz o *Angelus Novus*, enquanto a máquina do *status quo* é ela mesma comandada

pelo anjo de Klee, o mundo da vida também gera seu anjo zelador e fabricante de uma história outra, uma história possível, representado pelo homem pássaro Luiz. Seus olhos não escancaram-se pelo mal estar contemporâneo, não porque não se deixam afetar por ele, mas por resistirem à dureza da violência com o poder de uma vida em mãos. Seu rosto não olha para as ruínas do passado, não por não existirem ruínas, mas por elas poderem ser convertidas nos tesouros do futuro – tesouros devidamente ressignificados pelo trabalho de Luiz. Este anjo carrega mortes tantas consigo, mas suas asas também produzem vida, a sua própria e as dos seus. Seu amontoado de ruínas não é o caos do progresso; é, precisamente, a glória de uma lógica que subverte uma teleologia progressista.

Um anjo, branco, produzido no Norte Global, visceralmente angustiante, representa a narrativa global do capitalismo e da colonialidade, o *status quo* cujas bases eurocêntricas colocam a modernidade no contínuo progresso, a grade de controle sobre o planeta. O outro, homem alado, negro, diaspórico, produzido no Sul Global, representa as infinitas comensurabilidades do mundo da vida e transforma o descaminho em sua própria realização emancipadora. Consegue anarquizar a própria concepção de angústia, a própria concepção de anjo e a própria concepção de História. Enquanto o *Angelus Novus* consegue apenas visualizar o futuro do lado de lá, Luiz consegue "tocar o futuro em seu lado de cá" (BHABHA, 1998, p. 27)[58]. Ambos coexistem, ambos estão entrelaçados e somente entrelaçados é que existem. Ambos produzem uma verdade, porque ambos retratam o que é possível ao ser humano.

Após tal divagação catártica, retorno agora à vivência de outra pessoa. Morgana participa brevemente da etnografia de Calil. Nascida em Rondônia e crescida no Paraná, passou por períodos intensos de sofrimento com a morte da mãe, o Alzheimer do pai e o sequestro da filha (CALIL, 2015, p. 80). O autor (2015, p. 81) afirma que na época que conversou com Morgana ela tinha sido agredida pelo parceiro e estava com uma grave ferida na perna. Ainda assim, no momento de sua conversa com Calil, Morgana relembrava seus tempos de dançarina em boates na Rua Augusta e orgulhava-se de seus movimentos.

> Morgana descreve o movimento que fez, se pendurando no cano de cabeça para baixo e descendo até o chão escorregando. Estamos sentados na rua, na esquina da Helvetia com a Cleveland, logo ao lado do 'fluxo'. Ela se emociona lembrando do passado e observa o poste da placa de sinalização com o nome da rua e surpreendentemente me desafia: "você acha que consigo fazer aquela cena aqui agora, no poste para você ver"? O poste está torto, com muito lixo em volta e pessoas fumando crack. Comento sobre sua perna que ainda está machucada e pode ser ruim forçá-la. Ela sorri e não me ouve. Ainda enquanto falo Morgana levanta-se e pula no poste, fica de cabeça para baixo e faz o movimento de escorregar até o chão. Um movimento bonito e parece exigir mesmo uma boa técnica. "Ainda sei

[58] Antecipei esta reflexão de Bhabha, à qual explorarei a fundo no capítulo 5.

> fazer, lembro como fazer! Até que não estou tão velha assim"! Ela volta feliz, emocionada e mancando senta ao meu lado dando risada (12 de março 2015) (CALIL, 2015, p. 81)

Morgana me lembrou de uma pessoa em situação de rua que conheci certa vez na Praça Roosevelt em São Paulo/SP, que pedia alguns trocados para poder comprar bebidas alcoólicas. No meio da barganha, ele pegava algumas tampas de garrafa no chão e fazia mágicas que, frequentemente, eram admiradas pelos transeuntes. Tantas inquietações me tomaram conta diante deste homem: como veio o impulso de realizar truques mágicos? Como essa imaginação transformou-se em ação? O desejo era o da droga ou era também o notável desejo dos artistas, da atenção e do sorriso das pessoas que paravam? A mágica dava forma final à imaginação daquele sujeito e infinitos significados eram produzidos ali: o espetáculo do mágico, a intervenção que muda o local e as pessoas, a criatividade que contagia e vive pelos relevos do sistema.

As vivências deste homem, de Morgana, de Zain e de Luiz, por meio também de suas imaginações, servem à ideia de etnografia que tem Appadurai (1996). Como coloquei no início deste estudo, um dos objetivo originais desta pesquisa era propor um trabalho etnográfico; pensei neste trabalho justamente visando realizar a etnografia sugerida por Appadurai, cuja proposta colocarei abaixo. Após decidir renunciar a esta ideia e sabendo, portanto, que não chegaria à elaboração completa desta concepção do autor, procurei, então, ler as etnografias que constam nesta pesquisa tentando fazer com que minhas próprias leituras delas se aproximassem desta abordagem etnográfica aos moldes de que trata o autor (1996, p. 52, tradução minha):

> o que um novo estilo de etnografia pode fazer é capturar o impacto da desterritorialização nos recursos imaginativos das experiências vivas e locais. Dito de outra forma, a tarefa da etnografia agora se torna o desenrolar de um enigma: qual é a natureza da localidade como experiência vivida em um mundo globalizado e desterritorializado? [...] O etnógrafo precisa encontrar novas maneiras de representar as conexões entre a imaginação e a vida social.

Appadurai diz que "a etnografia deve redefinir-se como essa prática de representação que ilumina o poder das possibilidades de vida imaginadas em larga escala" (1996, p. 55, tradução minha). Que convite prazeroso o de poder reler estas etnografias e poder iluminar algumas vidas imaginadas. Penso que Calil (e, posteriormente, a etnografia que irei utilizar de Roberta Costa) já dialogam com esta proposta de Appadurai, na medida em que traduzem e desvendam uma série de imaginários e subjetividades das pessoas que habitam a Cracolândia. Desta maneira, vi-me cercado por diversas questões que coloco aqui: quais são as imaginações destes agentes? o que estas imaginações vêm gerando nas práticas locais? Como

estas pessoas se unem em torno do que imaginam para promover seus anseios e desejos? Qual poderia ser o papel da episteme nesta exploração? Estas dúvidas representam inquietações e, evidentemente, não terão respostas totais; mas penso que servem para vislumbrar um caminho em direção a esta proposta de Appadurai.

De acordo com Calil (2015, p. 80), Morgana fora registrada com outro nome, mas decidiu que este seria seu "nome de rua". Continuando a tentar desvendar estas vidas imaginadas e guiados pelos questionamentos destacados acima, penso que este homem que conheci e Morgana assemelham-se pelo desejo de performance, por serem artistas. E fazem isto em suas próprias vidas na rua: suas imaginações cruzam o limite do provável. Teria Morgana criado seu alter ego para viver na rua, por entre enredos teatralizados vindos de sua imaginação? A lembrança que possui de seus tempos de dançarina, fazem-me lembrar de uma passagem de Wilhelm Dilthey (apud AMARAL, 2004, p. 58): "toda vida tem seu próprio sentido. Ele se encontra em um nexo de significado, no qual todo presente passível de lembrança possui um valor próprio, portanto, possui, simultaneamente, no nexo da lembrança, uma relação com o significado do todo". Penso que a lembrança que Morgana possui de quando dançava pelas boates da Rua Augusta é uma das coisas que fazem sua vivência ganhar significado, imbuí sua realidade de sentido. Nem mesmo a dor que sentia na perna a impediu de demonstrar sua performance, motivo de orgulho e emoção, e de ganhar o olhar atento de Calil. Aqui relembro, novamente, a citação budista supracitada: a imaginação de Morgana inspira, encanta (a ela mesmo, à sua própria realidade e a nós) e deixa mais leve o pesado e circunscrito mundo no qual vivemos.

Por fim, a última pessoa cujas vivências eu coloco nesta pesquisa, também de forma breve, é outro artista, o Badaróss, presente na etnografia de Roberta Costa (2017). A figura de Badaróss é por si só uma arte, assim como a narrativa de Costa sobre ele (e, aliás, toda a pesquisa da autora). Proponho, novamente, ter meu olhar sobre este estudo, mas adianto que qualquer pretensão de análise estará aquém das já brilhantes passagens, reflexões e vivências da própria autora, e do coletivo *Craco Resiste*, nesta etnografia.

Em uma atividade deste coletivo, Costa (2017, p. 211) descreve a própria apresentação que Badaróss fez de si: "Cícero Rodrigues, ex-Sem Terra, [eu] era do unidos da lona preta, hoje em dia eu vivo na rua há dez anos na região da Cracolândia". Badaróss continua seu relato:

> Perdi minha família, perdi assim, por ela não me entender – ele continua. Fui pra Pernambuco, passei dois meses lá, mas eu vi que minha família não me apoiou, e na rua eu encontrei pessoas que realmente olharam para mim, estão tudo aqui. Uns tão

> aqui, outros jogados pelas calçadas. E eu aprendi muito com eles, com a rua. A rua é minha casa, minha escola, minha faculdade (COSTA, 2017, p. 215)

Diante do relato de Badaróss, a autora (2017, p. 211) coloca que ele "trouxe a rua como seu local de aprendizado" e que este termo também era "reproduzido por ativistas e trabalhadorxs que, às vezes, se referenciam à Cracolândia como uma 'faculdade de experiências de vida' por influência de André – que é usuário de crack e autor dessa definição da Craco" (COSTA, 2017, p. 211). Neste momento lembro de Hall (2003, p. 171) quando ele diz que "talvez a implicação mais subversiva do termo 'viver' seja que ele conota o domínio da experiência [...]. A experiência é o produto de nossos códigos de intelegibilidade, de nossos esquemas de interpretação". Schutz (1974, p. 7, tradução minha) fala também que este domínio da experiência está ligado com o conhecimento:

> Todas essas experiências imediatas e comunicadas estão incluídas em uma certa unidade que tem a forma de meu estoque de conhecimento, que me serve como o esquema de referência para o passo real da minha explicação do mundo. Todas as minhas experiências no mundo da vida são trazidas para este esquema.

Pela leitura das dissertações de Calil e Costa, entendo que os habitantes da *Craco* fazem justamente isto: trazem suas vivências na região para o domínio do da experiência, do conhecimento. Esta forma com que Badaróss se apresenta, a forma com que ele se relata, leva-me ao conceito etnometodológico de relatabilidade:

> A relatabilidade é a propriedade que permite que os atores tornem o mundo visível a partir de suas ações, tornando as ações compreensíveis e transmissíveis. Ao passo que são descritas, ou seja, ao passo que são dotadas de significado e sentido através dos processos pelos quais são relatadas, as ações sociais exprimem o mundo social na sua mais pura essência (GUESSER, 2003, P. 162)

É indispensável enxergar como Badaróss relata a Cracolândia, como ele se apresenta a partir dela e como dá sentido a sua existência por ela, tendo este território como referência fundamental. Por fim, compilo um último fragmento da etnografia de Costa (2017, p. 219):

> o Badaróss soube que nós estávamos ali no Amarelinho e veio nos encontrar para me perguntar se eu havia conseguido vender algum de seus quadros porque precisava muito comprar uma carroça. Dizia que estava muito difícil sobreviver desde que a sua havia sido apreendida em um enquadro (abordagem policial). Ele havia deixado alguns quadros comigo para que não fossem confiscados pelas polícias e para que a gente – como Craco Resiste – tentasse vendê-los para, com o dinheiro, ele comprar uma carroça nova e garantir seu sustento. O movimento social aceitou esta tarefa por compreender que ela estava dentro das nossas possiblidades e que fazia parte do processo de cuidado que construímos junto com o Badaróss. Ele ficou feliz quando contei que conseguimos vender alguns. Insistiu para irmos logo pegar o dinheiro para comprar uma carroça nova, para que pudesse começar a trabalhar.

Termino de compartilhar as vivências destas pessoas com esta passagem, por entender que ela resume diversos pontos tratados até aqui: a repressão das estruturas de poder, representado pela apreensão da carroça de Badaróss por uma abordagem policial; as agências

que desvendam caminhos pelos relevos do sistema, representado pela venda coletiva de quadros do próprio artista para conseguir outra carroça; as experiências dos agentes pelo mundo da vida cotidiana, ganhando significado justamente na coletividade e na intersubjetividade, representado pela interação comunicativa entre Badaróss e o movimento social. Creio que este é o exercício da imaginação histórica e sociológica, de se reencantar a possibilidade do micro, da experiência de territórios do mundo da vida, para além dos interpretações macro e dos espaços "canonizados" de poder. E creio, ademais, que este é o lugar que não devemos nunca abandonar. Jean e John Comaroff (2010, p. 14) realizam uma análise poderosa e apontam caminhos profícuos sobre as fronteiras entre etnografia e imaginação histórica:

> Na verdade, os sistemas parecem "impessoais", e as análises holísticas parecem paralisantes, apenas quando excluímos deles toda possibilidade de manobra humana, de ambivalência e indeterminação histórica – quando deixamos de reconhecer que o significado é sempre, em alguma medida, arbitrário e difuso, que a vida social se baseia, em toda parte, na capacidade imperfeita de reduzir a ambiguidade e concentrar poder.

4.1.2 Ações coletivas e mundo pós-nacional

"Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao mainstream, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural." (Stuart Hall)

"Nacionalidades e fronteiras são barreiras à nossa inteligência, à nossa imaginação e a toda sorte de possibilidades."(Ai Wei Wei)

Inicio esta seção, como já havia descrito, sob o aporte teórico de Appadurai. Ao falar de agência nos contextos de globalização e modernidade, o autor trabalha com a ideia de imaginação num sentido coletivo. De acordo com Appadurai (1996, p. 7 e 8, tradução minha),

> A imaginação, especialmente quando coletiva, pode se tornar o combustível para a ação. É a imaginação, em suas formas coletivas, que cria ideias de vizinhança e sentimento nacional, de economias morais e regras injustas, de salários mais altos e perspectivas de trabalho estrangeiro. A imaginação é hoje um terreno de ação para intervenção, não só para fuga [...] É importante destacar que eu estou falando da imaginação agora como uma propriedade de coletividades, não apenas como mero dom individual [...] É o que eu chamei em outro lugar de "comunidade de sentimento", um grupo que começa a imaginar e sentir coisas juntos [...] São comunidades para eles próprios, capazes de se mover de uma imaginação compartilhada para ação coletiva.

O argumento do autor está em vincular a imaginação com a emergência de (1) ações coletivas e mesmo de (2) um mundo político pós-nacional, isto é, um mundo onde ativistas criam discursos transnacionais e conduzem suas imaginações em diversos locais permitindo o aparecimento de esferas públicas diaspóricas (APPADURAI, 1996, p. 22). Pretendo, a partir de agora, analisar estes dois aspectos que Appadurai vincula à categoria de imaginação associando-os às respostas locais e globais contra o proibicionismo, o discurso naturalista científico e as práticas da medicina social.

Pode-se enxergar o primeiro aspecto, as "ações coletivas", na fala da usuária de crack descrita no primeiro capítulo, e de outros tantos colegas que compartilham sua visão: ao identificar e discursar sobre a violência em seus contextos como produzido pelas forças de repressão policial, as pessoas que fazem uso de drogas denunciam a violência do Estado em seus corpos e pedem abordagens e serviços que respeitem suas vivências e escolhas. Conforme os agentes partilham imaginações sobre outras possibilidades de se viver, retomando Appadurai, é possível, então, levar a cabo ações coletivas. Creio que este sentimento compartilhado de coletividades em busca de outros mundos possíveis é notavelmente descrito por Rita Segato (2006, p. 224) quando a autora reflete sobre o impulso ético:

> A ética é um impulso vital, a ética é inquieta [...]. Isto torna possível que, dentro de uma mesma comunidade moral – a comunidade de cultura estudada pelos antropólogos – possa existir mais de uma sensibilidade com relação à ética que poderíamos, de forma grosseira, enquadrar em duas posições: a ética dos conformistas e a dos desconformes; a dos satisfeitos e a dos insatisfeitos; a dos que têm disponibilidade quanto à diferença, ao novo e ao outro e a dos que não a têm; a dos sensíveis às margens e às vítimas e a dos não sensíveis a elas. Parece-me – e é precisamente a isso que desejo chegar – ser este o motor ético, o impulso por trás do desdobramento expansivo dos direitos humanos, da abertura das comunidades morais e a do processo constante e histórico de despositivação da lei.

Creio que o Movimento Antimanicomial, as Reformas Psiquiátricas, a redução de danos e os consultórios na rua, por exemplo, fundamentalmente interligados, são conquistas que foram reflexos destas imaginações coletivas e deste motor ético e representaram disputas levadas a cabo dentro do espaço público e da Saúde Coletiva. Não é intenção desta pesquisa retomar a construção histórica destes processos, nem mesmo analisá-los um a um, mas irei pontuar algumas características de alguns deles que creio serem simbólicas com relação aos pontos que destrinchei anteriormente.

De acordo com Nunes e Siqueira Silva (2006, p. 214)[59]:

> A Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) é parte de uma vaga de movimentos sociais e políticas que emergiram e convergiram no processo de redemocratização do país, a partir de finais da década de 1970. Esse processo culminou na aprovação da Constituição de 1988, que definiu a saúde e o acesso aos cuidados de saúde como "um direito de todos e um dever do Estado". A RPB foi iniciada por um movimento de trabalhadores da saúde mental nos finais da década de 1970, o Movimento Antimanicomial, cujo primeiro objetivo foi a mudança nas condições em que viviam as pessoas internadas em instituições psiquiátricas. O tratamento muitas vezes desumano infligido aos pacientes internados nessas instituições, juntamente com condições de trabalho deficientes para aqueles que nelas trabalhavam, desencadeou a mobilização dos trabalhadores, e depois também de pacientes e usuários, que se uniram para exigir mudanças radicais no campo da saúde mental no seu conjunto. O movimento foi buscar inspiração a iniciativas semelhantes em curso na Itália, e também em outros países, como a França, especialmente as que estavam ligadas a abordagens institucionais ou transversais da psiquiatria e das psicoterapias.

Este trecho exemplifica, em primeiro lugar, a construção de uma ação coletiva de uma comunidade imaginada. É interessante notar, inicialmente, o sentimento de pertença, a imaginação comum que unia estes pacientes e trabalhadores não só em torno da (re)criação da saúde mental, que veio depois, mas anteriormente, em torno de suas próprias vivências, experiências e desejos. Penso na possibilidade de um estudo vigoroso que poderia explorar a fabricação desta "comunidade de sentimento", a qual se refere Appadurai. Esta própria comunidade e a ação coletiva a qual se propuseram foram se produzindo em conjunto, uma imaginação compartilhada logrou uma ação coletiva.

A outra característica que destaco é, justamente, a emergência de um mundo pós-nacional, que alia, intersecta, cria laços entre experiências de diversos locais pelo globo, expandindo esta interface local-global, traço tão marcante da pós-modernidade. A RPB foi profundamente influenciada pela experiência italiana, que por sua vez também teve influência

---

[59] NUNES, João Arriscado; SIQUEIRA-SILVA, Raquel. Dos "abismos do inconsciente" às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 208-237, Dec. 2016.

de outras experiências geograficamente distintas. Em texto proveniente de uma Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1989, Franco Rotelli (2014, p. 150), um dos protagonistas da Reforma Psiquiátrica Italiana (RPI), colocou que "a experiência italiana pode fluir também a partir da falência das reformas psiquiátricas nos outros países. Foi possível, graças também a um certo atraso[60] italiano, poder ter como um tesouro outras experiências feitas em outros países". Posteriormente, o autor discorre sobre como a experiência inglesa e francesa foram fundamentais à italiana. Ademais, é surpreendente saber da relação da RPI com os estudos de Franz Fanon. Um dos principais nomes da RPI, Franco Basaglia, foi contemporâneo de Fanon e consideravelmente influenciado pelo autor. Sobre isto, outro célebre nome da RPI, Ernesto Venturini, coloca que (2011, p. 52 e 53):

> A ruptura basagliana do paradigma da objetivação, através da crítica à pseudocientificidade da psiquiatria, deve muito à Goffman e Foucault. Mas é a Fanon que Basaglia dedica as últimas páginas da "A Instituição Negada", nas quais menciona a carta de demissão de Fanon da hospital psiquiátrico de Blida-Joinville em 1956. Para Basaglia, Fanon é o modelo de autodestruição do Eu forte e rigoroso, do sujeito do conhecimento, e da sua reconstrução como testemunha da condição de exclusão, de opressão, de colonização do doente mental. "Franz Fanon – diz Basaglia – tem seguido o inteiro interinstitucional que o sistema lhe permitia: de brilhante psiquiatra comprometido na experiência reformadora em Saint-Alban, junto com Tosquelles, à psiquiatra de cor para doentes de cor em Parise depois na Alger [Algéria], na época da guerra de libertação". Naquele momento Fanon compreende que a relação entre o médico e o doente – tal como a relação entre o branco e o preto, entre quem detém o poder e quem não o detém, em geral entre um Eu e um Outro – era sempre uma relação institucional, onde as listas já tinham sido definidas pelo sistema. "A psiquiatria – diz Basaglia – é conivente com o poder, seja quando aperfeiçoa a separação entre o louco e a sociedade, seja quando o restitua, readaptado, ao sistema..." Se as relações são sempre relações do poder, não é possível fazer outra coisa senão restabelecer uma margem de liberdade sem a qual não existe transformação. Esta liberdade gera reciprocidade, nega o princípio da hierarquia autoritária, pode transformar as consciências, chegar ao reconhecimento do Outro.

Faço questão de refletir sobre certas obscuridades acadêmicas e epistemológicas e me pergunto por que temos noção da profunda influência de Foucault em todas estas reformas psiquiátricas, sendo também extremamente influenciados pelo autor em nossas análises sanitaristas até hoje, e pouco ou nada sabemos do papel de Fanon ou mesmo utilizamos o autor com tanta frequência em estudos sobre os nossos territórios, tarefa que seria tão exequível e faria tanto sentido quanto a aplicação das reflexões do primeiro autor. Rachel Passos, em texto denominado "'Holocausto ou Navio Negreiro?': inquietações para a

[60] Pessoalmente, questiono-me se foi um caso de "atraso". Em reflexões posteriores, creio que abordo a questão.

Reforma Psiquiátrica brasileira"[61] reflete justamente sobre esta questão. A autora (2018, p. 14) diz que "nos percursos da experiência brasileira não identificamos qualquer menção sobre a contribuição de Fanon para a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial, o que demonstra um afastamento do debate étnicoracial, em especial, sobre o colonialismo e seus efeitos sobre a constituição da subjetividade" e continua dizendo que " a contribuição de Fanon para a Luta Antimanicomial acabou ficando invisibilizada na construção da própria história oficial da Reforma Psiquiátrica brasileira e das investigações que se detiveram na experiência italiana" (PASSOS, 2018, p. 15). A autora chega à conclusão que este apagamento do autor se deve ao racismo estrutural. É, de fato, uma lástima que a RPB, tão originalmente influenciada por um psiquiatra pós-colonial negro, nascido em Marticina, tendo atuado em diversas frentes sociais na Argélia, cujos trabalhos centralizam o sujeito negro e a negritude e analisam o racismo e o colonialismo, tenha se afastado tanto de bases tão fundamentais. Sintomático do racismo estrutural, da colonialidade do poder e do colonialismo interno que persistem na sociedade brasileira e, inclusive, em nossa epistemologia.

Volto-me agora à abordagem da redução de danos (RD), primeiramente caracterizando sua lógica, que desafiou o discurso legalista e psiquiátrico e, posteriormente, retomando a sua construção no país. De acordo com Passos e Souza (2011, p. 157), a RD "coloca em questão as relações de força mobilizadas sócio-historicamente para a criminalização e a patologização do usuário de drogas" apresentando uma "diversidade de possibilidades de uso de drogas sem que os usuários de drogas sejam identificados aos estereótipos de criminoso e doente". Questionar a abstinência foi um dos primeiros passos dados em direção à construção da lógica de redução de danos. Além disto, os autores colocam que:

> A RD é um método construído pelos próprios usuários de drogas e que restitui, na contemporaneidade, um cuidado de si subversivo às regras de conduta coercitivas. Os usuários de drogas são corresponsáveis pela produção de saúde à medida que tomam para si a tarefa de cuidado. Reduzir danos é, portanto, ampliar as ofertas de cuidado dentro de um cenário democrático e participativo (PASSOS & SOUZA, 2011, p. 161).

Considero que o cuidado de si, o governo de si é um aspecto primordial da RD. Rodrigues (2003, p. 273 e 274) também tem uma passagem excepcional sobre o tema, dizendo como a RD pode trazer questões relevantes como

[61] A autora foi influenciada pela vinda de Franco Basaglia ao Brasil, décadas atrás, quando o psiquiatra visitou um manicômio em Barbacena/MG e comparou o que viu ao Holocausto. Neste texto, a autora se pergunta se poderíamos realmente falar de Holocausto, ou se os manicômios seriam, na verdade, navios negreiros.

> da primazia do indivíduo em decidir sobre si e seu hábito ou sobre a capacidade de regulação local das práticas de intoxicação sem que haja a necessidade de leis ou critérios universais e homogêneos a pautar condutas entre os indivíduos e as substâncias psicoativas (MacRae & Simões, 2011). Abrem-se possibilidades de pensar que na localidade, no convívio direto, na vida do consumidor e nos seus relacionamentos seja o espaço da regulação não imposta, mas acordada na particularidade de cada existência [...]. O campo se fertiliza, então, para liberações que forcem a barreira da lógica da padronização e criminalização de condutas abrindo espaços para o governo de si. Não o governo de si ensimesmado dos liberais [...], mas uma condução da própria existência que se dê na relação com o outro e que prescinda de controles ou apaziguamentos assistenciais.

A fabricação da RD, assim como a história das reformas psiquiátricas, também foi entrelaçada globalmente e realizada nesta interface local-global, porém, desta vez, não me deterei sobre esta narrativa. O que interessa aos propósitos desta pesquisa com relação a esta abordagem e sua manutenção no Brasil é a ideia de rede, que destrincharei a partir de agora. Passos e Souza (2011, p. 159), retomando a criação dos programas de redução de danos (PRD) no país, dizem que

> Por serem, inicialmente, aparelhos estatais, os PRDs encontravam-se inseridos num contexto institucional que impunha obstáculos à nascente militância dos redutores de danos e usuários de drogas. A militância política forçou a criação de espaços de gestão "exteriores" ao próprio Estado, como associações nas quais os usuários de drogas viam a possibilidade de não serem identificados a doentes ou criminosos (Ministério da Saúde, 2003b) [...]. Redutores de danos, travestis, usuários de drogas, profissionais de saúde, pessoas vivendo com HIV, estudantes e pesquisadores criaram uma gestão democrática através de redes abertas de interação e cooperação, evitando que s PRDs ficassem isolados e restritos a um contexto local [...]. A rede nacional de redutores de danos passou a exercer um papel importante de mobilização e articulação nacional por uma nova política de drogas. Mobilizadas em redes, as associações passaram a lutar pelos direitos dos redutores de danos e dos usuários de drogas.

Esta ideia de rede é trabalhada por Casanova (2007). O autor parte da análise dos zapatistas e do campesinato na América Latina, movimentos que incluem estudantes, trabalhadores, intelectuais, populações marginais urbanas e uma série de outros movimentos, para argumentar que

> A formação de redes e organizações autônomas coloca uma nova alternativa de luta com crescentes capacidades de enfrentar o sistema dominante enquanto articule e reestruture as forças heterogêneas que não somente dão um valor primordial à autonomia necessária, mas também à dignidade, irrenunciável, de pessoas e coletivos. Essas colocações não somente incluem um novo uso dos meios eletrônicos e de massas, mas também comunicações presenciais. Através de uns e outros a leitura e o diálogo coletivos combinam os espaços de reflexão, criação e atuação de pequenos grupos com os atos de massas por meio de discursos dialogais. (CASANOVA, 2007, p. 455).

Creio, portanto, que há uma proximidade e uma complementaridade entre o que propõe Appadurai e Casanova. Ambos os autores falam sobre o poder do coletivo nas possibilidades de transformar as vidas dos agentes e as estruturas sociais: Appadurai pela via das imaginações de uma comunidade de sentimentos e Casanova pela luta das redes. Creio que o movimento da RD e dos redutores de danos, aliado às inúmeras associações e coletivos que têm em comum a temática das drogas por uma perspectiva antiproibicionista, é um exemplo prático das reflexões dos dois autores. Isto me leva à forte e primordial presença dos movimentos sociais e diversos grupos organizados da sociedade civil não só no Brasil, como na América Latina e no Sul Global. Obviamente, estes movimentos estão presentes em todo o globo, inclusive no Norte Global, mas penso que em nossos territórios eles são particularmente potentes.

No Brasil, para citar alguns exemplos, temos a Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)[62], a Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD), a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, o Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas, o É de Lei, a Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), entre diversos outros. Gostaria de destacar, especialmente, a INNPD, cuja descrição que consta em seu site coloca[63]:

> A Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas é uma experiência coletiva em desenvolvimento, que identifica na retórica da guerra às drogas a principal justificativa política contemporânea para a manutenção de práticas sofisticada de perpetuação de opressão racial sob a população negra. Entendemos que a chamada "Guerra às drogas" tem como resultados práticos a criminalização de todas as relações instituídas nos territórios pobres; o reforço de estigmas associados a população negra; e principalmente, configura uma autorização social de violação de direitos sobre os corpos negros. A população negra é a mais afetada pela atual política de drogas, em todas as condutas. Os negros estão super representados na população em situação de rua em uso problemático de crack; estão super representados entre a população carcerária e ainda, no dado mais letal, é a cor da população que mais sofre " homicídios". Surgimos para estimular novas narrativas e produzir sínteses da comunidade negra sobre essa temática, pois a colocação de nosso discurso sobre o tema transcende a localização de objeto de estudo e permite o protagonismo do outro lado da história. Ainda que o debate sobre drogas traga a

[62] A PBPD, por sua vez, também é um exemplo sobre a concepção de rede de Casanova. Pela descrição que consta em seu site: "A Plataforma Brasileira de Política de Drogas é uma rede para a atuação conjunta de organizações não governamentais, coletivos e especialistas de diversos campos de atuação que busca debater e promover políticas de drogas fundamentadas na garantia dos direitos humanos e na redução dos danos produzidos pelo uso problemático de drogas e pela violência associada à ilegalidade de sua circulação" (PBPD, 2016). É fundamental dizer que estive presente em inúmeros eventos da PBPD e da INNPD e que muitas das ideias desta pesquisa surgiram nestes ambientes.

[63] INNPD, Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas. **Quem somos**. [*S. l.*], 2019. Disponível em: http://iniciativanegra.com.br/quem-somos. Acesso em: 22 maio 2019.

> superfície muitas feridas coletivas que tem como ponto incomum o atravessamento da guerra às drogas, compreendemos ser de grande potência a reunião sistematizada dessas reflexões em espaços plurais de encontro da comunidade negra.

Opto por analisar mais a fundo esta Iniciativa pelo fato dela se inserir na desconstrução epistemológica da narrativa proibicionista (aspecto que será tratado na sessão posterior) e, principalmente, pela construção de narrativas outras, feitas **pela** população negra. A INNPD possui em seu acervo uma série de publicações que colocam a população negra e o racismo no centro da análise, construindo um conhecimento que amplia a compreensão do proibicionismo e das respostas antiproibicionistas necessárias e disputa o imaginário cultural fabricado pelo *status quo*.

Neste sentido, o artigo de Uzo Esonwanne "*Race and Hermeneutics: Paradigm Shift – From Scientific to Hermeneutic Understading of Race*"[64] (Raça e Hermenêutica: Mudança de Paradigma – de uma Compressão de Raça Científica para uma Hermenêutica, tradução minha) traz considerações que julgo serem pertinentes para se analisar a atuação do INNPD. O artigo realiza um amplo debate entre raça e hermenêutica e analisa a associação que um outro autor, Henry Louis Gates, faz entre teorias de interpretação Afro-Americanas (Yorubá e o *Signifying Monkey*) e Euro-estadunidenses (Hermenêutica). Evidentemente, não entrarei a fundo nas principais discussões do artigo; seleciono apenas um ponto em particular que creio ser relevante para esta breve análise.

Partindo de um exame sobre a abordagem de interpretação de Mailloux, Esonwanne coloca que

> "'interpretação' transmite o sentido de uma tradução apontada em duas direções simultaneamente: *em direção* a um texto a ser interpretado e *para* um público que necessita da interpretação" (MAILLOUX apud ESONWANNE, 1992, p. 568, tradução minha). Interpretação é, portanto, um ato *intermediário*, uma "tradução aceitável e aproximada". Associado a cada termo na última frase estão as perguntas "para quem?", "o quê?" e "como?" [...]. Em sua tentativa de responder a pergunta – "ACEITÁVEL PARA QUEM?" – raça entra em cena (ESONWANNE, 1992, p. 558, tradução minha).

Depois de uma breve elucidação sobre a existência de diferentes pontos de vista a partir da leitura de um livro estadunidense[65], Esonwanne (1992, p. 568, tradução minha)

---

[64] ESONWANNE, Uzo. "Race" and Hermeneutics: Paradigm Shift - From Scientific to Hermeneutic Understanding of Race. **African American Review**, Winter, p. 565-582, 1992. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3041871. Acesso em: 8 ago. 2019.

[65] Para exemplificar sua análise, Esonwanne utiliza uma história de um livro estadunidense. Ciente da dificuldade em traduzir esta parte e considerando as devidas diferenças culturais, faço questão de propor um outro exemplo, brasileiro, na tentativa de exemplificar o que o autor argumenta – sabendo das limitações e possíveis incongruências deste exercício. Nas histórias do autor brasileiro Monteiro Lobato, por exemplo, leitores brancos podem não interpretar o racismo presente na construção da personagem Tia Nastácia e em como

mostra como podem haver diferentes "pontos de partida interpretativos" para as histórias. O autor (1992, p. 568, tradução minha) mostra que não há um sujeito interpretativo "unitário, racialmente neutro" e, considerando agora a pergunta "traduzido por quem?", Esonwanne coloca que

> com essa questão nos confrontamos com o crítico ou *tradutor* e, portanto, devemos entender as maneiras pelas quais, em sociedades racializadas como os Estados Unidos, a raça afeta a consciência e as práticas interpretativas do crítico [...]. A consciência de raça desempenha um papel na interpretação.

Desnecessário dizer que na sociedade brasileira, tão racializada quanto a estadunidense, isto também é válido: as formas e práticas interpretativas e a consciência do crítico ou tradutor também são racializadas. Entendo, então, que a célebre atuação da INNPD está, justamente, na construção e reconhecimento de uma ciência racializada, que parte de um outro ponto de partida interpretativo da guerra às drogas (de quem é afetado pelo problema), e suas implicações: as que afetam a população negra, as que se imprimem nas vidas negras, as que geram marcas nos corpos negros, o cerne do próprio proibicionismo. Neste papel de tradutor/crítico das mensagens, isto é, neste local intermediário entre texto e leitor/público, creio que a INNPD traz as seguintes respostas às perguntas supracitadas ("o quê"; "como"; "traduzido por quem?"): o proibicionismo e o encarceramento, racializados e traduzido pelas próprias pessoas que estão sendo afetadas.

Trago como exemplo uma entrevista[66] dada por Dudu Ribeiro, historiador e coordenador da INNPD, ao portal El País. Quando perguntado sobre o julgamento de descriminalização da maconha no âmbito do Supremo Tribunal Federal, ele respondeu:

> não é esse dispositivo que está criminalizando as pessoas negras. Na verdade, é um conjunto de dispositivos criminalizatórios, não são apenas das pessoas, mas dos seus territórios, das suas culturas e das suas histórias de vida. Não é à toa, por exemplo, que um dos primeiros mecanismos de criminalização das substâncias psicoativas é também a criminalização dos saberes populares médicos. E das de pessoas vinculadas a religiões de matriz africana, que tinham outras práticas de medicina. Ou seja, é um conjunto de dispositivos que não correspondem unicamente ao objetivo declarado de proteção da saúde pública no caso das drogas. Na verdade, isso tudo é funcional para a manutenção dos privilégios e da hierarquia sociorracial no Brasil e a superação desses mecanismos não vai se dar pela descriminalização do uso de drogas. Vai se dar por um processo de reconhecimento do Estado brasileiro

---

ela é tratada por outros personagens. Leitores negros, por sua vez, podem assumir outra perspectiva e interpretar o racismo presente tanto na caracterização da personagem quanto na forma como ela é tratada. É disto que trata o autor quando fala da existência de diferentes pontos de partida interpretativos.

[66] ROSSI, Marina. Dudu Ribeiro: "Debater apenas a legalização da maconha só trará mais conforto à classe média". **El País**, [S. l.], 2 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/27/politica/1558972773_128892.amp.html?fbclid=IwAR1vEWy7uj0efGwqRfTy0eC1vhc1OiX1NdAATSP2r2PnpWGS-Y2EpTT4GCo#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Source%C2%A0%3A%20%251%24s. Acesso em: 7 ago. 2019.

> de sua culpabilidade na guerra às drogas, a reparação dos danos provocados pela guerra às drogas, porque não é possível pensar na mudança necessária da política de drogas sem pensar nos efeitos anteriores à mudança. Então é fundamental estabelecer medidas reparatórios e é preciso obviamente estabelecer medidas que mudem a forma de atuação, tanto das forças de segurança, quanto do Judiciário brasileiro.

Ao ser indagado sobre o que esta possível ação do STF representaria, Dudu coloca que

> o efeito prático e imediato dessa mudança na vida das favelas, das pessoas negras e inclusive em comunidades rurais que também são afetadas pela violência da guerra às drogas, é zero [...]. A questão é que debater apenas a legalização da maconha não resolve o problema da sociedade brasileira. Talvez consiga dar mais conforto à classe média e alta no seu próprio uso da maconha, mas essas camadas da sociedade também já são as menos afetadas pela guerra às drogas. A regulamentação da maconha pode abrir outras janelas, podemos ampliar o debate não criminalizador para o uso terapêutico, podemos demonstrar para a sociedade em vida real que a regulamentação não aumenta o consumo, porque a maioria dos países que descriminalizaram demonstram isso.

Novamente, quando o debate das drogas (ou quaisquer outros temas públicos ou políticas sociais) é dominado ou ocupado majoritariamente pelo ponto de partida interpretativo branco – e, aqui, entende-se que este sujeito é não só racializado como perpassado também pelos marcadores de gênero, sexualidade, classe, etc. –, no seio dos privilégios da branquitude, não só a visão de quem está sendo diretamente afetado pode ser silenciada ou obscurizada, como também muitas questões fundamentais para a abordagem do problema são perdidas. Em sua fala, Dudu reforça a ampla criminalização que recai sobre a cultura e a população negra, da qual a guerra às drogas é apenas um dentre outros tantos instrumentos; critica ações em direção à descriminalização das drogas que não trariam benefícios reais às vidas dos mais afetados; e pontua a indispensabilidade de medidas reparatórias do governo a estas pessoas, porque por si só o ato judiciário de descriminalização continuaria a prezar pela manutenção da histórica hierarquia sociorracial brasileira. Penso que quaisquer análises da política de drogas sem as considerações que traz Dudu Ribeiro seriam inócuas.

Ainda com relação à atuação da INNPD, em recente participação no "VII Congresso Internacional da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas: políticas de drogas, autonomia e cuidados", realizado em junho de 2019 (Curitiba/PR), Nathalia Oliveira, também coordenadora da Iniciativa, em Mesa denominada "Vozes, Diálogos e Intersetorialidade: Como a guerra às drogas nos afeta?", juntamente com outros ativistas antiproibicionistas negros, fizeram questão de pontuar que suas contribuições não são depoimento, são ciência. Creio que a epistemologia a qual o grupo se propõe é, pois, nomeadamente decolonial, por desnormatizar os padrões de análise eurocêntricos e supostamente científicos e por propor novos olhares, disputando os saberes geograficamente

situados em territórios que não os locais e feitos por pessoas que não as afetadas diretamente pelas questões.

É primordial destacar, por fim, que organizações como a INNPD, a PBPD e inúmeras outras, vêm constantemente realizando conferências e encontros internacionais (sejam feitos, de fato, em outros países ou com convidados internacionais), cujos diálogos entrelaçam o local com o global – sendo mais um exemplo do mundo pós-nacional do qual fala Appadurai. Internacionalmente, temos, por exemplo, a *Harm Reduction International (HRI)*. De acordo com seu site[67],

> a *Harm Reduction International* é uma ONG dedicada a reduzir os impactos negativos à saúde, sociais e legais do uso de drogas e da política de drogas. Promovemos os direitos das pessoas que usam drogas e suas comunidades por meio de pesquisa e *advocacy* para ajudar a alcançar um mundo em que políticas e leis sobre drogas contribuam para sociedades mais saudáveis e seguras. A organização é uma ONG com Status Consultivo Especial no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Além disto, a HRI realiza conferências internacionais bianuais para discutir e analisar a redução de danos pelo mundo, com usuários e usuárias, gestores e pesquisadores, e gerar perspectivas para a saúde das pessoas que usam drogas pelo compartilhamento de experiências globais.

Durante minha participação na *24ª Harm Reduction International Conference (HRIC)*, em 2015, representei, em conjunto com Ana Lúcia Ferraz, o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais/SVS/MS. Fizemos parte de uma Mesa, patrocinada pelo Ministério da Saúde brasileiro, denominada *Stimulants and Harm Reduction in Latin America* (Estimulantes e Redução de Danos na América Latina), em que alguns especialistas na área apresentaram estudos e políticas latino-americanas sobre drogas e redução de danos. Myrez Cavalcanti apresentou o Programa de Braços Abertos da Prefeitura de São Paulo, Francisco Netto compartilhou a Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack da Fundação Oswaldo Cruz, Ricardo Baruch apresentou um estudo chamado *Drug use and LGBT people: study on meth in Mexico* (sobre o uso de metanfetamina na população LGBT mexicana) e Carola Lew, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, mostrou um relatório sobre o uso de crack no Uruguai. Pelo que puder notar na programação, esta fora a única Mesa do evento que compartilhou experiências da América Latina e que foi totalmente ocupada por latino-americanos. Todas as análises continham, obviamente, as particularidades da visão do/a pesquisador/a ou gestor/a e das condições locais onde foram desenvolvidas e, ao mesmo

---

[67] HARM REDUCTION INTERNATIONAL (London). **About HRI**. [*S. l.*: *s. n.*], 2019. Disponível em: https://www.hri.global/about. Acesso em: 18 ago. 2019.

tempo, compartilhavam traços em comum do contexto socioeconômico latino-americano. Pude notar que todos nós, de certa forma, sentíamo-nos orgulhosos por estarmos construindo um debate sobre a região em uma conferência internacional. O objetivo da Mesa foi, naturalmente, o de apresentar algumas ações regionais de redução de danos para os participantes do Congresso, mas também estabelecer diálogos em direção a estratégias e ações globais, em interface com os respectivos locais.

Esta atuação da *HRIC* também ilustra as possibilidades de construção no campo da saúde global, conceito sobre o qual me atenho brevemente neste momento e exploro novamente no próximo capítulo. De acordo com Matta e Moreno (2014, p. 12) , "saúde global é um constructo social do campo científico e político em busca de estabilidade para impor-se como um novo paradigma na arena político-sanitária internacional". Os autores colocam que

> o fenômeno político saúde global representa a construção de uma nova agenda para a saúde do mundo. As lutas e as discussões sobre política de saúde internacional deixam o território geográfico de países e regiões, e procuram impor uma "transterritorialidade" às demandas, às avaliações e aos procedimentos. Discussões sobre atenção primária, controle de doenças, avaliação de sistemas de saúde passam a constituir um painel para planejamento e ações globais, baseado na interdependência econômica e tecnológica dos estados-nacionais (MATTA e MORENO, 2014, p. 13).

As ações da *HRIC* e de diversos outros movimentos antiproibicionistas mostram precisamente a construção e a importância de se considerar a saúde global, enquanto processo social e epistêmico que transpassa os limites geográficos. O proibicionismo deixa de figurar somente enquanto uma política global, adquirindo significado de "agenda para a saúde do mundo". É imprescindível notar que, no âmbito da saúde global, diversos atores locais ganham significado quando em "rede" e que espaços de governança internacional, como a Organização das Nações Unidas, representam palcos importantes de disputa política.

Esta edição de 2015 da *HRIC* ocorreu justamente alguns meses antes da "Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS) sobre o problema mundial das drogas"[68], que foi realizada em abril de 2016. Esta Sessão Especial havia sido pedida pelos governos da Colômbia, Guatemala e México e fora precedida de muita expectativa por parte dos defensores de outras políticas que não a proibicionista, ao redor do mundo. Em primeiro lugar, porque eram nações do Sul Global e umas das mais afetadas pela guerra às drogas que estavam pedindo uma nova reunião global sobre o tema. E, em segundo lugar, devido ao tom da declaração conjunta realizada por estes países, pedindo a realização desta Sessão Especial,

---

[68] UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Special Session of the United Nations General Assembly on the World Drug Problem**. Disponível em: https://www.unodc.org/ungass2016/. Acesso em: 10 ago. 2019.

que dizia que "apesar dos esforços empreendidos pela comunidade internacional ao longo de décadas, o consumo dessas substâncias continua[va] a aumentar globalmente, gerando grandes receitas para organizações criminosas em todo o mundo" (MISIÓN PERMANENTE DE MÉXICO ANTE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 2012, tradução minha) e que seria necessário "fazer um balanço dos alcances e das limitações da política vigente" (MISIÓN PERMANENTE DE MÉXICO ANTE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 2012, tradução minha). Coletivos e movimentos antiproibicionistas nacionais e internacionais esperavam, pois, que este encontro da UNGASS revisasse alguns pontos chave da política proibicionista e propusesse medidas novas em direção a um paradigma que colocasse as pessoas que usam drogas no centro do debate.

Não tenho como intuito destrinchar os pormenores desta Sessão Especial, tampouco me ater sobre seus objetivos ou conclusões, então, limito-me a colocar, apenas, que ela não teve os resultados esperados, muito por conta de profundas divergências internacionais, perpetuando o paradigma de controle e proibição e sem mudanças significativas no que diz respeito à centralizar a saúde ou bem estar das pessoas e países mais afetados[69]. Proponho dar atenção, justamente, à atuação dos participantes no âmbito da *HRIC*, que antecedeu a UNGASS 2016. As expectativas e opiniões sobre esta Sessão Especial que estava por vir representavam as discussões mais presentes no Congresso e mobilizações ao redor deste tema eram as atividades mais proeminentes.

Novamente, este é um exemplo de rede globalizada, que constrói um espaço de reflexão e atuação conjunta por meio de discursos dialogais, como trata Casanova (2007). A partir do micro (pessoas afetadas, usuários de drogas, pesquisadores, coletivos locais), a *HRIC* visa atingir o macro (aqui, enquanto uma política global sobre a qual a ONU representa uma instância de legitimação) associando a prática de redução de danos e o próprio paradigma que ela representa aos direitos humanos e à jurisprudência internacionais que, em teoria, a ONU sustenta e defende. Os objetivos desta atuação podem não terem sido exatamente alcançados, mas definitivamente é uma amostra do poder dos movimentos coletivos em embate com o *status quo*, é um exemplo do motor ético dos desconformes do qual fala Segato (2006) em direção à construção de uma saúde global que contemple as vidas das pessoas.

Uma declaração foi elaborada e aprovada em conferência pelos participantes da *HRIC*, denominada Declaração de Kuala Lumpur,

---

[69] Para maiores análises, sugiro a leitura do artigo "*UNGASS 2016: A Broken or B-r-o-a-d Consensus? UN summit cannot hide growing divergence in the global drug policy landscape*", de Bewley-Taylor e Jelsma. Disponível em: <https://www.tni.org/files/publication-downloads/dpb_45_04072016_web.pdf>.

> pedindo uma resposta alternativa ao uso de drogas que é enraizada na evidência, na saúde pública, nos direitos humanos e na dignidade. A Declaração incita governos e organizações internacionais a adotarem a redução de danos como um princípio chave da política de drogas durante a próxima década e para acabar com leis sobre drogas punitivas, abusos de direitos humanos e encarceramento em massa de pessoas que usam drogas [...]A Declaração estabelece as bases para a mudança de paradigma necessária para se fazer progressos reais com relação a danos relacionados às drogas (COOK, Catherine *et al*., 2016, p. 7, tradução minha).

De acordo com publicação da própria *Harm Reduction International*, os signatários desta Declaração

> estão enviando a mensagem de que o fornecimento de serviços de redução de danos já não pode ser visto como uma opção de política a critério dos governos, mas deve ser entendido como uma obrigação fundamental dos Estados para cumprir suas obrigações legais internacionais no que diz respeito ao direito em saúde. Atingir o próprio regime de controle de drogas da ONU que tem como objetivo promover a saúde e o bem-estar da humanidade também exige um maior compromisso com o núcleo de princípios da redução de danos (COOK, Catherine *et al*. 2016, p. 25, tradução minha).

A *Harm Reduction International*, a INNPD, a PBPD, enfim, estas redes e coletivos antiproibicionistas e de redução de danos ao redor do mundo, produzem diálogos entre si sobre os transtornos enfrentados globalmente no que diz respeito à política de drogas – e, numa perspectiva maior, ao controle dos corpos –, constroem (imagin)ações conjuntas e atuam no sentido de tentar materializá-las. Novamente, Hall vem elucidar estes movimentos:

> Nesse momento, 'pós colonial', os movimentos transversais, transnacionais e transculturais, inscritos desde sempre na história da 'colonização', mas cuidadosamente obliterados por formas mais binárias de narrativização, têm surgido de distintas formas para perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida (HALL, 2003, p. 107)

As vivências dos agentes perturbam de vários modos as estruturas. Tais movimentos e (imagin)ações coletivas, especialmente no contexto de um mundo político pós-nacional, conseguem desestabilizar as normas das práticas sociais e epistemológicas e explorar caminhos que visibilizem políticas e epistemologias outras. Enquanto no capítulo três teci considerações sobre o conceito de violência epistêmica, chego à próxima sessão com o intuito de discutir formas de resistência a ela e formas de se construir uma epistemologia subalterna e antiproibicionista.

4.2 REENCANTANDO A REPRESENTAÇÃO REIFICADA: UMA EPISTEMOLOGIA SUBALTERNA E ANTIPROIBICIONISTA

"Brasil, meu nego

Deixa eu te contar

A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
Brasil, meu dengo
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato."
(Estação Primeira de Mangueira)

Após ter posto luz sobre a criação destes mitos da história, sigamos o passo seguinte proposto por Taussig, de reencantar sua representação reificada. No caso, tentar refletir sobre quais percursos podemos tomar para contestar a violência epistêmica e propor representações e epistemologias outras. Continuando a ter o auxílio de Spivak, a autora segue dizendo que o trabalho de desvendar a violência epistêmica

> não se trata de uma descrição de "como as coisas realmente eram" ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor visão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas (SPIVAK, 2010, p. 48)

O arcabouço teórico dos estudos pós-coloniais são referências fundamentais para se trabalhar reações à violência epistêmica e se pensar na construção de representações outras. De maneira geral, seus teóricos vão falar sobre a necessidade de descentralizar a epistemologia eurocêntrica (e mesmo o sujeito universalizado, que podemos entender enquanto homem, europeu, branco, heterossexual e cisgênero), dando ênfase na construção de epistemologias dos locais historicamente colonizados entrelaçada com as globais.

Para que reencantemos a representação reificada da história, é preciso tanto reescrever certos mitos[70] como também ressignifcar certos modelos. As tentativas do Ocidente foram de colocar os princípios da racionalidade advindas do Iluminismo, as construções burguesas e controladoras do Estado-Nação, o capitalismo enquanto sistema-mundo, a narrativa da

[70] A perspectiva da história global que Sebastian Conrad explica em seu livro "What is Global History" (2016) possui inúmeras aproximações com esta proposta.

modernidade e os sujeitos liberais autônomos, como constructos europeus e enquanto fins últimos a serem devidamente buscados pelos territórios historicamente colonizados. Sobre tais invenções dadas universais, porém, os antropólogos John e Jean Comaroff (2013, p. 44, tradução minha) mostram que

> a antropologia histórica do colonialismo já demonstrou em reiteradas ocasiões que as concepções modernas da noção de pessoa não foram uma criação ocidental endógena. Pelo contrário, são produtos de uma dialética de largo alcance, entre o eu europeu que vinha construindo-se desde os finais do século XVIII e vários outros.

Isto é, nem tais constructos são essencialmente europeus, tampouco devem ser postos como regras a serem seguidas. Seja pela crítica do historicismo de Chakrabarty (2000), em seu ousado e preciso projeto de provincializar a Europa, considerando o pensamento europeu como "indispensável e inadequado" para se pensar nossos territórios e condições; seja pelo argumento contraevolucionista dos Comaroff (2013), oferecendo uma análise de como os países centrais evoluíram em direção à África; seja pelas críticas e argumentos de inúmeros teóricos em consonância com a proposta pós-colonial, as tentativas são de descentralizar o debate das ciências, de se desestruturar a norma epistêmica que violenta e de se produzir narrativas outras, para a história e mesmo para a modernidade.

Neste sentido, penso que o esforço em se realizar uma antropofagia epistemológica, (emprestando o termo de Tarsila do Amaral) – ou seja, transformar análises europeias em leituras mais apropriadas aos nossos territórios – pode se fazer necessário e oportuno e, ainda assim, há também caminhos adicionais. Creio que o diaspórico artista chinês Ai Wei Wei nos apresenta uma ideia potente, que considero um passo além da abordagem antropofágica. Uma de suas obras, que desenvolveu a partir de um intercâmbio no Brasil, denomina-se Mutuofagia.

Figura 5 - Mutuofagia

Fonte: Artikin. Obra de Ai Wei Wei.

Experienciei a mostra do artista no Museu Oscar Niemeyer, em Curtitiba/PR e, de acordo com a descrição da obra, feita pela curadoria, "mutuofagia é a dor e o prazer de uma mordida dada e uma mordida recebida. A fotografia capta o ritual antropofágico mútuo, no qual o artista chinês está comendo os frutos da nação, ao mesmo tempo em que ele mesmo se oferece como refeição". Acredito haver inquietações intrínsecas a esta abordagem de Wei Wei: somos interpretados à medida que interpretamos; o referencial é dialógico, a ação (artística ou epistemológica) é uma via de mão dupla; por que, então, não caberia aos outros referenciais também nos antropofagizar? A partir do momento em que Wei Wei também se oferece como alimento, ele disponibiliza sua perspectiva, seu olhar para também serem mastigados, criticados, saboreados, desaprovados, apreciados. Portanto, a reflexão gerada a partir do que se é produzido (e a própria produção) não estão circunscritos apenas sobre a produção em si mesma, como também sobre quem produz. Artista e produto co-emergem.

Creio que, novamente, uma citação do artigo supracitado de Esonwanne (1992), influenciado por Gadamer, é conveniente para esta reflexão. O autor coloca que

> a arte, como a raça, não cede sua verdade à metodologia científica em grande parte porque o conhecimento científico pressupõe uma distinção sujeito/objeto entre a "subjetividade do intérprete e a objetividade do significado a ser entendido" (311). Para Gadamer, a consciência subjetiva do intérprete é em si mesma histórica, e é por

> conta dessa historicidade que, como logo veremos, a consciência histórica do sujeito passa a se fundir com o objeto de interpretação, em vez de transpô-lo (ESONWANNE, 1992, p. 579, tradução minha).

O que penso que a mutuofagia traz, ao final e ao cabo, é a compreensão de que as construções humanas, a forma com que construímos e a forma com que enxergamos estas construções estão profundamente interligadas não somente entre si como entre diversos referenciais, que intrinsicamente se influenciam, se modificam, se alimentam. Creio que, para além de entender e exaltar as origens (processo, muitas vezes, necessário, porém altamente soturno e relativo), é imperativo que entendamos e exaltemos os encontros. Penso que esta abordagem que Wei Wei trouxe pela arte se articula com a proposta de Bhambra de considerar a modernidade construída, precisamente, no encontro[71]. A autora (2007, p. 77) coloca:

> A modernidade, então, deve ser entendida como formada na e através da relação colonial (ver Barlow, 1997) – a colonização não foi simplesmente um resultado da modernidade ou moldada pela modernidade, ao invés disso, a própria modernidade se desenvolveu em encontros coloniais [...]. Esses encontros coloniais também incluíram as circunstâncias para o surgimento dos "frágeis códigos emancipatórios" da modernidade ao mesmo tempo em que a modernidade foi separada de suas origens na relação colonial, e tem sido considerada como um recurso para a emancipação dos outros.

A abordagem dos autores e do artista supracitados é não só o de visibilizar as vozes oprimidas, as agências locais, que disputam com a cultura do *status quo*, produzindo um conhecimento que subverta os pressupostos da episteme (e da arte) que violenta, como também propor outras cosmologias, outros meios de se enxergar o mundo – refletindo, por fim, que estes meios outros também são formados nos encontros e, portanto, devem ser compreendidos de forma não direcional ou hierárquica. Podemos falar de contraculturas e contra-discursos, no sentido de serem culturas e discursos outros, que afrontam e deslegitimam o *status quo* e sua forma de construção categorizável e classificatória de conhecimento (e arte).

Neste processo dialético entre violência epistêmica e contra-discursos, está o caso do proibicionismo e as reações a ele. As contraculturas e as contra-narrativas que surgiram das pessoas que usam drogas globalmente, dos cientistas sociais, dos psicólogos, dos defensores das reformas psiquiátricas que ocorreram em diversos países do globo e se entrelaçaram, entre tantos outros, desafiaram a episteme violenta – baseada exclusivamente nos aspectos

---

[71] É sintomático o fato de o próprio termo "droga" ter surgido no e pelo encontro, como coloca Vargas (2008). O autor fala que dentre as várias hipóteses levantadas da etimologia do termo, a que ele considera mais verossímil é a que deriva do holandês *droghe vate*, "expressão que significa 'barris de coisas secas' e cujo emprego teria sido registrada ao menos desde o século XIV (Corominas, 1954, p. 195-198)" (VARGAS, 2008, p. 42 e 43) referindo-se provavelmente às mercadorias, especiarias e substâncias exóticas vindas do Oriente.

biomédicos e farmacológicos que demonizavam o uso de drogas (CARNEIRO, 2002, p 8) –, puderam disputar terreno cultural e epistemológico com o *status quo* e isto refletiu-se na construção de imaginários, lógicas e políticas outras[72].

Todo o arcabouço teórico e prático da RD é um exemplo deste contra-discurso. Destaco aqui, em específico, os estudos que aliam o uso de drogas à *set* e *setting* (MACRAE, 2003). Eles estabelecem uma interpretação que rompe com a violência epistêmica que condena as pessoas que usam drogas e se distancia da perspectiva de partilha moral sobre a qual reflete Vargas anteriormente. Ao invés de se imbuir um significado valorativo no ponto de vista da saúde ou no ponto de vista da doença, entendemos que, com relação ao uso de drogas, é importante se levar em conta inúmeros aspectos, que não apenas o da substância em si. MacRae (2003, p. 3) coloca que

> [...] o médico Norman Zinberg, um dos primeiros a estudar o chamado "uso controlado" de psicoativos, caracterizado por seus baixos custos pessoais e sociais, enfatiza que os efeitos do uso dessas substâncias dependem não só das suas propriedades farmacológicas, mas igualmente das atitudes e personalidade do usuário (*set*), assim como do meio físico e social onde ocorre o uso (*setting*). Em relação a este último fator ele ressalta os controles sociais que se organizam em torno do que chama de "sanções sociais" e "rituais sociais" [...]. Os controles sociais para todas as drogas, lícitas ou ilícitas, atuariam em diferentes contextos sociais, indo desde grupos muito grandes, representativos de uma cultura como um todo, até pequenos grupos específicos e sua vigência se aplicaria de maneira variada em diferentes momentos.

Esta perspectiva abriga tanto a compreensão do uso recreativo de drogas, quanto do uso nocivo/problemático[73], justamente por descentralizar a análise estritamente farmacológica ou biomédica, considerando o indivíduo em seu contexto pessoal, coletivo, social e, porque não colocarmos aqui, global. Além disto, esta perspectiva também leva em conta o próprio proibicionismo enquanto fator que influencia os efeitos do uso de substâncias lícitas e ilícitas. E isto é particularmente primordial para, no âmbito do macro, reposicionarmos a política de drogas em nossa percepção analítica: ela não se originou simplesmente a partir de problemas decorrentes da dinâmica das drogas, quero dizer, meramente a partir de observadores externos, dando conta dos transtornos e criando soluções. O paradigma proibicionista é mantido por quem é participante desta dinâmica (novamente, como a obra de Wei Wei). Com isto, desmistificamos a visão – geralmente sustentada pelos que apoiam o proibicionismo – de

---

[72] Taussig, em seu exercício etnográfico, também soube dar voz às representações indígenas brilhantemente: explorando o espaço de morte enquanto elo entre o mundo material e o mundo transcendental, retratou a cura do xamanismo como subversão ao terror. Os horrores do colonialismo existiram e foram devastadores, mas também existiram narrativas de resistência, insubordinação e regeneração.

[73] Não pretendo entrar em análises sobre uso recreativo e uso prejudicial, problemático ou nocivo. Sobre isso, ver CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 6a. edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

que o paradigma proibicionista existe para lidar com os problemas relacionados às drogas e, que numa abstração imagética sem ele, o tráfico, as organizações criminosas e violência piorariam, originando um cenário desastroso. Ao contrário, o próprio paradigma gera o "problema das drogas".

Outro exemplo de contra-discurso é a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Nunes e Siqueira-Silva (2016, p. 213) colocam que

> Sucessivas propostas de inovação organizacional e terapêutica [...] permitiram confrontos críticos com a monocultura do saber psiquiátrico, mas também com as tentativas de substituir a autoridade desta com a de outros saberes da psique – como a psicanálise e diferentes formas de psicoterapia –, promovendo espaços de afirmação e visibilização dos saberes construídos a partir da experiência de sofrimento e luta daqueles e daquelas que eram designados de loucos ou alienados.

Posteriormente, os autores dizem inclusive que este processo teve como elemento central a **descolonização do saber** e da "invenção de ecologias de saberes[74] que descentram radicalmente a autoridade dos saberes hegemônicos" (NUNES e SIQUEIRA-SILVA, 2016, p. 232).

No que diz respeito especialmente ao campo da saúde, a tradição ocidental vêm construindo modos de lidar com o sofrimento pela medicalização da existência e da vida individual e coletiva (MERHY e FEUERWERKER, 2009). A lógica da "clínica do corpo de órgãos", como denomina Merhy (2007, p. 1), está presente no cotidiano do trabalho em saúde e nas práticas de cuidado. O que a visão crítica da Saúde Coletiva pode fazer, por meio das etnografias, cartografias, dos estudos qualitativos, em sua permanente e indispensável interdisciplinaridade com outras áreas do saber, é justamente desmitologizar a história, descolonizar os saberes. Ayres (2003, p. 85), por exemplo, fala de uma reconstrução das práticas de saúde que leve em conta projetos de felicidade, isto é, os projetos existenciais dos sujeitos que recebem assistência. Merhy (2007, p. 14), por sua vez, fala da necessidade de se redefinir conceitos e saberes e de se disputar novos sentidos, que operem na "micropolítica de produção do desejo, construindo outras possibilidades para olhar e produzir os modos de viver, individuais e coletivos".

Considerando, pois, fundamental os estudos sobre micropolítica, esta pesquisa se alinha à proposta de se ir atrás das redes vivas e dar voz às mentes imaginativas e aos espaços produzidos pelas pessoas:

> Nestes cenários, marcados por códigos específicos e plurais, a solidariedade, as trocas, os compartilhamentos, assim como as disputas e desavenças, vão indicando a

[74] A ecologia dos saberes "tem como premissa a idéia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica em renunciar a qualquer epistemologia geral" (SANTOS apud MATTA e MORENO, 2014, p. 12).

> produção de vida [...]. A proposta é que conheçam o cidadão nas inúmeras existências que ele produz, cruza, dialoga, tenciona, olha, se afeta, cheira, brinca, canta, dança, salta, equilibra, chora, ri, namora, reza, trabalha – enfim, produz existências desconhecidas e/ou não incluídas nos projetos terapêuticos institucionais (MERHY et al., 2014).

No que cabe a uma tarefa coletiva nacional, dentro e para além da Saúde Coletiva, precisamos desmistificar os mitos deste país, tenha sido eles eleitos ou não.

E no que cabe a uma tarefa coletiva internacional, volto-me às considerações sobre saúde global. De acordo com Matta e Moreno (2014, p. 14) "saúde global apresenta, também, contradições próprias da complexidade dos processos de globalização. Ou seja, por um lado, apresenta sua face hegemônica e, por outro, uma posição de luta contra-hegemônica partindo da capacidade de novas estratégias políticas e emancipatórias". Entendendo, portanto, que a saúde global também é um terreno de disputa política e epistemológica, creio que precisamos continuamente integrar as necessidades e alternativas dos diversos locais em direção a construções de redes globais da qual fala Casanova (2007). "Saúde global, portanto, indica a construção de novas estratégias – políticas e epistemológicas – de gerenciar, negociar e ofertar ideias na arena internacional, excluindo a dimensão dos estados-nacionais ao impor a interdependência dos mesmos a partir dos imperativos das necessidades 'globais'" (MATTA E MORENO, 2014, p. 14).

Neste sentido, creio que outra tarefa primordial é a construção de uma saúde global descolonizada. Matta e Moreno (2014, p. 18), em análise que fazem sobre indicadores de saúde global, exemplificam as relações de colonialidade ainda vigentes

> O conhecimento científico é empregado em sua versão regulatória e colonizadora, [...] que identifica, de um lado, conhecimentos, indicadores, avaliações e ranqueamento de necessidades de saúde, perfis de trabalhadores e sistemas nacionais de saúde; e, de outro, as especificidades, os atores, as políticas locais e suas culturas, todas desterritorializadas, mensuradas e hierarquizadas, tomando como parâmetro o pensamento ocidental hegemônico.

Diante desta análise, os autores elaboram uma consideração que creio ser fundamental para levarmos em conta enquanto nosso horizonte normativo: "estes processos trazem à tona a necessidade de responder aos imperativos globais, buscando identificar, nas singularidades das lutas nacionais, formas, modos e estratégias de tradução que possibilitem uma ecologia dos saberes, redescrevendo e atualizando as lutas populares pelo direito à saúde". (MATTA E MORENO, 2014, p. 20). As próprias lutas em prol de políticas antiproibicionistas, nos mais variados territórios e das mais variadas formas, são representativas desta ecologia dos saberes e precisam ser inscritas política e epistemologicamente na saúde global.

Finalizo esta seção com reflexões que tive a partir de uma referência que Hall coloca em seu texto. Sobre esta dicotomia cultural (e, eu acrescento, epistêmica) entre *status quo* e mundo da vida, a passagem diz o seguinte:

> Um padrão recorrente emerge: o "de cima" tenta rejeitar e eliminar o "de baixo" por razões de prestígio e *status* e acaba descobrindo que não só está, de algum modo, frequentemente dependente desse baixo-Outro (...) mas também que o de cima *inclui* simbolicamente o de baixo como constituinte primário erotizado de sua própria vida de fantasia. O resultado é uma fusão móvel e conflitiva de poder, medo e desejo na construção da subjetividade: uma dependência psicológica de precisamente aqueles outros que estão sendo rigorosamente impedidos e excluídos no nível da vida social. É por essa razão que o que é socialmente periférico é amiúde *simbolicamente* central (STALLYBRASS, Peter; WHITE, Allon apud HALL, 2003, p.329, 330).

Influenciado por esta passagem e pelas leituras dos Comaroff e de Garfinkel, coloco duas considerações que considero essenciais: 1) não há algo como um dispositivo proibicionista internacional monolítico, no sentido de ser globalmente uniforme e produzir implicações invariáveis de território para território. Como aponta Vargas (2008, p. 41), este entendimento "propõe que as drogas sejam consideradas como uma categoria complexa e polissêmica que recobre e reúne, por vezes de modo marcadamente ambíguo, como também isola e separa, tantas vezes de modo instável, matérias moleculares as mais variadas". O paradigma proibicionista contém muitas formas de proibicionismo, que variam de local para local, cujas políticas são constituídas, rearranjadas e costuradas de inúmeras maneiras. Ainda mais importante, é ter a noção de que, no micro, as pessoas concebem, encaram e enfrentam o proibicionismo das formas mais variadas e diferentes possíveis – aqui falo tanto das pessoas que usam drogas quanto dos cientistas que estudam a temática. Sobre este ponto, relembro da indexicalidade etnometodológica:

> Uma das premissas de Garfinkel era a de que as práticas dos membros e particularmente suas explicações ocorrem em um contexto particular de biografia, intenção, configuração, tempo e assim por diante. Além disso, quaisquer relatos feitos nesse cenário ganham seu significado para os atores apenas porque os atores entendem o relato como inextricavelmente ligado a essa ocasião e a nenhuma outra. As ciências sociais, no entanto, prometem fazer generalizações sobre eventos particulares. Como tal, eles só podem fazê-lo desconsiderando as proporções indexáveis irremediáveis de contas, interações, etc. (ATTEWELL, 1974, p. 198)

Ou seja, considerando os rearranjos e reconfigurações de tempo, lugar, biografia, etc., há infinitas comensurabilidades de proibicionismo e infinitas possibilidades de narrativas das pessoas que usam drogas em seus contextos proibicionistas, assim como uma série de narrativas antiproibicionistas, a serem escritas e reencantadas pela epistemologia.

2) Os territórios do Sul-Global foram, definitivamente, centrais na construção do proibicionismo. Tomando emprestado um argumento dos Comaroff, acredito que o proibicionismo evoluiu em direção à América Latina. A "guerra às drogas" e mesmo sua

dinâmica econômica não teria logrado seus objetivos tampouco tido tamanho alcance e poder se: a) o governo estadunidense não tivesse direcionado tamanhos esforços políticos, militares e financeiros para o continente b) os grandes oligopólios farmacêuticos da Europa e dos EUA não tivessem explorado as matérias-primas da região e, c) os governos latino-americanos não tivessem importado o modelo de política e a aplicado pela lógica do colonialismo interno. A América Latina é um dos palcos principais, um dos centros do proibicionismo. Alguns poderiam se perguntar qual sentido ou finalidade teria a modificação de perspectiva desta narrativa, descentralizando o Norte Global – já que os eventos e consequências, históricos e atuais, da política continuam os mesmos. Teria sido mudada apenas a forma de contar a história e nada mais? Creio que a mudança de referenciação da história proibicionista vai ao encontro da proposta de história global de Conrad (2016), do olhar que provincializa a Europa de Chakrabarty (2000). Acredito que, sim, ela traz consequência epistemológicas, mas também sociais.

Com relação à epistemologia, é importante destacar que os conceitos que analisei como base ou como cerne do proibicionismo, em sua interface local/global – nomeadamente, a colonialidade do poder/saber e a violência epistêmica –, só o são porque aplicados em nossos territórios por agentes e estruturas locais. Neste sentido, o Sul Global é produtor do proibicionismo na mesma medida em que o Norte Global. Não se trata aqui de um "revanchismo histórico" que, novamente, se baseie na diferenciação do Outro e na hierarquização (até porque este não é um caso de política positiva, mas uma política de morte, como elucidado anteriormente com o auxílio de Mbembe). Trata-se de reconhecer o entrelaçamento da fabricação do proibicionismo assim como nossas particularidades com relação a ele.

Com relação às implicações sociais, creio que a partir do momento que olhamos para esta história "recontada" ou "revisionada" a partir do socialmente periférico em sua perspectiva macro, damos poder ao socialmente periférico na perspectiva micro, no sentido de também enxergar as agências como responsáveis pela construção atual do mundo histórico. Por esta visão, produzimos e somos produzidos por aquela ética inquieta dos insatisfeitos que dá poder ao lócus das redes, dos coletivos, do mundo da vida.

4.3 CONCLUSÕES

Com este capítulo, procurei dar ênfase às agências e modos como as pessoas que usam drogas e os movimentos e redes antiproibicionistas resistem e criam seus modos de existência. Como pontua Biehl (2011, p. 271), "o que está além do biopoder? Atravessando mundos de risco e escassez, limitadas sem serem totalmente sobredeterminadas, as pessoas criam pequenos e passageiros espaços, através e além de classificações e aparatos de governança e controle".

Além de ter narrado algumas destas experiências dos agentes no mundo da vida, procurei refletir também sobre questões epistemológicas, passando pela crítica do olhar científico positivista, secular e racional que foi centralizado e tornou-se hegemônico historicamente; pela construção de epistemologias outras a partir da subalternidade; e pelas implicações na elaboração de ciência e arte, enquanto entrelaçamento inerente entre diversos referenciais e entre artista e produção. Novamente, Biehl (2011, p. 275) nos traz outra passagem valiosa ao ressaltar ainda que "os avanços epistemológicos não pertencem apenas a especialistas e analistas. As experiências cumulativas [...] carregadas por pessoas que navegam nos emaranhados contemporâneos de poder e conhecimento – representam também rupturas epistemológicas que exigem reconhecimento antropológico (Canguilheim, 1998, p. 318, tradução minha)". Neste sentido, a saúde coletiva têm papel fundamental em reconhecer estas experiências que produzem uma saúde descolonizada – isto é, com outras perspectivas, sentidos e projetos –, e visibilizá-las ao máximo, com o intuito de disputar o imaginário coletivo e compor a arena cultural onde saúde, arte e vida ganham significado. Creio que este reconhecimento deva ser um mote das ciências sociais e humanas como um todo – e, indo além, para qualquer área do saber.

É essencial, portanto, que possamos enxergar como os agentes, em seus contextos subalternos, criam as trincheiras por entre as estruturas de opressão. Estas trincheiras são políticas, sociais e epistemológicas e nos apontam caminhos por onde novas e outras modernidades são constituídas. Pelbart (2007, p. 58) coloca que

> aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido a mera passividade, isto é, a vida, aparece agora como um reservatório inesgotável de sentido, como um manancial de formas de existência, como um germe de direções que extrapolam, e muito, as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos.

Por fim, como coloca Veena Das (2007, p. 175, tradução minha) em outras palavras, "esses lugares, então, são particularmente importantes para entender como os estados

gerenciam as populações nas margens, mas também como aqueles que vivem nessas margens navegam pelas lacunas entre as leis e sua implementação". A autora continua, dizendo que

> Como o projeto do estado é sempre um projeto inacabado, ele é melhor observado nas margens, mas essas margens não são simplesmente lugares periféricos – elas correm para o corpo da organização enquanto os rios atravessam um território. No entanto, é perigoso supor que as pessoas nessas periferias são, de alguma forma, objetos passivos de manipulação do Estado. Espero ter mostrado que, mesmo quando projetos de busca de justiça não alcançam os resultados que um processo legal racional e justo teria produzido, a luta por tal justiça molda os processos de estado de algumas maneiras (DAS, 2007, p. 183)

Assim como a autora, espero ter mostrado que os movimentos das agências não são, portanto, meramente reacionais, no sentido de apenas estarem reagindo às estruturas do *status quo*. Independentemente de possíveis resultados esperados ou reconhecidos (enquanto, por exemplo, transformação do *status quo* ou emancipação das pessoas) estes movimentos co-produzem o mundo da vida. As ações dos agentes não se direcionam unicamente à reprodução das estruturas, eles produzem e são produzidos por elas, numa relação reflexiva. Continuo o próximo capítulo com a intenção de retomar esta relação e propor outros olhares a partir dela.

5. DISSIPANDO AS FRONTEIRAS: O QUE EXISTE PARA ALÉM DAS GRANDES NARRATIVAS?

"a significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os 'limites' epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes [...]. É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente [...]. A ponte reúne enquanto passagem que atravessa." (Homi Bhabha)

Precisei trilhar este caminho de oposição, na esperança dele ter sido minimamente dialético e entrelaçado, para chegar a um panorama maior e, talvez, mais verossímil. Porque penso que, se analiticamente este caminho é possível, válido e se nos proporciona instrumentos congruentes para a interpretação da realidade, quando nos voltamos à realidade

ela mesma, este olhar não é mais suficiente. Penso que é necessário voltar aos imbricamentos. Voltar para àquilo que deixamos no meio do caminho para que ele próprio ficasse mais compreensível. Não que este caminho trilhado não tenha servido, muito ao contrário. Tomo-me, novamente, da expressão de Chakrabarty: penso que ele é indispensável e inadequado. Indispensável para reconhecer e analisar a existência de estruturas "invisíveis", porque não materiais, e agências que a disputam – ou ter compreendido, como diz Hall (2003, p. 140), que "os homens fazem história [...] com base em condições que não escolhem"; e inadequado daqui em diante. Creio que, ao final e ao cabo, é necessário voltar aos entre-lugares e às sobreposições que, na verdade, nunca deixaram de existir e de ser o próprio mundo da vida. É necessário estar, novamente, situado neste desconfortável lugar onde as fronteiras são demasiado porosas e se confundem. É necessário se voltar às pontes (ou, talvez, construir algumas).

Uma das bases sobre a qual se construiu esta pesquisa, como delineado no início, foi a exploração de dois caminhos (do macro ao micro e do micro ao macro), que representam, em maior ou menor grau, uma dicotomia entre estruturas e agências. Sob o risco de ironia e também de arriscar criticar meu próprio procedimento analítico, pretendo aqui bagunçar um pouco esta noção, partindo, principalmente, das leituras de Hall (2003) e Bhabha (1998).

Inúmeros são os exemplos de que esta divisão atende apenas a um caráter analítico, não sendo, de maneira alguma, empírico, quando olhamos para o mundo da vida: diversas agências podem ter o papel de reprodutoras das estruturas (diversos policiais e membros do Judiciário atuam sob a lógica do *status quo* em suas vivências); diversas outras agências podem, paradoxalmente, desafiar a lógica das instituições de repressão que representam (como policiais militares que se posicionam a favor da desmilitarização da Polícia Militar); estruturas coercitivas podem ter caminhos abertos pelos e para os agentes (como audiências públicas em instâncias do Estado ou verba de Ministérios destinada à coletivos e associações civis); agentes em representações individuais ou coletivas, como movimentos sociais, podem transformar ou mesmo participar de instâncias do *status quo*; entre numerosos outros exemplos.

Tais constatações mostram que as fronteiras entre Estado e sociedade civil ou entre estrutura e agência são demasiado porosas. Penso que seguir estas divisões pode, novamente, ser um instrumento analítico pertinente e nos proporcionar importantes entendimentos, porém o mundo da vida, conectado, sobreposto, retalhado, mostra-nos que as realidades são mais complicadas que as teorias. Como coloca Hall (2003, p. 326, grifo meu): "Onde estaríamos, conforme bell hooks comentou certa vez, sem um toque de essencialismo ou sem o que

Gayatri Spivak chama de essencialismo estratégico, um momento necessário? A questão é se ainda estamos nesse momento, **se esse constitui ainda uma base suficiente** para as estratégias das novas intervenções". Creio que alguns essencialismos (estratégicos) desta pesquisa, se é que posso chamar assim, foram necessários, porém não constituem uma base suficiente.

Em resumo, para o que vale ao tema da pesquisa, penso que ter caminhado por esta divisão analítica nos foi importante para 1) estabelecer e analisar diversas estruturas que criaram e mantiveram o proibicionismo, fundamentalmente nos territórios colonizados e subalternizados, em seu viés político, cultural e epistemológico racistas, baseadas na colonialidade do poder, no colonialismo interno e na violência epistêmica 2) dar poder ao lócus das agências e mostrar como, individualmente e coletivamente, as pessoas que usam drogas e os coletivos e movimentos em torno delas, podem perturbar ou ir além do paradigma proibicionista, instaurando mundos e epistemologias outras. De agora em diante, penso que confundir e esmaecer estas divisões vão nos levar a um conjunto de outras conclusões, que não se oporão às já realizadas, mas que irão justamente se acrescentar a elas, complementá-las e desenvolve-las.

Retomo àquela passagem citada de Stallybrass e White (apud HALL, 2003, p. 329 e 330), em que os autores discorrem sobre uma forma de compreensão dialógica ao invés de estritamente de oposição, que ilustra bem esta seção. O "de baixo", o subalterno, pode ser socialmente periférico, mas de várias formas existe numa relação cingida com o "de cima", o *status quo*, e está sendo continuamente requerido por ele – a ponto de ser simbolicamente central. É como os anjos da História caracterizados anteriormente: existem entrelaçados e porque entrelaçados. Isto faz com que as concepções até então separadas de estruturas e agências, possam se tocar a partir de agora.

Neste sentido, a definição de Estado, por exemplo, ganha contornos fluidos. Não mais tão definido como um ente fixo do *status quo*, "ele se torna não uma coisa a ser apoderada, derrubada ou 'esmagada' [...]. Mas uma formação complexa, foco de uma variedade de estratégias e lutas, pois é uma arena de distintas contestações sociais" (HALL, 2003, p. 300). De fato, é apenas a partir deste olhar que podemos interpretar os imbróglios que acontecem no âmbito do Estado, as diversas tensões, contradições e realidades que existem dentro dele. Hall propõe, então, que repensemos o Estado por meio de uma articulação entre diferença e unidade:

> [...] o estado condensa práticas sociais muito distintas e as transforma em operações de controle e domínio sobre classes específicas e outros grupos sociais. A maneira de chegar a essa concepção é não substituir a diferença pelo seu oposto especular, a

> unidade, mas repensar ambas em termos de um novo conceito – a articulação (HALL, 2003, p. 154)

Quando estive presente na *24ª Harm Reduction International Conference,* conheci a história de Liz Evans, co-fundadora do *InSite*, o primeiro centro legal de injeção medicamente supervisionada da América do Norte, no Canadá. O serviço tem como base a lógica da redução de danos e conta com cabines de injeção e seringas disponíveis aos usuários de drogas injetáveis, além de abranger profissionais da saúde pública e assistência social e trabalhar em conjunto com outras políticas públicas. Liz contou como o serviço foi concebido em 2003 e a série de dificuldades que enfrentaram a partir de 2006, ano em que um governo conservador foi eleito no Canadá. Entre 2006 e 2011, uma série de disputas legais ocorreu entre o governo e o serviço, que foi ameaçado de fechar inúmeras vezes. Em 2011, o caso ganhou a Suprema Corte do país, quando todos os juízes votaram a favor do *Insite* garantindo a permanência deste serviço que se tornara referência para as pessoas que usam drogas e para os ativistas do antiproibicionismo.

Este caso é simbólico para pensarmos o Estado a partir desta articulação da qual fala Hall. Por mais que o Estado canadense, representado por um governo conservador, estivesse levando a cabo este domínio sobre certos grupos sociais e suas vivências, a partir das lutas políticas a favor da diferença, e pela diferença, estes grupos conseguiram estabelecer tamanha pressão sobre a mídia e o Judiciário (ocupando os espaços públicos, disputando as narrativas oficiais), que garantiram a sobrevivência de um serviço feito para eles, que contemplasse suas práticas e desejos. Os ativistas não se apoderaram ou derrubaram o governo conservador, mas integraram este arena de contestação social que é o Estado, logrando seu objetivo de preservar o *Insite*. As vivências destes agentes, suas vontades e resistências em preservar suas práticas, representaram elas mesmas um limite às ações teleológicas do Estado. Novamente, um exemplo da porosidade existente entre dicotomias que se mostram extremamente dialógicas na construção do mundo histórico.

Neste sentido, trago algumas considerações sobre caminhos possíveis vislumbrando o porvir. Devo dizer, antes, que não era intuito original desta pesquisa explorar potenciais vias de atuação, epistemológicas, culturais e sociais, no que concerne a mudança do paradigma proibicionista (que, aliás, são constantemente circunscritas aos termos "descriminalização" ou "legalização", que acabam por não abarcar inúmeras possibilidades[75]), além da obviedade de

[75] Acredito, inclusive, que este é um imbróglio quando falamos em caminhos possíveis para além do proibicionismo. Em primeiro lugar, a forma que políticas podem assumir são inúmeras (por exemplo, há diferentes modelos que são aplicados em países como Uruguai, Portugal, Holanda e em certos estados dos Estados Unidos), assim como podem ou não ser propícias às pessoas que estão às margens do Estado, em

serem urgentemente necessárias – sendo este um debate complexo e profundo por si só e necessitando de conhecimento de diversos campos do saber. E, de fato, tais reflexões não estão no conjunto de interesses principais desta pesquisa e, muito menos, terão conclusões precisas. Porém, passando por textos pós e de-coloniais e sempre tendo como utópico horizonte de Galeano políticas que coloquem as pessoas que usam drogas no centro do debate e diminuam seus sofrimentos, não pude deixar de pensar em certas questões com relação à caminhos outros que não o proibicionista.

Quando se fala em outras políticas de drogas, associamos que este processo passa necessariamente pela atuação das instituições do *status quo*: ativamente pelo Estado, que se encarregará disto pela via do Direito e por políticas no âmbito de saúde pública; direta ou indiretamente pela empresa capitalista que encontrará instrumentos de lucrar com isto de alguma forma; pela mídia e pela família burguesa que se posicionarão diante disto, etc. Afinal, ao menos debates recentes sobre liberdades individuais (como casamento gay, eutanásia, criminalização da homofobia, entre outros) no Brasil, vêm ocorrendo, principalmente por uma via comum de judicialização, passando pelo convencimento da opinião popular por meio da mídia. Pensar em questões como o uso de drogas, portanto, que entrelaça o público e o privado, é pensar, inevitavelmente, em como as instituições do *status quo* vão tratar o tema e em probabilidades de ganho/perda/cooptação pelo ponto de vista dos movimentos sociais e pessoas atingidas. No jogo de forças político-institucional, considerando as devidas assimetrias de poder, pensamos, pois, em termos do que pode ser aprovado, como, sob quais condições e formas.

Porém, pelas reflexões desta seção, que tendem a tornar nebulosa as separações feitas no decorrer da pesquisa, minhas inquietações, neste momento, são: poderíamos ir além do que é colocado pelas instituições – que continuam a produzir e reproduzir padrões da colonialidade, principalmente em territórios latino-americanos? Quais seriam possibilidades outras para se pensar condições e lógicas que não a proibicionista, com outros agentes? Óbvio que o Estado deve tomar medidas jurídicas como *sine qua non* à descriminalização. E é óbvio também que a disputa pelas vias do Estado de Direito e mesmo outras instituições são indispensáveis, são formas legítimas e necessárias de luta política. Um dos caminhos, sem dúvida, é exigir que políticas repressoras e indignas sejam extirpadas e que deem lugar à políticas públicas de qualidade, que verdadeiramente contemplem os cidadãos. Mais ainda,

---

contextos de sofrimento social. Por trás dos termos "legalização" e "descriminalização" as possibilidades materiais de políticas são incontáveis. Além disto, quero explorar também os outros tipos de caminhos, principalmente culturais, menos debatidos, mais acobertados, mas tão centrais quanto o macro político.

trabalhar pela descolonização destes aparatos estatais. Ainda assim, o que mais é possível? Hall (2003, p. 326), discorrendo sobre esse movimento para além do essencialismo, coloca que

> O que esse movimento burla é a essencialização da diferença dentro das duas oposições mútuas ou/ou. O que ele faz é deslocar-nos para um novo tipo de posição cultural, uma lógica diferente da diferença, para resumir o que Paul Gilroy tão vividamente pautou na agenda política e cultural da política negra do Reino Unido: os negros da diáspora britânica devem, neste momento histórico, recusar o binário negro ou britânico. Eles devem recusar porque o "ou" permanece o local de contestação constante, quando o propósito de luta deve ser, ao contrário, substituir o "ou" pela potencialidade e pela possibilidade de um "e", o que significa a lógica do acoplamento, em lugar da lógica da oposição binária.

Tento, neste momento, então, fugir da lógica binária excludente e utilizar o "e". Penso que o caminho de habitar as fronteiras, de se fortalecer as pontes é, definitivamente, potente para se pensar alternativas antiproibicionistas. Vem-me à cabeça, por exemplo, agentes que ocupam espaços de poder, de forma permanente ou temporária, nas instituições representativas do *status quo*. Trago o que acredito ser um caso simbólico, da professora Gilberta Acselrad, mestre em educação e especialista em saúde pública, quando entrevistada pela GloboNews, em 2010. A emissora, por meio de sua âncora, divulgava um estudo que dizia que quase metade dos universitários brasileiros já tinha usado drogas e tecia uma série de comentários em direção à necessidade e incremento do paradigma proibicionista. A professora, na época membro do Núcleo de Estudos Drogas e AIDS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disputou aquela narrativa proibicionista de forma brilhante, destacando em sua fala inúmeros aspectos contraditórios e hipócritas do proibicionismo e visibilizando outro paradigma que contemple as liberdades individuais e que utilize a educação para a autonomia.

Necessito compilar alguns trechos desta entrevista[76] e explorar alguns pontos.

> Gilberta: O problema, de fato, não é usar a droga [...]. o problema é o da perseguição às drogas. A política antidrogas que vigora não só no Brasil [...], tornou algumas drogas ilícitas e tem como ideal um mundo livre de drogas. Esse mundo nunca existiu e nunca existirá.
> Repórter: A senhora, então, é partidária daquele grupo que é a favor da liberação?
> Gilberta: A gente chama na verdade é da legalização das drogas [...]. Qual seria o papel do Estado com a legalização? Seria controlar a elaboração, a qualidade de todas as drogas que existem [...], ajudar as pessoas que se sentirem prejudicadas, que sofram por esta liberdade, que é uma liberdade social.
> Repórter: Isso é uma questão polêmica, que a gente pode até combinar uma outra entrevista só sobre este assunto [...]. Como é a melhor maneira de lidar com os jovens, de tentar diminuir ou prevenir ou evitar que este jovem se torne um viciado?
> Gilberta: [...] as drogas não são uma doença infecciosa. Não adianta você divulgar a importância, o objetivo central da abstinência, porque quem não pode, não quer ou

[76] MAIN AD. **Professora fala sobre maconha e outras drogas no Globo News**. Brasil: Youtube, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FHLBPdNlcos>. Acesso em: 20 maio 2019.

> não consegue ser abstinente, fica fora do seu projeto de educação. Então, o caminho é a educação para a autonomia [...].
> Repórter: Mas olha só, parece um pouco assustador, né? Parece, enfim, quase como uma atitude normal deixar que eles experimentem [...].

Em sua primeira fala, Gilberta desmistifica o inalcançável objetivo que os defensores da política de drogas proibicionista elegeram, o mito do mundo livre de drogas. Em seguida, a repórter faz questão de "outrificar" a professora, isto é, separá-la ideológica e politicamente, submetendo-a à pertença de um outro grupo – um mecanismo que podemos associar à prática de invenção do Outro, explorado anteriormente. A professora passa a explicar o que seria uma outra política que não a baseada no proibicionismo, com a intenção de evidenciar os seus benefícios e a repórter tenta, então, desvirtuar o assunto, outro mecanismo que podemos associar à prática de silenciamento, também supracitado. Além disto, a repórter traz a famigerada e menosprezante imagem do viciado associada à da doença do vício. A resposta da professora objetiva, novamente, desmistificar estas percepções sociais e, mais uma vez, mostrar que um outro caminho é possível, ao que a resposta da repórter desconsidera, apelando a uma linguagem que lembra o trecho do discurso de Richard Nixon, compilado previamente, adjetivando aquela ideia como "assustadora".

Em outro momento da entrevista:

> Gilberta: Você consumir maconha hoje em dia, quando o mercado é ilegal, então você não tem um controle de qualidade da maconha, ela vem misturada com outras substâncias...
> Repórter [interrompendo a entrevistada]: Mas a maconha por si só é perigosa.
> Gilberta: Não, nenhuma droga por si só é perigosa. O que é perigosa é, por exemplo, a cocaína no mercado ilegal misturada com pó de mármore, isso é altamente perigoso. A maconha misturada com amônia...
> Repórter [interrompendo a entrevistada]: Eu discordo um pouco da senhora. Eu acho que a droga, pela própria definição é um alucinógeno, é uma coisa que pode levar um adolescente, pode criar dependência química, pode criar dependência emocional, então a senhora me desculpe [...]. Tenho dois filhos jovens, a minha tendência é tentar ver se essas pessoas, se os jovens, de uma maneira em geral, podem ficar mais distantes da droga do que estão hoje [...]. Eu acho que é preciso alertar o jovem, na medida em que ele aceita fazer uso, ele está correndo muito risco, não só porque é ilegal, mas porque aquilo vai fazer mal ao corpo dele, ao cérebro dele.
> Gilberta: Talvez, neste momento, o que mais eu aconselharia a um jovem é participar de debates, é participar de movimentos de esclarecimento sobre o que se tornou, hoje em dia, um problema, porque no passado não foi assim. O caos que nós vivemos com as drogas é um caos recente em termos históricos, ele tem no máximo cem anos.

Neste trecho, outra vez, podemos ver como a repórter personifica o imaginário coletivo de que a droga é "por si só perigosa" e que seria um risco ao corpo e ao cérebro, enquanto a professora Gilberta contrapõe cada uma destas percepções a uma ideia outra de droga e política pública. Retomando àquela reflexão de Ezowanne sobre diferentes pontos de partida interpretativos, creio que a professora Gilberta adota justamente um outro ponto de

partida interpretativo diante das visões e perguntas da repórter: não o de quem está "ameaçado pelo flagelo das drogas e dos viciados", mas o de quem pode fazer uso destas substâncias, o de quem não opta pela abstinência, o de quem tem problemas diante do uso de drogas. Esta tentativa de diálogo, evidentemente mais pretendido por parte da professora, exposto em rede televisiva aberta, em que narrativas podem ser disputadas, é uma forma de ocupar uma arena permeada por diversos agentes, ideologias, imaginários e visibilizar ciências, cosmologias e culturas não hegemônicas.

Penso, ademais, nas mídias alternativas, que estabelecem um contraponto à mídia hegemônica analisada neste estudo. A internet e o uso de aplicativos, tão representativos dos tempos atuais, têm sido utilizados tanto a favor de um ambiente ameaçadoramente incerto, em que predominam as *fake news* (fato que também vem sendo estudado sob o termo "pós-verdade"[77]), quanto a favor de narrativas contra-hegemônicas, vindas, principalmente dos movimentos sociais e coletivos da sociedade civil. Penso que as reflexões de Hall nos ajudam a caracterizar o que acontece neste instrumento cultural tão marcante, para além de uma visão dicotômica de "dominação" *versus* "emancipação" ou de "perde-ganha":

> Não quero sugerir, é óbvio, que podemos contrapor à eterna história de nossa própria marginalização uma sensação confortável de vitórias alcançadas – estou cansado dessas duas grandes contranarativas. Permanecer dentro delas é cair na armadilha da eterna divisão ou/ou, ou vitória total ou total cooptação, o que quase nunca acontece na política cultural, mas com o que os críticos culturais se reconfortam [...]. A hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura (não é isso que o termo significa); nunca é um jogo cultural de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não se retirar dele. (HALL, 2003, p. 320 e 321).

Comentei anteriormente sobre a página de *Facebook* do coletivo "A Craco Resiste", que visibilizava os atos violentos perpetuados pela Guarda Civil Metropolitana na região da Cracolândia, em 2017. Penso que esta página se mostrou como um importante veículo de mídia que se diferenciava dos demais canais hegemônicos ao visibilizar as pessoas que usam drogas, os frequentadores da *Craco*. A página representava, portanto, uma narrativa daquelas agências frente ao projeto colonialista levado à cabo pela Prefeitura da cidade. Ademais, diversas manifestações, rodas de conversa e atividades culturais eram realizadas no local, descritas e analisadas por Roberta Costa (2017) em sua etnografia, e divulgadas justamente pelas mídias sociais. Penso que, neste sentido, a própria internet é uma fronteira (não é

---

[77] FÁBIO, André. O que é 'pós-verdade', a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. **Nexo**, [*S. l.*], 16 nov. 2016. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford. Acesso em: 25 maio 2019.

possível defini-la nem à estrutura nem à agência) importantemente ocupada e disputada – não do ponto de vista de uma divisão ou/ou, mas por uma perspectiva situacional "do equilíbrio de poder nas relações da cultura", pela definição supracitada de Hall. Creio que canais como os da "A Craco Resiste", assim como as mídias sociais das associações e coletivos já citados anteriormente, entre tantos outros sites, canais de *Youtube*, plataformas digitais, etc., são importantes meios de se mudar as disposições e configurações de poder do campo cultural sem se retirar dele, como diz Hall.

Outro exemplo que foge do binarismo condescendente é o de Zoraide Vidal. Conheci a história desta mãe no evento "As Incoerências da Proibição", organizado pela Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas, em abril de 2019, realizado na Companhia Pessoal do Faroeste, em São Paulo/SP. A filha de Zoraide, policial civil, foi morta aos 24 anos. Na época ela estava grávida, foi torturada e depois teve seu corpo queimado na favela de Magé, Rio de Janeiro/RJ. Após a morte da filha, Zoraide fundou a Associação Mãe de Polícia, destinada a apoiar famílias de policiais que foram mortos. No evento, Zoraide falou sobre a morte da filha e sobre o Estado proibicionista que, além de matar pela justificativa do tráfico de drogas, também não dá segurança aos policiais e suas famílias. Testemunhamos suas dores. Ela disse que entendia "os dois lados" por ser mãe de uma policial que trabalhava para o Estado, ao mesmo tempo em que teve sua filha morta por conta da atuação deste Estado.

É sintomático o fato de a própria Zoraide ter se colocado neste entre-lugares, na posição de quem entendia "os dois lados", estrutura e agência. Penso que, por mais que seu discurso destacasse o trabalho de sua filha e as violências do Estado, ela não caia na armadilha de os reificar. Ainda assim, Zoraide mantinha-se a favor de outra política que não a atual, precisamente desta perspectiva de vínculo com "os dois lados". Creio que sua Associação, sua vivência e seu testemunho foram por si só um exemplo de via fronteiriça que não somente é crucial que seja levado em conta como também estabelece esta ponte de onde podemos bagunçar a análise entre estrutura e agência.

Penso que esta via de reconhecer e caminhar pelas fronteiras está além de centralizar o macro e idealizar o micro. Afinal, o consumo de drogas tido como ilegal, assim como as lutas e vivências das pessoas que as utilizam e dos ativistas e coletivos em seu entorno, existe dentro do próprio Estado proibicionista. Este é outro um exemplo da porosidade da relação estrutura-agência. Franco Rotelli, ao discorrer sobre a lei da RPI, teve um relato sintomático do que estou tentando argumentar: "para aqueles que fizeram de verdade esta luta, provavelmente, a lei foi um momento difícil: na realidade, muitos se iludiram pensando, a partir de então, que caberia ao Estado fazer as coisas que, antes da lei, eram feitas pelas

pessoas, e isso, obviamente, foi um erro trágico" (ROTEELI, 2014, p. 154). Rotelli coloca, pois, como ter esperado mudanças permanentes unicamente em termos macro-estruturais foi uma falha. Houve toda uma luta social e comunitária por trás da conquista da lei, mas a partir dela, foi-se expectado o suposto terreno seguro das Políticas de Bem Estar Social como obrigações do Estado moderno ocidental, o que mostrou-se ilusório.

No que confiar ou por qual caminho seguir, quando não há segurança ou respostas fixas no macro e suas estruturas tampouco "poder político suficiente" no micro e suas agências? As próprias experiências italiana e brasileira de Reformas Psiquiátricas mostram a mistura, a simbiose entre as atuações das instituições e dos agentes, interconectadas no mundo da vida. Mais para frente em seu estudo, Rotelli diz que foi muito importante as associações de cidadãos, de familiares e grupos de luta para implantar a lei de reforma italiana e que o processo de implementação da lei "continua através da mobilização de forças sociais" (ROTELLI, 2014, p. 153). Estou sugerindo justamente pensar a partir das fronteiras entre estruturas e agências, a partir deste entre-lugares. Os exemplos que dei vão neste sentido. Penso que este é o lugar mais "estável" que se pode haver, não no sentido de ser fixo, porque é fundamentalmente oscilante, movediço, mas no sentido de proporcionar constructos mais verossímeis, mais concebíveis. Não há dúvidas de que este é um lugar demasiado desconfortável – primeiro por nos empurrar para além da dicotomia que nos parece o caminho automático e, segundo, por não nos trazer, necessariamente, materialidades políticas –, mas penso ser uma zona criativamente vigorosa. Darei (na verdade, retomarei) um último exemplo com o intuito de que este caminho se torne minimamente palpável.

Em suas considerações sobre a RD no Brasil, cujas passagens compilei no capítulo 4, Passos e Souza (2011, p. 159) acrescentam que "a cooperação em rede fundou uma plataforma política situada entre as ações locais disparadas pelas ONGs (associações) e a máquina do Estado, criando um atravessamento entre as mesmas". Os autores (2011, p. 159) continuam dizendo que "essa relação paradoxal da RD com o Estado leva à construção, na prática concreta dos redutores de danos, de um novo sentido de política pública, não mais identificada à política de Estado ou política de governo. Tal sentido de público se expressa doravante como gestão do comum (Benevides & Passos, 2005)". A rede de RD no Brasil, portanto, construiu esta forma híbrida de política pública articulada entre Estado e agências organizadas em coletivos. Se, como diz Hall, fazemos história com base em condições que não escolhemos, talvez estas formas híbridas, articuladas e fronteiriças sejam as melhores opções possíveis para se fazer história.

Isto me leva à última reflexão desta seção. Antes de adentrar profundamente neste mar revolto da interdisciplinaridade e das teorias pós e de-coloniais, que defini no início do estudo, meu olhar estava condicionado a ver a experiência brasileira (ou mesmo latino-americana) com relação à dinâmica das drogas, em primeiro lugar, como incontestavelmente subalterna. Por este adjetivo, quero dizer que enxergava nossa experiência como fundamentalmente passiva, isto é, vinculada à colonialidade do poder da complexa rede global na qual estamos inseridos, cuja política antidrogas foi importada seguindo o padrão "*West to the Rest*". E, em segundo lugar, insistia em enxergar essa experiência como inferior, menos moderna, ou não moderna em absoluto, principalmente pelo fato de (sobretudo, na América Latina) não termos garantia alguma do Estado, que continua reproduzindo o padrão de poder por meio do colonialismo interno e matando suas populações indígena e negra. Creio que havia caído na traiçoeira armadilha da colonização epistêmica. E penso que este pensamento pode ser desmistificado por Bhambra (2007) e, com quem eu inicio, Shalini Randeria (2002).

Randeria, ao analisar os arranjos da sociedade civil no que diz respeito ao que denomina de "justiça informal" na Índia pós-colonial, coloca que eles revelam

> a existência de uma fratura de soberania dentro do estado-nação que os debates acadêmicos e políticos contemporâneos sobre um código civil uniforme na Índia obscurecem [...]. Manter a ampla variedade e as instituições híbridas de justiça informal e pluralidade jurídica em mente permitiria um mapeamento dos contornos mutáveis das relações entre Estado e sociedade civil, juntamente com mudanças na fronteira entre as esferas pública e privada (RANDERIA, 2002, p. 23, tradução minha)

Trago esta reflexão para o nosso território (algo que a proposta decolonial questionaria) no sentido de pensar as fronteiras entre Estado e sociedade civil com relação às drogas. Penso que as ONGs e coletivos brasileiros citados anteriormente não apenas lutam por demandas do Estado: eles mesmos promovem suas vivências, experiências e territórios dentro do Estado e elas, por sua vez, desafiam a divisão tradicional público *versus* privado. Creio, pois, que a ideia de se organizar política e socialmente para "mudar o mundo" é já estar fabricando outro mundo. Demandar políticas ou paradigmas outros não é o cerne dos movimentos sociais; seu cerne é o de já estar fabricando outras normas, vivências e epistemologias. Em outras palavras, a resposta não virá das resistências, as resistências são as respostas[78]. Como aponta Pelbart (2007, p. 58), "essa potência de vida disseminada por toda parte nos abriga a repensar os termos de resistência hoje. Poderíamos resumir este movimento

[78] Aqui, lembro de outra frase de Wei Wei: "A liberdade não é uma condição absoluta, mas um resultado da resistência."

do seguinte modo: ao poder sobre a vida responde a potência de vida". Estas considerações se relacionam com as reflexões da seção anterior sobre micropolítica, no sentido de procurar e ser respostas para além do Estado.

Penso que Randeria (2002, p. 27 e 28, tradução minha, grifos meus) traz um sopro de ar fresco especialmente para contextos e territórios onde a colonialidade do poder/saber se faz presente, ao dizer que

> ideias, valores e instituições tradicionais não são traços residuais de um passado em fuga em contextos coloniais e pós-coloniais, mas características constitutivas da vida moderna [...]. [O estudo da autora] mostra como a dicotomia "tradicional"-"moderno" se encaixa na fácil mistura cotidiana de discursos e práticas postulados como opostos contraditórios em teorias de modernização [...].O estado astuto [...] opta por exercer soberania seletiva e parcial sobre seu território e seus cidadãos. No entanto, o que apareceria na teoria liberal, e a partir de uma perspectiva estadista, como o fracasso do Estado, ou sua fraqueza, também poderiam ser vistos como uma **oportunidade**. A ausência de hegemonia do Estado em algumas áreas da vida social, juntamente com sua incapacidade, ou falta de vontade, de colonizar completamente o mundo da vida de seus cidadãos, também fornece um espaço para **imaginários dissidentes**. Em vez de buscar soluções estadistas baseadas em modelos ocidentais, o desafio é ser capaz de desenvolver alternativas e experimentá-las, como ferramentas de uma nova **imaginação moral e social** sensível às texturas e ritmos das modernidades desiguais na Índia.

Essa excepcional passagem da autora me causou *loopings* reflexivos. Acredito que ainda estamos demasiado imbuídos na narrativa eurocêntrica do Estado moderno na América Latina. Continuamos com a sensação de que nossos Estados "ainda não chegaram lá". E, então, se eles não assumem certos "transtornos" ou "dilemas" da vida social, vemos isto como um problema, algo a ser consertado, ou estágio que ainda não alcançamos. Afinal, nossos centros de referência continuam estadunidense-e-euro-cêntricos. Bhambra (2007, p. 72, tradução minha) é outra autora que argumenta que "a abordagem comparativa exacerba o problema do eurocentrismo, ignorando (e até mesmo excluindo ativamente, por meio do uso de tipos ideais) as histórias conectadas e entrelaçadas que constituem a base de um entendimento adequado do contexto global dos processos sócio-históricos". Como coloca a autora (2007, p. 74), quando diferenças são percebidas a partir de uma norma do que se é tradição/modernidade, ou elas são tratadas como "desviantes" ou como "transitórias", "atrasadas". Como argumentam as duas autoras, entretanto, existem diferentes significados de ser moderno e diferentes modernidades. Os processos sócio-históricos precisam ser entendidos enquanto globais e conjunturais, com fontes e raízes diferentes e conectadas (BHAMBRA, 2007, p. 76). Pelas palavras de Chakrabarty (2000), não estamos relegados à "sala de espera da História".

Penso que como lidamos com nossos problemas, sob as condições e com as formas que lidamos, é o que faz estarmos criando a nossa modernidade interconectada com o global.

E creio que a construção local do nosso mundo-histórico com relação à dinâmica das drogas é realizada, sobretudo, nesta conjunção fronteiriça entre estrutura e agência, entre 'tradição' e 'modernidade': pelas redes, pelos coletivos, pela resistência, pela judicialização, pelas manifestações culturais, pela mídia hegemônica e pelos canais contra-hegemônicos, pelas trincheiras do Estado, pelas vias legais e ilegais. Creio ser evidente, entre aqueles que defendem a dignidade humana, que o objetivo último com relação à dinâmica política e cultural das drogas deva ser a diminuição do sofrimento das pessoas, a des-normatização de uma cultura colonialista e racista, a des-disciplinarização e des-aprisionamento dos corpos e das práticas, seja isto feito de forma coletiva pelos agentes ou em políticas públicas pelo Estado. Meu argumento é justamente fugir do "ou/ou", utilizar o "e" do qual fala Hall anteriormente; creio que estes caminhos são, na verdade, articulados, em certos tempos talvez mais às agências, em outros talvez mais às estruturas, mas eles estão continuamente interligados.

Penso que o que importa aqui são dois pontos cruciais: 1) o reconhecimento das trincheiras, que são a morada das agências e das imaginações dos subalternos e, como tal, nunca podem ser relegadas, socialmente ou pela epistemologia (que frequentemente se foca nas tentativas de transformação do macro). Óbvio que estes territórios, práticas e performances podem estar sujeitos à repressão do Estado e a tantas disputas e restrições do macro, mas ainda assim suas potências desembocam na construção de mundos possíveis e persistem no mundo da vida quando não há garantias do macro. São, como colocado em passagem acima, socialmente periféricos mas simbolicamente centrais. 2) A necessidade de revisarmos este condicionamento mental, cultural e epistemológico que insiste em colocar nossas experiências e territórios na posição de –sub, desviante e atrasada. Retomando as partes grifadas da passagem de Randeria, o que poderia ser interpretado como fracasso do Estado por uma visão liberal ou estadista, pode ser vista como uma oportunidade. Nossas experiências de modernidade são lugares férteis de imaginações dissidentes que, por sua vez, nos dão a chance de desenvolvermos imaginações morais e sociais que desafiem o modelo e a visão de mundo ocidentais e eurocêntricos. Creio que precisamos saber fluidificar nossas referências: quando questionamos os nossos nortes, quando os reposicionamos, é quando podemos vislumbrar caminhos que não faziam sentido até então e que podem se mostrar mais pungentes e adequados.

Creio que a indicação de Bhabha sobre o que seria este "ir além", ao qual se propõe esta seção, é fundamental:

> Estar no "além", portanto, é habitar um espaço intermediário, como qualquer dicionário lhe dirá. Mas residir "no além" é ainda, como demonstrarei, ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunidade humana, histórica; tocar o futuro em seu lado de cá. Nesse sentido, então, o espaço intermediário "além" torna-se um espaço de intervenção no aqui e no agora [...] O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com 'o novo' que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural [...]. Ela renova o passado, refigurando-o como um "entre-lugar" contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. (BHABHA, 1998, p. 27).

Penso que é necessário (d)escrever nossas trincheiras antiproibicionistas e, ademais, nossas narrativas de modernidade (seja na saúde global, seja em outras áreas do saber ou mesmo em outros aspectos da vida social) para além de algo "que não deu certo", "que não se completou". Precisamos revisionar nossa cultura, refigurar nossas experiências provenientes das contingências que tanto nos incomodam. No que concerne a temática das drogas, penso que podemos redescrever nossa experiência sob esta perspectiva: as imaginações, lutas e resistências dos agentes em constante disputa, remarcação e articulação com o *status quo*, numa relação permanente entre o Estado e a sociedade civil, entre o 'tradicional' e o 'moderno', é precisamente o que fabrica nossa modernidade; é o centro de nossa resposta antiproibicionista; é nosso caminho de construção do mundo histórico. Jean e Jonh Comaroff (2010, p. 37 e 38) colocam:

> Em suas dimensões hegemônicas, qualquer cultura se apresenta, de fato, como relativamente coerente, sistêmica, consensual e imbuída de autoridade. Afinal, quaisquer formas que sejam impelidas pela força do hábito são naturalizadas e incontestáveis; parecem de fato eternas e universais – ao menos para o presente curso, a despeito de quão longo este possa vir a ser. Mas há sempre forças compensatórias atuando em paralelo: dialetos divergentes, estilos incongruentes, moralidades e visões de mundo alternativas. Às vezes implicam disputas abertas pelo poder, às vezes emergem em paródias, às vezes se expressam em atividades mundanas de intenção e consequência indeterminadas. Qualquer que seja, a conclusão é clara: com uma visão suficientemente flexível de cultura, poderemos começar a compreender por que a vida social se manifesta em toda parte como dualista, simultaneamente organizada e desordenada.

Ao descrever detalhes do cotidiano da Cracolândia em sua etnografia, Calil utilizou algumas vezes a expressão, tão brasileira, de "fazer um gato", "puxar o gato", cuja prática, em sentido restrito, significa tomar alguns fios da fiação elétrica para obter energia, luz ou internet de graça (esta expressão, aliás, que bem reflete o conceito de indicialidade na linguagem, geraria ótimas reflexões para a etnometodologia[79]). Permitindo-me uma

[79] "As expressões que os atores empregam nos seus atos interacionais estão carregadas de indicialidade, ou seja, são formadas de expressões que somente ganham significado a partir do conhecimento do contexto local onde elas são produzidas. A indicialidade é assim essa incompletude que toda palavra possui. Ela precisa estar situada num contexto específico para revestir-se de significado (Votre & Figueiredo, 2003, p. 5)" (GUESSER, 2003, p. 160)

associação micro-macro, um tanto irônica e, dando um sentido amplo à expressão, que pode significar "dar um jeito em algo", de maneira inovadora e criativa (talvez passando por cima do permitido ou do normativo), penso que nosso exercício deve ir no sentido de considerar "fazer um gato" uma de nossas práticas sociais e políticas de modernidade. Afinal de contas, estamos rodeados de "gatos" feitos em nosso território, sejam eles realizados no cotidiano dos agentes, sejam eles realizados em ações políticas e sociais maiores; talvez esta seja a porção desordenada de nossa manifestação cultural, como colocam os Comaroff acima. Penso que em nada nos auxilia considerá-los "inferiores" ou "atrasados", muito ao contrário. Não construímos nosso mundo histórico mesmo que ainda "fazendo o gato" ou apesar de "puxar um gato", construímos nossa modernidade justamente "puxando o gato".

Por fim, sinto ser necessário dizer que escrever num momento em que ser faz presente um governo repressivo e conservador, para dizer o mínimo, é complexo. Entendo agora, mais do que nunca, como os tempos históricos também ajudam a definir os olhares, as perspectivas e as teorias. Em um período em que os direitos e políticas públicas estão ou desmoronando ou sob o risco de desmoronar, e em que narrativas e realidades estão sendo fabricadas de forma a propagar o ódio, nosso olhar é diretamente influenciado e passa a se assustar com a fragilidade de nossas construções políticas e epistemológicas. E, talvez, pensar em termos de articulação com o Estado, neste momento, seja demasiado utópico. Ainda assim, creio que é neste momento, onde tudo se desfaz, que surgem oportunidades para pensarmos em algo que seja, de fato, concebível. Como já coloquei antes algumas vezes, não há e nunca houve garantias por parte da narrativa da modernidade e seus constructos tidos como norma – o Estado-Nação, a racionalidade teleológica, o sistema capitalista, etc. – seja em períodos de governos populares seja em períodos totalitários. Isso não significa, obviamente, que estes constructos não devam ser levados em conta e disputados, muito pelo contrário. O que creio ser fundamental e que deixo como uma reflexão normativa é a importância do entrelaçamento deles com as agências e movimentos do mundo da vida. Quero pensar que as agências do subalterno e as vivências diaspóricas, que entrelaçam cada vez mais a sociedade, criam *fronts* de resistência e liberdade capazes de combater fascismos e totalitarismos. Penso que lógicas colonialistas e racistas terão uma difícil tarefa de se sustentar numa sociedade tão entrelaçada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Por isso uma força
me leva a cantar

Por isso essa força estranha
Por isso é que eu canto
Não posso parar
Por isso essa voz tamanha."
(Caetano Veloso)

Como pontua Peter Pál Pelbart, é necessário trabalhar para instaurar modos de existência que não existem, isto é, descobrir e inventar novas possibilidades de vida (2014, p. 254), que como demonstrado, podem decorrer das vivências e imaginações dos subalternos. As forças policiais, as representações midiáticas, a colonialidade do poder, a violência epistêmica podem coagir os agentes, mas resistindo entre as estruturas coercitivas, os subalternos imaginam, criam espaços e potência de vida e instauram seus modos particulares de existir nestes ambientes de opressão, violência e subjugação. Como coloca Oliveira (2018, p. 37 e 38) "reside a aposta na resistência e nas ações cotidianas de diversos atores sociais e em dispositivos de saúde inovadores que tenham potencial na efetivação de práticas contra-hegemônicas".

As pessoas que usam drogas produzem locais onde seus modos de existir disputam com o *status quo*, suas agências disputam o imaginário construído pela mídia e é aí que abrem-se (1) caminhos epistemológicos para se produzir um conhecimento genuinamente local, entrelaçado com o global, mas que gera e é gerado por suas próprias histórias, tecnologias, subjetividades e os seus próprios e distintos presentes (CARVALHO, 2015), criando meios de visibilizar os sujeito subalternos; e (2) caminhos no cuidado em saúde, para se produzir lógicas de cuidado e assistência que partam das pessoas e do cuidado que elas têm de si, fazendo valer seus desejos e projetos existenciais. A pós e a decolonialidade auxiliam nestas tarefas, exaltando a emergência de um pensar característico dos territórios historicamente colonizados, produzindo um saber emanado da subalternidade – ou como coloca Dipesh Chakrabarty, um "olhar para grupos sociais subordinados como produtores de seu próprio destino" (2000, p.11, tradução minha).

Espera-se ainda que esta pesquisa tenha expressado o poder do campo cultural e das intersubjetividades, disputados na sociedade. Da mesma forma, acredita-se que a atual política de drogas repressora não se sustentaria sem a construção de um imaginário forjado às pessoas que usam drogas. Para que as subjetividades destas pessoas instaurem novos modos de existir

e transformem estruturas, é preciso visibilizá-las, pensar políticas públicas que as coloquem no centro do debate e trabalhar pela descolonização do imaginário e da democracia.

Por fim, novamente, faço questão de ressaltar o que hoje vejo que não precisa estar escondido, a título de uma possível busca por uma ciência isenta e racional, que este próprio trabalho critica inúmeras vezes: esta pesquisa se desenvolveu em simbiose com minhas próprias experiências, emoções e utopias destes últimos anos, criada em conjunto e compartilhada por tantos. Este trabalho foi produto de um período que teve origens sufocantes e angustiantes, reflexo do campo macro político e de desabamentos pessoais, e que desembocou em aprendizados e olhares fascinantes que encantavam o ofuscado e nebuloso. Após diversos encontros e diversas leituras – e profundamente inspirado por Taussig e pelos autores pós e decoloniais – fui descoberto por um vestígio de cura. Não uma cura pretenciosa, reificada ou mesmo niilista. Uma cura que não rechaça as estruturas repressivas, as dores e violências – tão presentes na vida como quaisquer outras vivências e tão inexoráveis – mas que as reconhece. Uma cura que olha a morte e vive com ela. Uma cura que abarca o poluto e o impoluto, como poetiza Machado de Assis. Uma cura que não é outra bolha hermética, ou outra teoria colonizante ou outro olhar reificante. Uma cura que nos dá possibilidades de viver de forma potente o mundo como ele é, sem desviar nossos olhos das condições que não escolhemos e podendo ainda ser produtores dos nossos próprios destinos. Uma cura que não é comprada na farmácia tampouco realizada nos consumos capitalistas. Uma cura que começa de onde estamos: de nossas incompreensões, de nossa subalternidade, de nossas permanentes inseguranças e impermanências, de nossas fronteiras perenes. Talvez nem de cura ela seja chamada – talvez ela se chame luto, numa forma híbrida de substantivo e verbo. Talvez ela seja melhor definida como essa força estranha, como canta Caetano Veloso. Pelbart (2007, p. 64), inspirado em Deleuze, chama-a de uma vida: "é esse limiar entre a vida e a morte, entre o homem e o animal, entre a loucura e a sanidade, onde nascer e perecer se repercutem mutuamente, é essa uma vida que põe em xeque todas as divisões legadas pela tradição, e indica o que Deleuze pode chamar de *uma vida*".

Talvez em tempos em que não sabemos para onde olhar, perdidos e petrificados frente a inúmeros gritos, como coloca Eliane Brum[80], sejam precisamente os tempos onde precisamos voltar a olhar para nossas imaginações, agências e potências. Da mesma forma, em tempos de esperança, penso que devemos continuamente nos voltar às estruturas coercitivas que permanecem e ainda dificultam o caminhar. E talvez nestes dois tempos

[80] BRUM, Eliane. A esquerda que não sabe quem é. **El País**, [*S. l.*], 19 dez. 2018. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/19/opinion/1545240940_077902.html> . Acesso em: 18 abr. 2019.

possamos entender que há sempre algo para além destes tempos, que há zonas fronteiriças e pontes convidativas de onde podemos ousar e criar. De qualquer maneira, há o perpétuo "pessimismo do intelecto, otimismo da vontade", como coloca Hall (2003), inspirado em Gramsci. Pode ser que o intelecto desta pesquisa tenha deixado a desejar, ou que não tenha logrado seus objetivos principais, ou que tenha caído na armadilha da reificação ou da idealização. Deixo, porém, minha vontade. Esta permanece por entre as trincheiras do sistema. Se o/a leitor/a não vislumbrou mesmo ligeiramente esta cura-luto-força-estranha, que permanece incapturável, ou se o pessimismo do intelecto persistir, espero (e esse desejo, em sua natureza, é mais ontológico do que baseado em qualquer pretensa análise epistemológica) que ela se descortine pela nossa vontade.

Chakrabarty (2000, p. 15 e 16) diz que precisamos nos distanciar da suposição ontológica implicada no conhecimento secular de que o humano seria ontologicamente singular e que o social existe antes de qualquer coisa. Poderíamos seguir o autor (2000, p. 254, tradução minha) quando ele diz que podemos "dar à razão um lugar diferente daquele atribuído a ela no pensamento historicista e modernista" ao aproximá-la de nossas ontologias. Longe de ter totalizado esta experiência escrita através da perspectiva da ciência, espero ter-lhe atribuído significado pelo otimismo de nossa vontade. Não por Foucault, não por Hall e nem mesmo por Taussig. Mas pelo acanhado e simples otimismo da nossa vontade. Da vontade de Luiz, de Morgana, de Zain, de Zoraide, de Badaróss e dos coletivos e movimentos antiproibicionistas. Que de uma trincheira estreita, nossa vontade seja o próprio mundo que habitamos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A 13ª EMENDA. Direção: Ava DuVernay, produção: Howard Barish e Ava DuVernay. Estados Unidos: Netflix, 2016. Disponível em: netflix.com. Acesso em: 14 fev. 2019.

APPADURAI, Arjun (1996) "Introduction" and "Global Etchnoscapes", in **Modernity at** Large: Cultural Dimensions of Globalization. Mineapolis: University of Minesota Press, pp. 01-26, 48-88.

ARTIKIN. Vida, arte e política — Por que você não pode perder a exposição do Ai Weiwei na Oca. **Medium**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://medium.com/@artikin/vida-arte-e-pol%C3%ADtica-por-que-voc%C3%AA-n%C3%A3o-pode-perder-a-exposi%C3%A7%C3%A3o-do-ai-weiwei-na-oca-342bb93a97b5>. Acesso em: 15 jul. 2019.

AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de Saúde. In: **Interface – Comunic., Saúde, Educ**. v. 8, n. 14, p. 73-92, set. 2003-fev. 2004.

BAUM, Dan. Legalize It All. **Harper's Magazine**, [*S. l.*], 2016. Disponível em: https://harpers.org/archive/2016/04/legalize-it-all/. Acesso em: 20 abr. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 11, p. 89-117, Ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Fev 2018.

BENJAMIN, Walter. Passado, Presente, Futuro. **Revista Piauí**. Edição 55, 2011. Disponível em https://piaui.folha.uol.com.br/materia/passado-presente-futuro/. Acesso em 28 maio 2019.

BERRÓN, Gonzalo e GONZÁLEZ, Lus. **A privatização da Democracia. Um catálogo da captura corporativa no Brasil**. Vigência!, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.vigencia.org/catalogo/vigencia-2016/>. Acesso em 10 out 2018.

BEWLEY-TAYLOR, David; JELSMA, Martin. UNGASS 2016: A Broken or B-r-o-a-d Consensus?: UN summit cannot hide growing divergence in the global drug policy landscape. **Drug Policy Briefing**, Amsterdam, The Netherlands, n. 45, p. 1-12, June 2016. Disponível em: https://www.tni.org/files/publication-downloads/dpb_45_04072016_web.pdf. Acesso em: 11 ago. 2019.

BHABHA, Homi K. (1998). "Introdução: locais da cultura" e "Pós-colonial e o pós-moderno: a questão da agência", in **O local da cultura**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 19-42; 239-273.

BHAMBRA, Gurminder (2007). "From Modernization to Multiple Modernities: Eurocentrsim redux", in **Rethinking Modernity: Postcolonialism and Sociological Imagination**. New York: Pallgrave Mcmillan, pp. 56-82.

BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social - desejo. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 51 n. 2, 2008.

BIEHL, João. Antropologia no campo da saúde global. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 227-256, June 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2019.

BIRMAN, J. A Physis da Saúde Coletiva. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**. v. 1, n. 1, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v1n1/01.pdf>. Acesso em 13 fev 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen**. 2016. Disponível em <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em 10 out 2018

BRUM, Eliane. A esquerda que não sabe quem é. **El País**, [*S. l.*], 19 dez. 2018. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/19/opinion/1545240940_077902.html> . Acesso em: 18 abr. 2019.

CÂMERA EM AÇÃO. Cracolândia: viciados usam drogas livremente no centro da capital paulista. **R7**, [*S. l.*], 2012. Disponível em: <http://tv.r7.com/record-tv/camera-em-acao/videos/cracolandia-viciados-usam-drogas-livremente-no-centro-da-capital-paulista-21022018> . Acesso em: 17 abr. 2019.

CAFARNAUM. Direção: Nadine Labaki, produção: Khaled Mouzanar e Michel Merkt. Líbano: Sony, 2018.

CALIL, Thiago. **Condições do lugar: Relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2007. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.p df. Acesso em: 8 maio 2019.

CARNEIRO, H. A fabricação do vício. Anais do XIII Encontro Regional de História-Anpuh-MG, **LPH-Revista de História**. Departamento de História/ICHS/UFOP, Mariana-MG, nº 12, 2002, pp. 9-24. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf.> Acesso em 30 set 2016.

CARTA CAPITAL, Redação. Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório. **Carta Capital**, [*S. l.*], 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/. Acesso em: 24 abr. 2019.

CARVALHO, Sérgio Resende. Governamentalidade, 'Sociedade Liberal Avançada' e Saúde: diálogos com Nikolas Rose (Parte 1). **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 19, n. 54, p. 647-658, Sept. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000300647&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Jul 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**: Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 87-95. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9_CastroGomez.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**. New Jersey: Princeton Univesity Press, 2000.

COMAROFF, Jean; e COMAROFF L., John. **Teoría desde el sur. O cómo los países centrales evolucionan hacia África**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013.

COMAROFF, Jean ; COMAROFF, John. Etnografia e imaginação histórica. **Revista Proa**, [*S. l.*], 2010. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/download/2360/1762. Acesso em: 8 maio 2019.

CONRAD, Sebastian. "A Short History of Thinking Globally" and "Global History for Whom: The Politics of Global History", *in* **What is Global History**, New Jersey: Princeton, 2016.

COOK, Catherine *et al*. The Case for a Harm Reduction Decade: Progress, potential and paradigm shifts. **HARM REDUCTION INTERNATIONAL | Reports** , London, p. 1-26, 2016. Disponível em: https://www.hri.global/files/2016/03/10/Report_The_Case_for_a_Harm_Reduction_Decade.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

COSTA, Roberta Marcondes. **Mil Fitas na Cracolândia:** Amanhã é Domingo e a Craco Resiste. 2017. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

COSTA, F. Z. N.; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. S. O Solo Epistemológico de Michel Foucault: possibilidades de pesquisa no campo da administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 35, p. 168-179, 2013.

DAS, Veena. **Life and Words: Violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, O. **O que devemos saber sobre o alcoolismo**. 1942. Folheto.

ESONWANNE, Uzo. "Race" and Hermeneutics: Paradigm Shift - From Scientific to Hermeneutic Understanding of Race. **African American Review**, Winter, p. 565-582, 1992. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3041871. Acesso em: 8 ago. 2019.

ESTADÃO. **CRACK, prazer maior que sexo faz viciado fumar até morrer**. [*S. l.*], 2019. Disponível em: http://infograficos.estadao.com.br/especiais/crack/prazer-maior-que-sexo-faz-viciado-fumar-ate-morrer.html. Acesso em: 22 maio 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 202 - Remarks About an Intensified Program for Drug Abuse Prevention and Control. **Office of the Under Secretary for Personal and Readiness**, 1971. Disponível em: <https://prhome.defense.gov/Portals/52/Documents/RFM/Readiness/DDRP/docs/41%20Nixon%20Remarks%20Intensified%20Program%20for%20Drug%20Abuse.pdf>. Acesso em 16 abril 2019

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 203 - Special Message to the Congress on Drug Abuse Prevention and Control.. **Office of the Under Secretary for Personal and Readiness**, 1971. Disponível em: <https://prhome.defense.gov/Portals/52/Documents/RFM/Readiness/DDRP/docs/41%20Nixon%20Remarks%20Intensified%20Program%20for%20Drug%20Abuse.pdf>. Acesso em 16 abril 2019

FÁBIO, André. O que é 'pós-verdade', a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. **Nexo**, [*S. l.*], 16 nov. 2016. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford. Acesso em: 25 maio 2019.

FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas**: o paradigma proibicionista** e as alternativas. **Novos Estudos - CEBRAP**, (92), 9-21, 2012.

FISCHER, Norman. **The World Could Be Otherwise Imagination and the Bodhisattva Path**. [*S. l.*]: Shambhala Publications, 2019.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. IN: **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, p. 285-315, 2005.

FRAGA, Paulo. A geopolítica das drogas na América Latina. **Revista Em Pauta**, [S. l.], 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/187/210> . Acesso em: 8 maio 2019.

GOSS, Karine Pereira. As correntes interacionistas e a sua repercussão nas teorias de Anthony Giddens e Bruno Latour. **Ciências Sociais Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 42, p.153-162, dez. 2006.

GROSFOGUEL, Ramón. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p.115-147, 2008.

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, [*S. l.*], 2 jun. 2019. Vol. 1 no 1 (1), p. 149-168.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo - vol. 1: Racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência Como "Ideologia"**. São Paulo: Edições 70, 2007.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez., 1997. Disponível em: <www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc>. Acesso em 30 set 2016.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In. Tadeu, T.(Org.) **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARVEY, David. **Spaces of Capital: Toward a Critical Geography**. London: Routledge, 2001.

INGOLD, T. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: Steil CA, Carvalho ICM, organizadores. **Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Editora Terceiro Nome; 2012. p. 15-29.

INNPD, Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas. **Quem somos**. [*S. l.*], 2019. Disponível em: http://iniciativanegra.com.br/quem-somos. Acesso em: 22 maio 2019.

KLEE, Paul. **Angelus Novus**. 1920. Tinta nanquim, tinta a óleo, papel, 31,8 cm x 24,2 cm, Museu de Israel.

LATOUR, Bruno. Agency at the time of the Anthropocene. **New Literary History,** Vol. 45, 2013.

MACRAE, E. **A Subcultura da Droga e Prevenção**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos, 2003. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_edw5.pdf>. Acesso em 12 ago. 2019

MAIN AD. **Professora fala sobre maconha e outras drogas no Globo News**. Brasil: Youtube, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FHLBPdNlcos>. Acesso em: 20 maio 2019.

MARTINELLI, Andréa. Angela Davis: 'O encarceramento em massa nunca trouxe soluções para conter a violência'. **HUFFPOST**, [*S. l.*], 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/26/angela-davis-o-encarceramento-em-massa-nunca-resolveu-ou-troux_a_23050036/. Acesso em: 19 abr. 2019.

MARTINS, Simone. Angelus Novus, Paul Klee. **História das Artes**. Disponível em: https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/angelus-novus-paul-klee/. Acesso em 20 maio 2019.

MATTA, Gustavo Corrêa; MORENO, Arlinda Barbosa. Saúde global: uma análise sobre as relações entre os processos de globalização e o uso dos indicadores de saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 09-22, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Duke University Press**, Public Culture, Vol. 15, Number 1, Winter, p. 11-40, Article, 2003.

MERHY, E. E. **Gestão da produção do cuidado e clínica do corpo sem órgãos: novos componentes dos processos de produção do cuidado em saúde**. desafios para os modos de produzir o cuidado centrados nas atuais profissões. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Saúde da Comunidade Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/artigos-25.pdf>. Acesso em 13 fev. 2018.

MERHY, E.E.; FEUERWERKER, L.C.M. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. In: MANDARINO, A.C.S.; GOMBERG, E. (Orgs.). **Leituras de novas tecnologias e saúde**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p.29-74.

MEHRY, E. E.; GOMES, M. P. C.; SILVA, E.; SANTOS, M. F. L.; CRUZ, K. T.; FRANCO, T. B. Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. In: **Divulgação em saúde para debate**. Rio de Janeiro , n. 52, p. 153-164, out 2014.

MISIÓN PERMANENTE DE MÉXICO ANTE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Declaración Conjunta, 1 de octubre de 2012**. Nueva York, 2012. Disponível em: https://mision.sre.gob.mx/onu/images/dec_con_drogas_esp.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do; MARTORELL, Leandro Brambilla. A bioética de intervenção em contextos descoloniais. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 423-431, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422013000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 maio 2019

NOTO, Ana Regina *et al*. Cobertura jornalística sobre drogas: distorções e potencialidades na prevenção. *In*: RONZANI, Telmo. **Ações integradas sobre drogas: prevenção, abordagens e políticas públicas**. [*S. l.*]: Ed. UFJF, 2013. Disponível em: http://www2.unifesp.br/dpsicobio/Nova_versao_pagina_psicobio/CAPITULO11COBERTURAJORNALISTICA.pdf. Acesso em 17 abril 2019.

NUNES, João Arriscado; SIQUEIRA-SILVA, Raquel. Dos "abismos do inconsciente" às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 208-237, Dec. 2016.

O GLOBO. 'Não existe uma epidemia de drogas no Brasil', afirma especialista. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 abr. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/nao-existe-uma-epidemia-de-drogas-no-brasil-afirma-especialista-23627556. Acesso em: 5 ago. 2019.

OLIVEIRA, Roberta. Práticas de saúde em contextos de vulnerabilização e negligência de doenças, sujeitos e territórios: potencialidades e contradições na atenção à saúde de pessoas em situação de rua. **Saúde Soc.** , São Paulo, 2018. v. 27, n. 1, p. 37-50.

OLIVEIRA, Nathália; RIBEIRO, Eduardo. O MASSACRE NEGRO BRASILEIRO NA GUERRA ÀS DROGAS. **Sur! Revista Internacional de Direitos Humanos**, [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-nathalia-oliveira-e-eduardo-ribeiro.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

OSMO, Alan; SCHRAIBER, Lilia Blima. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. supl. 1, p. 205-218, 2015.

PAIS, J. M. A contextualização sociológica pela via do quotidiano. In: **Sociologia da vida quotidiana**. Lisboa:ICS, 2002, p. 123-138.

PASSOS, E. H. & SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicologia & Sociedade**; 23 (1): 154-162, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a17v23n1. Acesso em 10 maio 2019.

PASSOS, Rachel Gouveia. "Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, Vitória, 2018. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483/15672. Acesso em: 15 maio 2019.

PBPD, Plataforma Brasileira de Política de Drogas. **Sobre a plataforma**. [*S. l.*], 2016. Disponível em: http://pbpd.org.br/sobre/. Acesso em: 22 maio 2019.

PELBART, Peter Pál. A arte de instaurar modos de existência que 'não existem'. In: **Bienal de São Paulo. (Org.). Como falar de coisas que não existem**. 1ed. São Paulo: Bienal de São Paulo, 2014, v. 1, p. 250-265.

PELBART, Peter Pál. Biopolítica. **Sala Preta**, 7, 57-66, 2007. Disponível em http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320. Acesso em 14 ago 2019.

PETUCO, Dênis Roberto da Silva. **Entre imagens e palavras: o discurso de uma campanha de prevenção ao crack**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Clacso, 2005.

RACE, Kane; BROWN, Rebecca. Cultural studies approaches to drugs and alcohol. In: **The SAGE Handbook of drug and alcohol studies** , 55 City Road, London, p. pp. 100-116, 2016.

RANDERIA, Shalini (2002). "Entangled Histories of Uneven Modernities: Civil Society, Caste Solidarities and Legal Pluralism in Postcolonial India", *in* Elkana, Y.; Keastov, I.; Macamo, E.; Randeria, S. (eds). Unraveling Ties: From Social Cohesion to New Practices of Connectedness. Frankfurt: Campus Verlag, 284–311. Disponível em <http://www.urbanlab.org/articles/Randeria,%20S.%202002%20EntangledHistories.pdf>. Acesso em 10 mar 2019.

REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO. Repórter Record Investigação mostra realidade dos viciados em crack na Cracolândia. **R7**, [*S. l.*], Disponível em: <https://recordtv.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-mostra-realidade-dos-viciados-em-crack-na-cracolandia-14092018>. Acesso em 24 abril 2019.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS AMÉRICA LATINA. Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias. A Repórteres sem Fronteiras e o Intervozes lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil. **Reporteres sem fronteiras pela liberdade da informação**, [*S. l.*], 2017. Disponível em: https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam. Acesso em: 24 abr. 2019.

RODRIGUES, Thiago. Política de drogas e a lógica dos danos. **Verve**, [S. l.], 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4947/3495>. Acesso em: 8 maio 2019.

ROTELLI, Franco. Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste. *In*: AMARANTE, Paulo *et al*. **Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

ROSSI, Marina. Dudu Ribeiro: "Debater apenas a legalização da maconha só trará mais conforto à classe média". **El País**, [S. l.], 2 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/27/politica/1558972773_128892.amp.html?fbclid=IwAR1vEWy7uj0efGwqRfTy0eC1vhc1OiX1NdAATSP2r2PnpWGS-Y2EpTT4GCo#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Source%C2%A0%3A%20%251%24s. Acesso em: 7 ago. 2019.

RYBKA, Larissa Nadine. **A dialética resistência/entrega no uso nocivo de substâncias psicoativas por mulheres**. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. **Revista Lusófona de Educação**. Coimbra: Almedina, 532 pp, 2009. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Revista%20Lusofona%20Educacao_2009.pdf. Acesso em 28 maio 2019.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006. p. 207-236.

SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

SILVA, S. L.; ADORNO, R. C. F. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da cracolândia.. Saúde & Transformação Social / Health & Social Change, v. V.4, p. 21-31, 2013.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?.** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THE LANCET. The Lancet Comissions. **Public Health and international drug policy**. Volume 387, No. 10026, p 1427-1480, 2 April 2016. Disponível em: <http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(16)00619-X.pdf>. Acesso em 30 set 2016.

TORCATO, Carlos. O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil. **Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/2241/2639. Acesso em: 10 maio 2019.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Special Session of the United Nations General Assembly on the World Drug Problem**. Disponível em: https://www.unodc.org/ungass2016/. Acesso em: 10 ago. 2019.

VARGAS, Eduardo. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. *In*: LABATE, Beatriz *et al* (org.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 41-64. ISBN 978-85-232-0504-1. Disponível em: http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/03/drogas_e_cultura.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

VENTURINI, Ernesto. Em memória de uma mulher Maya. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, 2012. v.4, n.10, p.43-61.

WAISELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil** (Vol. 1º). Brasília: SEPPIR/PR: CEBELA, FLASCSO. 2012. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>. Acesso em 10 out 2018.

WAISELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil**. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em 30 set 2016.